Diário Oficial do MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

Ano I | **Edição Nº MCDXLVII de sexta-feira, 18 de setembro de 2026** | **Nº de páginas: 203**

SUMÁRIO:

● **LEI Nº 1.194/2026** - Ratifica o IV Protocolo de Intenções do Consórcio Público Multifinalitário Intermunicipal da Região Sul e Centro-Sul de Sergipe - CONSCENSUL, aprovado em
Assembleia Geral de Consorciados, autoriza a participação do Município nas modalidades de gestão associada nele previstas, fixa limite para comprometimento
de Receita Corrente Líquida e dá outras providências.

● **DECRETO Nº 178/2026** - Dispõe sobre a exoneração da servidora por Aposentadoria.

● **PORTARIA Nº 474/2026** - Mudança de Lotação.

● **PORTARIA Nº 475/2026** - Dispõe sobre a Concessão de Adicional de 1/3 por 25 anos de trabalho.

● **EXTRATO** - TERMO DE COMPROMISSO Nº 082/2026/SEMCULT

● **PORTARIA Nº 476/2026** - Dispõe sobre a Concessão de Adicional de 1/3 por 25 anos de trabalho.

● **PORTARIA Nº 477/2026** - Dispõe sobre a Concessão de Licença Prêmio.

● **DIVERSAS ATAS E EXTRATOS** - DIVERSAS ATAS E EXTRATOS

● **DECRETO Nº 179/2026 DE 18 DE SETEMBRO DE 2026** - Regulamenta o processo de concessão de subvenção econômica a empreendedores no âmbito do Programa Desenvolve Simão
Dias, instituído pela Lei Complementar
Municipal nº 1.095, de 18 de dezembro de
2024, e dá outras providências.

● **DECRETO Nº 180/2026 DE 18 DE SETEMBRO DE 2026** - Declara utilidade pública para fins de desapropriação, a área rural abaixo
caracterizada e dá outras providências.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.194/2026
DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Ratifica o IV Protocolo de Intenções do Consórcio Público Multifinalitário Intermunicipal da Região Sul e Centro-Sul de Sergipe - CONSCENSUL, aprovado em Assembleia Geral de Consorciados, autoriza a participação do Município nas modalidades de gestão associada nele previstas, fixa limite para comprometimento de Receita Corrente Líquida e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS, ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a câmara municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica ratificado, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ou outras normas que a substituam, o **IV Protocolo de Intenções do, doravante intitulado Consórcio Público Multifinalitário Intermunicipal da Região Sul e Centro-Sul de Sergipe-CONSCENSUL**, o qual foi aprovado em Assembleia Geral de Consorciados, e passa a constituir o Contrato de Consórcio Público com força de lei municipal, incorporado a esta Lei como Anexo Único.

§1º. A ratificação de que trata o caput é feita sem reservas de qualquer natureza ao instrumento.

§2º. O CONSCENSUL, por esta lei, é reconhecido enquanto associação pública com personalidade jurídica de direito público interno e natureza autárquica interfederativa, nos termos do art. 6º, §1º, da Lei Federal nº 11.107/2005, submetendo-se ao regime jurídico de direito público e ao controle pelos Tribunais de Contas competentes, passando, doravante, a integrar a Administração Pública Indireta do Município em suas finalidades multifinalitárias.

Art. 2º. Esta Lei tem por finalidade:

I – converter o Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio Público, nos termos legais;
II – autorizar a participação do Município em programas, projetos e ações de gestão associada no âmbito do CONSCENSUL;
III – estabelecer os parâmetros financeiros para o comprometimento de recursos municipais com os programas consorciados ordinário e setorial/específico que o município seja aderente;

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

IV – conferir ao Chefe do Poder Executivo Municipal as autorizações necessárias à operacionalização dos instrumentos previstos no Contrato de Consórcio.

TÍTULO II
DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO E DAS FUNÇÕES CONSORCIADAS

Art. 3º. O Município participa do CONSCENSUL nas modalidades de gestão associada previstas no Contrato de Consórcio, compreendendo:

I – as funções originárias de gestão associada de resíduos sólidos e saneamento básico, de natureza ordinária e continuada;
II – as funções multifinalitárias, correspondentes às novas áreas de atuação previstas no IV Protocolo de Intenções, incluindo, entre outras, infraestrutura, meio ambiente, saúde pública, educação, desenvolvimento rural, tecnologia da informação, ação social, segurança pública, crédito de carbono e demais finalidades previstas no Contrato de Consórcio.

§1º. A participação do Município nas funções multifinalitárias será sempre voluntária, formalizada mediante adesão expressa a cada Programa Setorial ou Específico, por Contrato de Programa e Contrato de Rateio Específicos, observadas as normas do Contrato de Consórcio e deste diploma legal.

§2º. A aprovação desta Lei não implica adesão automática do Município a qualquer Programa Setorial ou Específico do CONSCENSUL, não gera obrigação financeira além do rateio ordinário e não vincula o Município à execução de ações além das funções originárias já vigentes.

§3º. O Município que não aderir a qualquer Programa Setorial ou Específico não incorrerá em custo adicional, permanecendo com os mesmos direitos, deveres e contribuições vigentes anteriormente à aprovação desta Lei.

Art. 4º. O Município fica autorizado a:

I – participar da gestão associada de serviços públicos e delegar competências ao CONSCENSUL, nos termos do Contrato de Consórcio e/ou de legislações de regência;
II – celebrar, por meio do Chefe do Poder Executivo, Contratos de Programa para delegação formal de serviços públicos ao Consórcio;
III – celebrar Contratos de Rateio Ordinário e Contratos de Rateio Específico para custeio das atividades consorciadas;
IV – ceder servidores municipais ao CONSCENSUL, com ou sem ônus, nos termos do Contrato de Consórcio e da legislação aplicável;
V – transferir bens móveis e imóveis ao CONSCENSUL, mediante deliberação da Assembleia Geral, na forma do Contrato de Consórcio;
VI – firmar os demais instrumentos jurídicos previstos no Contrato de Consórcio e na legislação federal aplicável.

Art. 5º. A relação jurídica entre o Município e o CONSCENSUL possui natureza intrafederativa, nos termos do art. 1º, parágrafo único, e do art. 10, §3º, do Decreto Federal nº

LEI

6.017/2007, sendo inaplicável a exigência de licitação para a contratação de serviços entre o Município e o Consórcio, nos termos do art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021, entre outras, ou as que venham a regulamentar ou substituir.

TÍTULO III
DO REGIME FINANCEIRO E DO LIMITE DE COMPROMETIMENTO DE RECEITA

Art. 6º. Fica autorizado o custeio do Rateio Ordinário que será executado, inicialmente, no percentual de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do Fundo de Participação do Município - FPM e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS (ou IBS - Imposto sobre Bens e Serviços ou tributo equivalente), podendo o percentual ou modalidade de tributo serem alterados por deliberação da Assembleia Geral, mediante resolução específica, e observado o previsto no Contrato de Consórcio e limites desta lei; cujo valor será formalizado anualmente por Contrato de Rateio Ordinário, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005.

Parágrafo único. O valor do rateio ordinário terá o limite de 0,5% (zero virgula cinco por cento) e somente poderá ser elevado acima deste percentual por deliberação da Assembleia Geral, mediante nova lei municipal de ratificação do instrumento alterado, observado o procedimento previsto no art. 12 da Lei Federal nº 11.107/2005.

Art. 7º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a comprometer, para fins de custeio de Programas Setoriais e Específicos do CONSCENSUL a que o Município venha aderir voluntariamente, até o limite global de 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida anual do Município, apurada na forma do art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º. O limite previsto no caput inclui o percentual destinado ao rateio ordinário de que trata o art. 6º desta Lei, permanecendo disponíveis o remanescente para adesão e custeio de programas específicos em que o município seja aderente.

§2º. A autorização prevista neste artigo não implica obrigação automática de despesa, não constitui comprometimento financeiro imediato e não dispensa a observância das normas orçamentárias e fiscais aplicáveis, especialmente:

I – a inclusão das dotações pertinentes nas Leis Orçamentárias Anuais dos exercícios correspondentes;
II – a compatibilidade com as metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias Municipal;
III – a observância dos limites da Lei Complementar nº 101/2000, em especial quanto às despesas com pessoal, ao endividamento e ao equilíbrio orçamentário;
IV – a formalização da despesa por Contrato de Rateio Específico, com indicação expressa das dotações orçamentárias correspondentes;
V – outras legalmente exigidas.

§3º. Para cada Programa Setorial ou Específico a que o Município aderir, deverá ser celebrado Contrato de Rateio Específico autônomo, com identificação das dotações

LEI

orçamentárias, do objeto do programa, do valor da cota-parte municipal e do prazo de vigência.

§4º. Os recursos comprometidos com cada Programa Setorial ou Específico serão escriturados de forma segregada, em conformidade com o princípio da segregação contábil, orçamentária e financeira previsto no Contrato de Consórcio e nas normas de contabilidade pública aplicáveis.

Art. 8º. A adesão do Município a Programa Setorial ou Específico do CONSCENSUL observará, cumulativamente:

I – manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, com motivação quanto ao interesse público envolvido;
II – comprovação de disponibilidade orçamentária e compatibilidade com o planejamento fiscal do exercício;
III – formalização por Contrato de Programa (uma única vez), inclusive quando houver delegação de serviço público, e do Contrato de Rateio Específico (renovado anualmente);
IV – comunicação à Câmara Municipal, para fins de acompanhamento e controle externo, no prazo de 30 (trinta) dias após a celebração dos instrumentos.

Art. 9º. A execução financeira dos recursos destinados ao CONSCENSUL, tanto a título de rateio ordinário como de rateio específico, será objeto de fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e pela Câmara Municipal, nos termos das normas aplicáveis ao controle externo dos consórcios públicos, observado o disposto no Contrato de Consórcio.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 10. A não adesão do Município a Programas Setoriais ou Específicos do CONSCENSUL não prejudicará sua participação nas funções originárias do Consórcio, seus direitos na Assembleia Geral e sua situação de adimplência, desde que cumpridas as obrigações relativas ao rateio ordinário e às demais disposições do Contrato de Consórcio.

Art. 11. A execução das atividades consorciadas observará:

I – os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal;
II – as normas de controle interno e externo aplicáveis ao setor público;
III – os mecanismos de transparência, governança e integridade previstos no Contrato de Consórcio e no Estatuto Social do CONSCENSUL.

Art. 12. O Poder Executivo Municipal promoverá, nos prazos previstos no Contrato de Consórcio e na forma da Lei, a inclusão das dotações orçamentárias correspondentes ao rateio ordinário e específico/setorial nas propostas de Lei Orçamentária Anual de cada exercício.

Art. 13. O Protocolo de Intenções ratificado por esta Lei é parte integrante e indissociável deste diploma, devendo ser publicado em conjunto com ele, nos termos da legislação aplicável.

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, **em especial as Leis Municipais nº 565/2012 e 738/2017.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE,
em 18 de setembro de 2026.

CRISTIANO VIANA MENESES
Prefeito Municipal

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO

CONSCENSUL
CONSÓRCIO PÚBLICO MULTIFINALITÁRIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUL E CENTRO-SUL DE SERGIPE
CNPJ: 15.530.168/0001-86

IV ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO

PROTOCOLO DE INTENÇÕES DE CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUL E CENTRO-SUL DE SERGIPE – CONSCENSUL

TÍTULO I — DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I — DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I - Dos subscritores

Art. 1º. Os Municípios de Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Lagarto, Pedrinhas, Poço Verde, Riachão do Dantas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Simão Dias, Tobias Barreto, Tomar do Geru e Umbaúba, todos pessoas jurídicas de direito público interno, inscritos no CNPJ/MF sob os respectivos números constantes de suas leis de ratificação, por intermédio de seus Chefes do Poder Executivo, doravante denominados Entes Consorciados, resolvem, com fundamento no art. 241 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto Federal nº 6.017/2007, e subsequentes alterações, bem como na legislação setorial pertinente; alterar, ampliar, consolidar e instituir o presente Protocolo de Intenções Multifinalitário, que, após ratificação legislativa, converter-se-á integralmente no novo Contrato de Consórcio Público do CONSÓRCIO PÚBLICO MULTIFINALITÁRIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUL E CENTRO-SUL DE SERGIPE – CONSCENSUL.

§1º. Para fins legais, podem ser signatários originários deste Contrato, os seguintes Entes Consorciados:
I – Município de Arauá – CNPJ nº 13.095.260/0001-03;
II – Município de Boquim – CNPJ nº 13.097.068/0001-82;
III – Município de Cristinápolis – CNPJ nº 13.096.029/0001-60;
IV – Município de Estância – CNPJ nº 13.097.050/0001-80;
V – Município de Indiaroba – CNPJ nº 13.097.894/0001-21;
VI – Município de Itabaianinha – CNPJ nº 13.098.181/0001-82;
VII – Município de Lagarto – CNPJ nº 13.124.052/0001-11;
VIII – Município de Pedrinhas – CNPJ nº 13.098.736/0001-96;
IX – Município de Poço Verde – CNPJ nº 13.106.935/0001-07;
X – Município de Riachão do Dantas – CNPJ nº 13.107.180/0001-57;
XI – Município de Salgado – CNPJ nº 13.107.453/0001-63;
XII – Município de Santa Luzia do Itanhy – CNPJ nº 13.098.942/0001-04;

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.
GABINETE DO PREFEITO

XIII – Município de Simão Dias – CNPJ nº 13.108.089/0001-56;
XIV – Município de Tobias Barreto – CNPJ nº 13.119.300/0001-36;
XV – Município de Tomar do Geru – CNPJ nº 13.099.205/0001-18;
XVI – Município de Umbaúba – CNPJ nº 13.099.395/0001-73.

§2º. O presente instrumento considera as seguintes premissas:
a) O CONSCENSUL foi legalmente instituído em 15/11/2007, sob o CNPJ nº 15.530.168/0001-86, tendo o Contrato de Consórcio Público sido celebrado com a ratificação, mediante lei própria de todos os Entes Consorciados dispostos no parágrafo anterior;
b) A razão social do Consorcio Público de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico do Sul e Centro Sul Sergipano – CONSCENSUL, doravante, passa a denominar-se Consórcio Público Multifinalitário Intermunicipal da Região Sul e Centro-Sul de Sergipe – CONSCENSUL;
c) A estrutura administrativa, financeira, jurídica, patrimonial e todas as demais serão encampadas, no que couber, por esse Contrato de Consórcio Público, revogando as disposições em contrário;
d) Fica preservada a adesão plena dos Entes Consorciados originários em relação às funções originárias de CONSCENSUL na forma do Contrato de Consórcio anterior, aplicando-o por analogia e de forma supletiva, no que couber, independente de nova ratificação;
e) A ampliação formal das competências, objetos e finalidades do CONSCENSUL; transformado em Consórcio Público Multifinalitário; não trará qualquer prejuízo à sua vocação histórica para a gestão associada no manejo de resíduos sólidos, preservada sua atuação originária enquanto atuação ordinária;
f) É admitida, a qualquer tempo, a admissão do Ente Consorciado signatário deste Protocolo de Intenções, assim como será permitida a adesão futura de novos membros, mediante regras específicas;
g) Este Contrato ratifica materialmente as normas constituintes do CONSCENSUL, convalidando sua constituição, consolidando sua operação e reformulando sua estrutura através de normas modernas de governança, integridade, planejamento regional e responsabilidade interfederativa.

Seção II – Denominação e natureza jurídica

Art. 2º. Fica reconhecido e mantido o CONSCENSUL, sob a denominação de **Consórcio Público Multifinalitário Intermunicipal da Região Sul e Centro-Sul de Sergipe**, originalmente instituído em 15 de novembro de 2007, inscrito no CNPJ nº 15.530.168/0001-86, regularmente constituído e ratificado pelos Entes Consorciados, na forma da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e das demais normas aplicáveis.

§1º. O CONSCENSUL constitui-se sob a natureza de associação pública, com personalidade jurídica de direito público interno e natureza autárquica interfederativa.

§2º. O Consórcio possui patrimônio próprio, bem como autonomia administrativa, financeira e orçamentária, nos termos da legislação vigente.

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

§3º. O CONSCENSUL tem por finalidade geral promover a gestão associada, o planejamento, a regulação, a fiscalização, a execução direta ou indireta e o apoio técnico-administrativo de políticas públicas de interesse comum dos Entes Consorciados, na forma prevista neste Contrato de Consórcio Público.

Seção III – Ratificação e alteração do Contrato de Consórcio Público

Art. 3º. A alteração deste Contrato de Consórcio Público para sua finalidade multifinalitária dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei pela maioria dos entes consorciados, nos termos do art. 12-A da Lei Federal nº 11.107/2005.

§1º. Com sua aprovação, permanecem íntegras, válidas e eficazes as ratificações legislativas anteriormente realizadas pelos Entes Consorciados, bem como a condição de membros originários dos Entes Consorciados signatários iniciais, mantida a adesão à gestão associada dos serviços públicos de saneamento básico, especialmente na vertente de manejo de resíduos sólidos, tal como originalmente instituída, sem qualquer prejuízo aos contratos, rateios, obrigações e direitos anteriormente constituídos.

§2º. A ampliação do objeto e das finalidades do CONSCENSUL para o exercício de atribuições multifinalitárias, nos termos deste Contrato de Consórcio Público, constitui nova etapa de atuação consorciada, cuja eficácia, em relação a cada Ente Consorciado aderente, após nova ratificação legislativa específica, independerá de outra ratificação para cumprimento das matérias multifinalitárias ora incorporadas.

§3º. A autorização para o exercício das funções multifinalitárias decorre do presente Contrato de Consórcio e das leis municipais de ratificação, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei Federal nº 11.107/2005. A execução de serviços públicos específicos objeto de delegação formal, a transferência de titularidade de competências e o custeio das atividades ampliadas ficarão condicionados, respectivamente: (i) à celebração de Contrato de Programa Específico ou Setorial, quando houver delegação de serviço público na forma do art. 13 da Lei Federal nº 11.107/2005; e (ii) ao respectivo Contrato de Rateio Específico, instrumento financeiro destinado exclusivamente ao comprometimento de aportes orçamentários municipais para custeio das atividades correspondentes; sem prejuízo da continuidade do Contrato de Rateio ordinário, destinado à manutenção da estrutura administrativa e ao funcionamento regular do Consórcio.

§4º. O Município que não aprovar a nova lei de ratificação permanecerá regularmente consorciado, nos termos da lei local de ratificação anterior, mantendo sua adesão às funções originárias e ao contrato de rateio ordinário vigente, quando sua participação restringir-se-á às atribuições já ratificadas, não podendo aderir às funções multifinalitárias ou a programas específicos instituídos pelo novo contrato, senão mediante ratificação legislativa própria e superveniente.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

§5º. A subscrição deste instrumento pelo Chefe do Poder Executivo do Ente Consorciado não implica obrigação automática de ratificação legislativa da ampliação multifinalitária, competindo ao respectivo Poder Legislativo, de forma soberana, deliberar sobre a adesão, total ou parcial, às novas finalidades previstas neste Contrato.

§6º. Quando da aprovação da lei de ratificação relativa à ampliação multifinalitária, poderá o Poder Legislativo do Ente Consorciado estabelecer reservas, condicionantes ou exclusões quanto à vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas desta alteração do Contrato de Consórcio, exclusivamente no que se refere às matérias multifinalitárias.

§7º. Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a adesão do Ente Consorciado à ampliação multifinalitária ficará condicionada à aceitação expressa das reservas pelos demais Entes subscritores. Não havendo aceitação, o Ente interessado poderá optar por não aderir às cláusulas relativas às funções multifinalitárias, permanecendo regularmente consorciado exclusivamente quanto às funções originárias, tal como definidas no Contrato de Consórcio anteriormente ratificado, sem aplicação de quaisquer sanções, e com preservação integral das obrigações, direitos e responsabilidades decorrentes daquelas funções originárias.

§8º. O ingresso de outro Ente da Federação, não designado originalmente neste Contrato de Consórcio Público, poderá ocorrer mediante lei autorizativa específica do Ente interessado e publicação do Contrato de Consórcio alterado pelos demais Entes Consorciados; tendo validade independentemente de nova ratificação legislativa da alteração do Contrato de Consórcio pelos demais Entes Consorciados, desde que haja aprovação pela maioria da Assembleia Geral, na forma da legislação aplicável, e publicação respectiva dos Entes Consorciados em seus diários oficiais.

Seção IV – Alteração substancial do Contrato

Art. 4º. Qualquer alteração substancial deste Protocolo de Intenções, após sua conversão em Contrato de Consórcio Público, bem como a extinção ou dissolução do Consórcio, dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, posteriormente ratificado por lei por todos os Entes Consorciados, em observância aos princípios da autonomia federativa, da continuidade do serviço público, da estabilidade institucional e da segurança jurídica; observadas as normas dispostas neste Contrato e regulamento respectivo, se houver.

Seção V – Relação Jurídica Intrafederativa e Estrutura Administrativa Interfederativa

Art. 5º. O CONSCENSUL integra o conjunto das entidades da administração pública indireta de cada Ente Consorciado, para todos os efeitos legais, inclusive de controle interno e externo, submetendo-se às normas de direito público, ao regime de precatórios, à fiscalização permanente dos Tribunais de Contas competentes e às regras constitucionais e legais aplicáveis às autarquias intermunicipais.

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

§1º. A associação pública, instituída na forma deste Contrato de Consórcio, possui capacidade jurídica plena para adquirir direitos e contrair obrigações em nome próprio e, no que couber, em nome dos Entes Consorciados; podendo administrar bens e serviços públicos transferidos por meio de Contrato de Programa ou instrumentos congêneres, realizar licitações, celebrar contratos administrativos e exercer competências delegadas pelos Entes Consorciados, obedecendo sempre aos princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, eficiência, economicidade, moralidade e transparência.

§2º. A adesão de Ente Consorciado a programas, projetos, ações ou serviços específicos desenvolvidos pelo Consórcio, no âmbito de suas finalidades institucionais, não caracteriza contratação administrativa com terceiros, nem aquisição de bens ou serviços no mercado, por se tratar de relação jurídica intrafederativa, estabelecida no contexto da gestão associada de serviços públicos, entre entes que integram a mesma estrutura administrativa interfederativa.

§3º. A adesão de Ente Consorciado ao Rateio Ordinário se consolida ao Ente Consorciado com a aprovação da lei de ratificação deste Protocolo de Intenções que, convertido em Contrato de Consórcio, torna dispensada a realização de procedimento licitatório para sua formalização anual, ou de qualquer outra formalidade maior para sua assinatura, sendo validado, para todos os fins, mediante publicação do Contrato de Rateio Ordinário no Diário Oficial.

§4º. A adesão disposta no parágrafo anterior independe de prévio procedimento licitatório, por ser juridicamente inaplicável a licitação, nos termos do art. 2º, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005; do art. 18 do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; e do art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; entre outras, uma vez que o Consórcio Público integra a Administração Pública Indireta do próprio Ente Consorciado.

§5º. O Ente Consorciado poderá aderir a Projeto ou Programa Específico ou Setorial através da assinatura dos respectivos Contratos de Programa e de Rateio específico, ou ainda delegar ou transferir a prestação de serviço público de natureza multifinalitária e consorciada através de decreto regulamentar; cuja formalização, na forma da lei, poderá observar o disposto no parágrafo anterior, no que couber; observada ainda a segregação contábil, orçamentária e financeira vigente e prevista na forma da lei de ratificação e rateio aprovada pelo Ente Consorciado; salvo quando a situação exigir nova lei para rateio específico.

CAPÍTULO II — DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art. 6º. O CONSCENSUL terá prazo de duração indeterminado, assegurando a continuidade das políticas públicas regionais, intermunicipais e regionalizadas, a estabilidade institucional e a segurança jurídica necessárias ao exercício de suas finalidades; inclusive para a estruturação e execução de investimentos de médio e longo prazo, bem como para a manutenção ininterrupta dos serviços públicos essenciais

LEI

prestados ou coordenados por meio de gestão associada, nos termos da legislação vigente.

Art. 7º. O foro jurídico principal do CONSCENSUL será no endereço da Comarca da sede administrativa, e será fixado por ato formal do Presidente, podendo ser alterado sem necessidade de nova ratificação legislativa, desde que respeitados os limites territoriais de atuação do Consórcio.

§1º. Fica definido, neste momento, como foro jurídico principal do CONSCENSUL o estabelecido na Comarca de Pedrinhas, Estado de Sergipe.

§2º. Cabe à(o) Presidente em exercício a escolha e definição precisa do endereço físico do estabelecimento onde se situará a sede administrativa operacional do CONSCENSUL, o que pode ser feito mediante deliberação simples da diretoria, garantindo a máxima agilidade na gestão da entidade, não necessitando de ratificação legislativa para a mera alteração de endereço ou município, desde que observados os limites geográficos de atuação do Consórcio e procedidas as alterações necessárias junto aos órgãos públicos.

CAPÍTULO III - DOS CONCEITOS

Art. 8º. Para os efeitos deste Contrato de Consórcio Público, bem como de todos os atos, contratos, regulamentos e instrumentos dele decorrentes ou a ele vinculados, emanados pelo Consórcio ou por Ente Consorciado, consideram-se:

I. consórcio público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, instituída na forma da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, com a finalidade de estabelecer relações de cooperação federativa para a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa;

II. gestão associada de serviços públicos: exercício, por meio de consórcio público ou de convênio de cooperação entre entes federativos, das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos, acompanhadas ou não da prestação dos serviços, bem como da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens, nos termos do art. 241 da Constituição Federal;

III. prestação regionalizada: modalidade de prestação de serviços em que um único prestador atende a dois ou mais Municípios, contíguos ou não, com uniformidade de regulação e fiscalização, inclusive quanto à remuneração dos serviços, e com compatibilidade de planejamento; enquanto a prestação regionalizada de serviços de saneamento é a modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município, com uniformização da regulação e da fiscalização e com compatibilidade de planejamento entre os titulares, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços, estruturada na forma da lei;

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

IV. contrato de programa: instrumento por meio do qual são constituídas e reguladas as obrigações recíprocas entre entes da Federação, inclusive suas entidades da Administração Indireta, ou entre estes e consórcio público, vinculado a programas, projetos, ações ou serviços específicos desenvolvidos no âmbito dos objetivos e finalidades institucionais do Consórcio, formalizando a cooperação federativa na prestação de serviços públicos, mediante adesão expressa e individualizada do Ente Consorciado, nos termos da legislação aplicável;

V. contrato de rateio: instrumento jurídico por meio do qual os Entes Consorciados se comprometem a aportar recursos financeiros destinados ao custeio do funcionamento regular do Consórcio, de sua estrutura administrativa e de suas funções ordinárias, nos termos da lei municipal de ratificação já vigente, bem como, de forma específica e segregada, ao custeio de programas, projetos, ações ou serviços determinados, vinculados aos objetivos e finalidades institucionais do Consórcio;

VI. funções originárias: aquelas atividades, competências e serviços públicos inicialmente instituídos e ratificados pelos Entes Consorciados quando da criação do Consórcio, especialmente a gestão associada dos serviços de saneamento básico, notadamente o manejo de resíduos sólidos, preservadas as ratificações legislativas e os contratos de rateio correspondentes;

VII. funções multifinalitárias: o conjunto de novas atribuições, competências e áreas de atuação ampliadas do Consórcio, incorporadas por meio de alteração do Contrato de Consórcio Público, cuja eficácia, em relação a cada Ente Consorciado, depende de ratificação legislativa específica, podendo envolver planejamento, regulação, fiscalização, gestão, apoio técnico ou execução indireta de políticas públicas regionais;

VIII. rateio ordinário: instrumento financeiro destinado ao custeio regular das funções originárias e ordinárias do Consórcio, compreendendo sua manutenção administrativa, funcionamento de seus órgãos, despesas permanentes e execução de suas atividades, conforme contrato de rateio previamente ratificado;

IX. rateio multifinalitário ou específico: instrumento financeiro específico destinado ao custeio das funções multifinalitárias, programas específicos, projetos, investimentos e ações ampliadas do Consórcio, independente do rateio ordinário, com segregação contábil, orçamentária e financeira;

X. termo de parceria: instrumento firmado entre o Poder Público e entidade qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, destinado à formação de vínculo de cooperação para o fomento e a execução de atividades de interesse público, nos termos da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

XI. contrato de gestão: instrumento firmado entre o Poder Público e entidade qualificada como Organização Social – OS, com vistas à formação de parceria para o fomento e a execução de atividades previstas na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

XII. planejamento: atividades de identificação, organização, quantificação e orientação das ações necessárias à adequada prestação dos serviços públicos, com vistas ao alcance das metas e resultados pretendidos;

XIII. regulação: conjunto de atos normativos e administrativos destinados a disciplinar, organizar e supervisionar a prestação dos serviços públicos, abrangendo padrões de qualidade, direitos e deveres dos usuários e prestadores, impactos socioambientais e políticas tarifárias;

XIV. fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação exercidas pelo titular dos serviços, diretamente ou por entidades delegadas, com vistas à adequada prestação dos serviços;

XV. prestação de serviço público: execução de atividades ou obras necessárias à disponibilização de serviço público conforme os padrões estabelecidos pela regulação;

XVI. subsídios simples: aqueles financiados por receitas não originárias da remuneração dos serviços;

XVII. subsídios cruzados: aqueles financiados por receitas originárias da remuneração dos serviços;

XVIII. subsídios cruzados internos: aqueles processados no âmbito de um mesmo Município ou da área de atuação do Consórcio;

XIX. subsídios cruzados externos: aqueles financiados por recursos provenientes de áreas distintas da área de prestação;

XX. subsídios diretos: aqueles destinados a usuários ou entes consorciados determinados;

XXI. controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que asseguram à sociedade informação, representação técnica e participação nos processos decisórios relativos aos serviços públicos.

XXII. segregação contábil, orçamentária e financeira: separação formal, documental e operacional das receitas, despesas, ativos, passivos, contratos e obrigações, de modo a assegurar transparência, rastreabilidade, controle e correta vinculação dos recursos às respectivas áreas de atuação do Consórcio;

XXIII. atuação consorciada: exercício conjunto, coordenado ou compartilhado de competências administrativas pelos Entes Consorciados, por intermédio do Consórcio Público, mediante delegação formal, contrato de programa, convênio de cooperação ou instrumento congênere;

XXIV. gestão associada ampliada: modalidade de cooperação federativa na qual o Consórcio exerce, por delegação, funções de planejamento, regulação, fiscalização,

LEI

monitoramento, apoio técnico ou execução indireta, em mais de uma política pública, respeitados os limites legais e contratuais;

XXV. regulação técnica consorciada: conjunto de atos normativos e administrativos praticados pelo Consórcio, ou por estrutura a ele vinculada, com a finalidade de disciplinar padrões de qualidade, desempenho, continuidade, eficiência, modicidade tarifária e equilíbrio econômico-financeiro dos serviços públicos consorciados, observada a delegação formal dos titulares;

XXVI. fiscalização consorciada: atividades técnicas de acompanhamento, controle, monitoramento e avaliação da execução dos serviços públicos, contratos, concessões, permissões ou parcerias, exercidas pelo Consórcio por delegação dos Entes Consorciados;

XXVII. serviços públicos essenciais regionalizados: serviços públicos cuja prestação contínua, integrada ou compartilhada seja indispensável à coletividade e cuja interrupção possa gerar risco social, ambiental, sanitário ou econômico, notadamente aqueles executados por meio de gestão associada;

XXVIII. projetos estruturantes regionais: programas, obras, investimentos ou soluções técnicas de impacto intermunicipal ou regional, destinados à universalização de serviços, à eficiência operacional ou à sustentabilidade econômica, ambiental e institucional;

XXIX. contratos estruturantes: contratos administrativos, contratos de programa, concessões, permissões ou parcerias público-privadas vinculados a serviços essenciais ou investimentos de longo prazo, cuja extinção ou alteração possa comprometer a continuidade dos serviços;

XXX. reserva legislativa: condicionamento, ressalva ou exclusão expressamente estabelecida pelo Poder Legislativo de Ente Consorciado quando da ratificação da ampliação multifinalitária, restrita às matérias não ratificadas, sem prejuízo das funções originárias;

XXXI. adesão parcial: participação do Ente Consorciado restrita às funções originárias, ou a determinadas funções multifinalitárias expressamente ratificadas, nos termos da respectiva lei autorizativa;

XXXII. governança consorciada: conjunto de estruturas, regras, instâncias decisórias, controles internos, mecanismos de transparência e participação institucional que orientam a atuação do Consórcio;

XXXIII. representação institucional: quando o CONSCENSUL representa institucionalmente os Municípios consorciados, de forma conjunta ou individual, perante órgãos de controle e fiscalização, órgãos judiciais, secretarias e ministérios, agências reguladoras, entidades financiadoras e demais instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, no que se referir às matérias objeto da gestão associada e da regulação delegada;

LEI

XXXIV. autonomia municipal preservada: princípio segundo o qual a atuação consorciada não implica renúncia permanente de competência, mas exercício cooperativo, nos limites do contrato e da legislação;

XXXV. continuidade do serviço público: princípio que assegura a prestação ininterrupta dos serviços públicos essenciais consorciados, inclusive diante de alterações contratuais, retirada de ente ou extinção do Consórcio;

XXXVI. estabilidade institucional: condição jurídica que garante previsibilidade, segurança normativa e permanência das estruturas consorciadas, especialmente para contratos e investimentos de longo prazo;

XXXVII. segurança jurídica: observância da legalidade, da confiança legítima, da transparência e da coerência normativa na atuação do Consórcio e dos Entes Consorciados;

XXXVIII. delegação da função regulatória: ato de delegação ao CONSCENSUL do exercício das funções de organização, coordenação, representação institucional e governança da regulação, incluindo a competência para disciplinar, supervisionar e acompanhar a regulação econômica, técnica e contratual dos serviços públicos consorciados, sem prejuízo da titularidade municipal;

XXXIX. decreto: ato administrativo de alto nível, proferido pelo(a) Presidente do Consórcio para detalhar, regulamentar, organizar, dentre outras; as funções, atividades e ações definidas pela Presidência ou pela Assembleia Geral, ou demais atos de gestão cabíveis.

XL. portaria: ato administrativo de menor hierarquia, proferido pelo(a) Presidente do Consórcio ou pelo Superintendente para normatização interna, designação/nomeação de servidores/funcionários, detalhamento técnico de uma lei ou decreto, e demais atos de gestão cabíveis.

XLI. resolução: ato normativo editado pelo Presidente do Consórcio após deliberação da Assembleia Geral ou por autoridades de alto escalão hierárquico (Presidente do Consórcio, Presidente do Conselho, Diretor, etc.) para regulamentar assuntos e matérias específicas, para normatização interna e/ou complementar, ou para formalizar atos de gestão administrativa superior cabíveis.

XLII. Estatuto Social ou Estatuto: instrumento central de organização funcional, garantindo segurança jurídica, previsibilidade administrativa e coerência institucional. É o instrumento normativo responsável por disciplinar a organização institucional, administrativa e funcional do CONSCENSUL, detalhando e operacionalizando as diretrizes estabelecidas no Contrato de Consórcio, competindo-lhe, dentre outros:

a) definir a estrutura organizacional do Consórcio;
b) estabelecer as atribuições, competências e responsabilidades dos órgãos de governança, da Superintendência, das diretorias, das Coordenadorias, das Câmaras Técnicas e das unidades administrativas;
c) descrever as atribuições essenciais dos cargos e funções, distinguindo funções estratégicas, técnicas, operacionais e de controle;

LEI

d) disciplinar as formas de provimento, nomeação, designação e substituição dos cargos e funções, nos limites do Contrato de Consórcio;
e) consolidar as regras de atuação institucional, hierarquia administrativa e relações interfederativas.

XLIII. Regimento(s) Interno(s): possui natureza eminentemente operacional e procedimental, sendo o instrumento mais flexível do sistema normativo do Consórcio, podendo ser alterado com maior agilidade, sempre mediante aprovação da instância competente, sem impacto direto na estrutura jurídica do Contrato de Consórcio. É o instrumento normativo destinado a regular o funcionamento cotidiano do CONSCENSUL, disciplinando os procedimentos internos, os fluxos administrativos e a operacionalização prática das atribuições definidas no Contrato e/ou no Estatuto, competindo-lhe, entre outros aspectos:
a) definir rotinas administrativas e operacionais;
b) disciplinar o funcionamento dos órgãos colegiados, incluindo quóruns, convocações, deliberações e registros;
c) estabelecer fluxos decisórios, prazos, formas de comunicação interna e externa;
d) regulamentar a atuação das Coordenadorias e Câmaras Técnicas, inclusive reuniões, relatórios e integração entre áreas;
e) dispor sobre procedimentos de controle interno, ouvidoria, transparência e compliance;
f) disciplinar aspectos operacionais relativos a trabalho remoto, expediente, reuniões, uso de sistemas, protocolos e padronização de atos.

XLIV. Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV: possui natureza complementar ao Contrato de Consórcio, sendo o instrumento adequado para tratar de matérias sensíveis à gestão de pessoal, especialmente remuneração e evolução funcional, permitindo sua atualização periódica mediante deliberação da Assembleia Geral, sem necessidade de alteração do Contrato de Consórcio, desde que respeitados os limites legais, orçamentários, fiscais e as finalidades institucionais do Consórcio. Constitui o instrumento normativo destinado a disciplinar a estrutura e a organização das carreiras do CONSCENSUL, estabelecendo, de forma sistemática e transparente:
a) a denominação dos cargos e empregos públicos;
b) o quantitativo de vagas por cargo, quando aplicável;
c) os padrões de vencimentos, faixas salariais, gratificações e vantagens;
d) os critérios de progressão, promoção e desenvolvimento funcional;
e) os requisitos para ingresso, evolução e permanência nas carreiras;
f) as regras de avaliação de desempenho e capacitação continuada.

XLV. regulamento: atos normativos secundários, de caráter geral e abstrato, proferidos pela instância competente, destinados a detalhar, complementar e operacionalizar as disposições constantes do Contrato de Consórcio, do Estatuto Social, do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV e do Regimento Interno; capazes de estabelecer procedimentos técnicos, administrativos, operacionais e financeiros e regulamentar matérias que, por sua natureza dinâmica ou técnica, não demandam alteração do Contrato de Consórcio.

LEI

XLVI. instruções normativas, notas técnicas ou explicativas: são atos administrativos internos ou programático, de natureza técnica e operacional, destinados a uniformizar a interpretação, a aplicação e a execução das normas vigentes no âmbito do CONSCENSUL; e visa esclarecer padrões técnicos, metodológicos, procedimentais ou operacionais; disciplinar matérias específicas e pontuais, ou dar orientações técnicas; sem qualquer caráter inovador, não podendo criar direitos, deveres ou obrigações novas; devendo guardar estrita conformidade com o Contrato de Consórcio, o Estatuto, os Regulamentos e a legislação vigente, podendo ser expedidas pela Superintendência ou autoridade administrativa competente.

XLVII. resoluções, ordens de serviço, manuais técnicos, protocolos operacionais, orientações internas ou outros atos regulamentares: atos administrativos que possuem alcance restrito ao âmbito interno ou programático do Consórcio e devem observar, de forma hierárquica, as normas superiores, sendo vedada qualquer inovação que implique criação de obrigações financeiras, alteração de competências ou modificação estrutural sem a devida autorização legal ou contratual.

Parágrafo único. As definições constantes deste Capítulo possuem caráter interpretativo e integrador, devendo ser aplicadas de forma sistêmica e harmônica com os demais dispositivos deste Contrato de Consórcio Público, com a legislação federal, estadual e municipal aplicável, e com os princípios da cooperação federativa, da eficiência administrativa e da supremacia do interesse público.

TÍTULO II — DA GESTÃO ASSOCIADA

CAPITULO I - DOS OBJETIVOS, DAS FINALIDADES PRECÍPUAS E DA AUTORIZAÇÃO DA GESTÃO ASSOCIADA

Seção I – Dos objetivos e finalidades

Art. 9º. O CONSCENSUL tem por finalidade essencial promover a gestão associada, integrada, eficiente e contínua de políticas públicas, programas, serviços, projetos, obras e ações de interesse comum ou regional, cujas execuções isoladas pelos municípios se mostrem técnica, operacional ou economicamente inviáveis, antieconômicas, menos eficientes ou desprovidas de escala suficiente para garantir resultados satisfatórios.

§1º. As finalidades do Consórcio Público abrangem, de modo amplo e não taxativo, todos os setores governamentais que revelem maior eficiência, economicidade, racionalidade administrativa ou ganho de escala quando executados de forma conjunta ou centralizada, observando-se sempre o planejamento regional, a integração territorial e o desenvolvimento sustentável.

§2º. As finalidades precípuas do CONSCENSUL incluem, entre outras, as seguintes áreas e/ou sub áreas estratégicas:

I – **Saneamento Básico e Gestão de Resíduos Sólidos**, compreendendo a formulação, coordenação, planejamento, regulação técnica, fiscalização, monitoramento, avaliação e

LEI

apoio à execução dos serviços públicos de saneamento básico, com ênfase na limpeza urbana e no manejo de resíduos sólidos, incluindo, conforme a delegação dos Entes Consorciados, a prestação direta ou indireta dos serviços, por meio de execução própria, concessão, permissão, parcerias público-privadas ou outros instrumentos admitidos em lei; abrangendo a estruturação e implementação da gestão associada de saneamento básico, em âmbito regional ou consorciado, especialmente no que se refere à gestão integrada de resíduos sólidos urbanos e equiparados, contemplando soluções regionais para coleta, transporte, transbordo, tratamento, reciclagem, reaproveitamento, recuperação energética, disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, bem como a implantação, operação e encerramento regular de unidades e instalações necessárias à adequada gestão dos resíduos; incluindo a elaboração, revisão, compatibilização e execução de planos, programas, estudos e projetos técnicos, tais como Planos Municipais ou Regionais de Saneamento Básico, Planos Municipais ou Regionais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, modelagens regulatórias e contratuais, indicadores de desempenho e mecanismos de controle e transparência; com vistas ao cumprimento das metas de universalização dos serviços, à erradicação de lixões, à promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social, à eficiência operacional e à segurança jurídica dos investimentos, em consonância com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, instituído pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), com a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com as alterações promovidas pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (Marco Legal do Saneamento Básico), ou outra que a substitua, bem como com seus respectivos regulamentos, normas infralegais e diretrizes das entidades reguladoras competentes; assim como do Decreto Federal nº 11.599, de 12 de julho de 2023, que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico; a Lei Federal nº 14.260, de 8 de dezembro de 2021 (Lei de Incentivo à Reciclagem), entre outros programas governamentais;

II – **Infraestrutura, Mobilidade Urbana, Obras Públicas e Desenvolvimento Urbano**, compreendendo a formulação, elaboração, acompanhamento e revisão de projetos técnicos, estudos de viabilidade e projetos estruturantes, bem como a execução, fiscalização e manutenção de obras públicas, incluindo, entre outras, obras de pavimentação e conservação de estradas vicinais e intermunicipais, construção e recuperação de pontes, implantação e manutenção de sistemas de drenagem urbana e rural, saneamento básico e demais obras de infraestrutura essenciais ao desenvolvimento territorial sustentável; abrangendo, ainda, o apoio técnico, jurídico e institucional à elaboração, revisão, compatibilização e implementação de instrumentos de planejamento urbano e territorial, tais como Planos Diretores, Códigos de Obras e Posturas, Códigos Ambientais, normas de licenciamento ambiental, Planos Municipais de Mobilidade Urbana, Planos Municipais de Desenvolvimento, bem como a legislação municipal relacionada às parcerias público-privadas e concessões, observadas as diretrizes da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei das Parcerias Público-Privadas), da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como da legislação ambiental federal, estadual e municipal

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

aplicável; com vistas à promoção da integração regional, da racionalização de investimentos públicos, da eficiência administrativa, da sustentabilidade ambiental, da segurança urbana e da harmonização normativa entre os entes consorciados ou cooperantes, respeitada a autonomia municipal e os princípios constitucionais da administração pública;

III – **Iluminação Pública e Eficiência Energética**, compreendendo o planejamento, a gestão técnica, a operação, a modernização, a expansão e a manutenção dos sistemas de iluminação pública, incluindo a elaboração de projetos luminotécnicos, a implantação de tecnologias de alta eficiência energética, especialmente sistemas de iluminação em LED, bem como a adoção de soluções inteligentes voltadas à redução do consumo energético, à melhoria da segurança urbana e à sustentabilidade ambiental; abrangendo, ainda, a estruturação, modelagem, acompanhamento e apoio técnico, jurídico e institucional à implementação de concessões administrativas, concessões comuns ou parcerias público-privadas, inclusive em âmbito regional ou consorciado, destinadas à prestação dos serviços de iluminação pública, à luz do disposto no art. 175 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei de Concessões), da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei das Parcerias Público-Privadas), da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), da Lei Federal nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, da Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000, bem como das diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; observadas, ainda, as disposições do art. 149-A da Constituição Federal, quanto à Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP/CIP), e os princípios da eficiência, da economicidade, da sustentabilidade, da transparência e do interesse público, promovendo a integração regional, a padronização técnica e a racionalização de investimentos públicos;

IV – **Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Fiscalização Integrada**, compreendendo a formulação, coordenação, execução e apoio técnico, jurídico e institucional às políticas ambientais, abrangendo o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local, nos termos da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, bem como a elaboração, análise e acompanhamento de estudos ambientais, a imposição e o monitoramento de condicionantes, e a atuação integrada entre os entes federativos; incluindo a recuperação ambiental de áreas degradadas ou alteradas, a implementação e acompanhamento de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, a proteção de áreas de preservação permanente e de reserva legal, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal); abrangendo, ainda, a gestão, o monitoramento e a proteção dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, com foco na qualidade e quantidade das águas, no controle de usos e interferências, na prevenção de riscos e eventos críticos, e na integração com instrumentos de planejamento hídrico, em conformidade com a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos); compreendendo também a criação, gestão e apoio técnico às unidades de conservação, inclusive em regime de cooperação ou consorciamento, nos termos da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC); incluindo, por fim, a fiscalização ambiental integrada e consorciada, de caráter preventivo, orientador e repressivo, observados o poder de polícia administrativa ambiental, o devido processo

LEI

legal, o contraditório e a ampla defesa, em consonância com a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), com a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) e com a legislação ambiental federal, estadual e municipal aplicável;

V – **Desenvolvimento Rural, Agropecuário e Abastecimento**, compreendendo a formulação, coordenação, execução e apoio técnico, jurídico e institucional às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, abrangendo ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, de capacitação produtiva, de inovação tecnológica, de gestão rural e de fortalecimento da agricultura familiar e das demais formas de produção agropecuária; incluindo a organização, estruturação, implantação, gestão e fortalecimento dos Serviços de Inspeção Municipal – SIM, bem como sua adesão, manutenção e integração ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA, nos termos da Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, do Decreto Federal nº 9.013, de 29 de março de 2017 (Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA) e das normas complementares do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA; abrangendo, ainda, o fomento à organização econômica dos produtores rurais, por meio do incentivo ao cooperativismo, ao associativismo e a outras formas de organização coletiva, observadas as disposições da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (Lei do Cooperativismo) e da legislação correlata; incluindo o apoio à estruturação de cadeias produtivas locais e regionais, à comercialização regional e intermunicipal da produção agropecuária, à ampliação do acesso a mercados institucionais e privados, bem como à integração com políticas públicas de abastecimento, segurança alimentar e compras governamentais, em consonância com a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Política Nacional da Agricultura Familiar), com a Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e com a Lei Federal nº 14.628, de 20 de julho de 2023, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;

VI – **Tecnologia da Informação, Governança e Inovação Administrativa**, compreendendo a formulação, coordenação, implementação e apoio técnico, jurídico e institucional à modernização da gestão pública, mediante o desenvolvimento, compartilhamento e interoperabilidade de sistemas integrados de informação, a implantação e utilização de ferramentas de geoprocessamento e Sistemas de Informações Geográficas – SIG, bem como a integração, consolidação e qualificação de bancos de dados municipais, respeitados os padrões técnicos e normativos aplicáveis; abrangendo, ainda, a padronização de rotinas, procedimentos e fluxos administrativos, a automação de processos, a adoção de soluções de governo digital, de gestão por resultados e de inovação administrativa, com vistas ao aumento da eficiência, da economicidade, da qualidade dos serviços públicos e da capacidade de planejamento e tomada de decisão; incluindo a promoção da transparência ativa, do acesso à informação e da participação social, mediante a disponibilização de dados abertos, informações qualificadas e serviços digitais, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), com a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, com a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei do Governo Digital), com a Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), bem como com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral

LEI

de Proteção de Dados Pessoais – LGPD); observados, em todas as fases, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como as diretrizes de governança pública, gestão de riscos, integridade e controle interno, promovendo a integração regional, a segurança da informação, a padronização tecnológica e a racionalização de investimentos públicos;

VII – **Saúde Pública Regional e Vigilância em Saúde**, compreendendo a formulação, coordenação, execução e apoio técnico, jurídico e institucional às políticas públicas de saúde, no âmbito regional ou consorciado, abrangendo a gestão, operação e apoio às unidades regionais de saúde, tais como policlínicas, centros de especialidades, unidades ambulatoriais, laboratórios de análises clínicas, centrais de diagnóstico e serviços de apoio terapêutico, observadas as diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde – SUS; incluindo a organização, gestão e otimização da logística de insumos, medicamentos, imunobiológicos, materiais médico-hospitalares e equipamentos, bem como o planejamento e a execução de programas de vacinação, de ações de imunização e de campanhas de saúde pública, em consonância com as normas do Programa Nacional de Imunizações – PNI e com as diretrizes do Ministério da Saúde; abrangendo, ainda, a estruturação, integração e regulação de fluxos assistenciais regionais, com vistas à garantia da integralidade do cuidado, à hierarquização e regionalização dos serviços de saúde, à redução de vazios assistenciais e ao fortalecimento das redes de atenção à saúde, nos termos da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, bem como das normas complementares do Ministério da Saúde; incluindo, por fim, as ações de Vigilância em Saúde, compreendendo a vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador, a prevenção e o controle de riscos, agravos e eventos de interesse à saúde pública, observadas as disposições da Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e da legislação sanitária federal, estadual e municipal aplicável;

VIII – **Educação Pública Regional e Formação Continuada**, compreendendo a formulação, coordenação, execução e apoio técnico, jurídico e institucional às políticas públicas educacionais, em âmbito regional ou consorciado, abrangendo a centralização e racionalização de compras públicas educacionais, incluindo a aquisição e a gestão de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, uniformes, material didático, equipamentos pedagógicos e insumos correlatos, com vistas à economicidade, à padronização e à eficiência administrativa; incluindo a estruturação, coordenação e execução de programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação, especialmente professores, gestores escolares e equipes técnicas, voltados ao aprimoramento pedagógico, à inovação educacional e à melhoria dos indicadores de aprendizagem; abrangendo, ainda, a implementação e gestão de sistemas regionais de avaliação educacional, de monitoramento do desempenho escolar e de apoio à tomada de decisões, bem como a organização, planejamento, operação e gestão logística do transporte escolar intermunicipal, observadas as condições de segurança, regularidade, acessibilidade e eficiência; em conformidade com os princípios e diretrizes da Constituição Federal, especialmente os arts. 205 a 214, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, atualmente substituída pela Lei Federal nº 14.113,

LEI

de 25 de dezembro de 2020 (FUNDEB permanente), da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (alimentação escolar), bem como das normas complementares do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e do Ministério da Educação;

IX – **Segurança Pública, Guarda Municipal, Trânsito e Defesa Social**, compreendendo, exclusivamente no âmbito das competências municipais e da cooperação interfederativa, a formulação, coordenação e o apoio técnico, jurídico, administrativo e institucional às políticas públicas de defesa social, segurança urbana e mobilidade segura, sem prejuízo das atribuições constitucionais dos Estados e da União. Abrange a estruturação, implantação, gestão e integração de sistemas regionalizados de prevenção e ordenamento urbano, incluindo: a) sistemas de videomonitoramento regional, centrais compartilhadas de monitoramento urbano e plataformas integradas de observação e análise (SIMUR ou sistemas equivalentes), voltados à prevenção situacional da violência, à proteção do patrimônio público, ao apoio operacional às Guardas Municipais, à gestão do tráfego urbano e à cooperação com os órgãos de segurança pública estaduais e federais; b) a coordenação regionalizada das políticas de trânsito, compreendendo o planejamento, a padronização técnica e o apoio à implantação e operação de órgãos e serviços municipais de trânsito, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, incluindo ações de engenharia de tráfego, sinalização viária, fiscalização administrativa de trânsito, controle operacional da circulação, segurança viária e educação para o trânsito; c) a centralização, padronização e coordenação regional de programas de capacitação, formação continuada e treinamento das Guardas Municipais, dos agentes municipais de trânsito e dos demais agentes de defesa social, bem como a elaboração, harmonização e difusão de protocolos operacionais padrão, manuais técnicos e procedimentos administrativos, observadas as diretrizes nacionais aplicáveis; d) a centralização e racionalização de compras públicas, de forma compartilhada ou consorciada, destinadas à aquisição de equipamentos de proteção individual – EPIs, uniformes, viaturas, sistemas tecnológicos, equipamentos de videomonitoramento, radares, dispositivos de controle de tráfego, instrumentos de menor potencial ofensivo e armamentos legalmente autorizados, estritamente nos limites da legislação vigente, bem como a gestão administrativa desses bens; e) a promoção da integração institucional e operacional com os órgãos de segurança pública dos Estados e da União, especialmente as Polícias Civil e Militar, os Corpos de Bombeiros Militares, os órgãos federais competentes e as entidades do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, vedada qualquer atuação que implique exercício direto de poder de polícia ostensiva ou investigativa, nos termos da Constituição Federal; f) o apoio técnico e institucional às ações de defesa civil, prevenção e resposta a desastres, segurança viária, controle de riscos urbanos, ordenamento do uso do espaço público e proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente urbano. Tudo em conformidade com o disposto nos arts. 144, §§ 7º e 8º, e 30, I e V, da Constituição Federal; com a Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais); com a Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (Sistema Único de Segurança Pública – SUSP); com a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); com a Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento); e com a legislação federal, estadual e municipal aplicável.

X - **Ação Social, Desenvolvimento Humano e Políticas Públicas de Proteção Social**, compreendendo a formulação, coordenação, execução e apoio técnico, jurídico e

LEI

institucional às políticas públicas de assistência social e desenvolvimento humano, em âmbito municipal, regional ou consorciado, destinadas à promoção da dignidade da pessoa humana, à redução das desigualdades sociais e à garantia de direitos fundamentais; abrangendo a estruturação, gestão e apoio a programas, serviços, projetos e benefícios socioassistenciais, voltados à proteção social básica e especial, ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social, observadas as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nos termos da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS); incluindo a formulação, implementação e gestão de políticas, programas e ações específicas voltadas à criança e ao adolescente, com foco na proteção integral, na prevenção de violações de direitos, na promoção do desenvolvimento saudável e na garantia de acesso a políticas públicas essenciais, em consonância com o art. 227 da Constituição Federal e com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA); abrangendo, ainda, ações direcionadas a idosos, pessoas com deficiência, mulheres, população em situação de rua, populações tradicionais, comunidades rurais, povos e grupos socialmente vulneráveis, bem como políticas de inclusão social, igualdade de oportunidades, segurança alimentar, combate à pobreza e promoção da cidadania, observadas as disposições da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e da legislação social correlata; incluindo a estruturação e o fortalecimento de equipamentos públicos e redes de atendimento socioassistencial, tais como CRAS, CREAS, centros de convivência, serviços de acolhimento institucional e familiar, bem como a articulação intersetorial com as políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, renda e segurança alimentar, promovendo atuação integrada e eficiente; compreendendo, por fim, o apoio técnico à criação, fortalecimento e funcionamento de conselhos de direitos e conselhos de políticas públicas, a gestão compartilhada de fundos públicos sociais, a captação e execução de recursos públicos, e a padronização de procedimentos administrativos e de gestão social, respeitados os princípios da legalidade, da participação social, da transparência e do controle social;

XI - **Gestão de Pessoas, Capacitação, Governança Institucional e Qualificação dos Serviços Públicos**, compreendendo a formulação, coordenação, execução e apoio técnico, jurídico e institucional às políticas de gestão de pessoas no âmbito da administração pública municipal, em regime de cooperação, consorciamento ou atuação integrada, com vistas ao aperfeiçoamento da capacidade técnica, gerencial e operacional dos servidores públicos e à melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos prestados à população; abrangendo a estruturação, padronização e modernização dos sistemas de gestão de recursos humanos, incluindo planejamento de força de trabalho, organização de carreiras, avaliação de desempenho, gestão por competências, dimensionamento de pessoal, racionalização de estruturas administrativas e adoção de boas práticas de governança pública; incluindo a coordenação, centralização e execução de programas de capacitação, formação inicial e continuada, qualificação técnica e desenvolvimento profissional, por meio de cursos, treinamentos, oficinas, certificações e programas de aperfeiçoamento, presenciais ou a distância, destinados a servidores, gestores e agentes públicos, observadas as diretrizes da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no que couber, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e

LEI

dos princípios constitucionais da Administração Pública; abrangendo, ainda, o apoio técnico à modelagem, estruturação, acompanhamento e gestão de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos, inclusive Organizações Sociais – OS e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, bem como demais organizações da sociedade civil, estritamente nos termos da Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, e da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), observados os princípios da legalidade, da transparência, do controle, da eficiência e do interesse público; incluindo a estruturação e coordenação de processos de terceirização lícita de serviços, nos limites da legislação vigente, com foco em atividades acessórias, instrumentais ou complementares, vedada a substituição indevida de cargos, empregos ou funções típicas de Estado, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e com a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores; abrangendo a criação, organização e funcionamento de conselhos, comissões e instâncias técnicas intermunicipais ou regionais, de caráter consultivo, propositivo ou deliberativo, voltadas à padronização de procedimentos, à troca de experiências, à produção de conhecimento aplicado e à elevação do padrão técnico da gestão pública municipal, sem prejuízo da autonomia administrativa de cada ente; compreendendo, por fim, a atuação técnica consorciada ou cooperativa para apoio especializado às administrações municipais, nas diversas áreas da gestão pública, visando à qualificação dos processos administrativos, à melhoria dos serviços públicos, ao fortalecimento institucional e à promoção de uma administração pública profissional, eficiente e orientada a resultados, em observância aos arts. 37 e 241 da Constituição Federal, à Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 (Lei dos Consórcios Públicos), e à legislação correlata;

XII – **Mudança Climática e Governança Climática Regional**, compreendendo a formulação, coordenação, execução e apoio técnico, jurídico e institucional às políticas públicas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, adaptação às mudanças climáticas e promoção da resiliência territorial, em âmbito municipal, regional ou consorciado, abrangendo a elaboração e implementação de planos de ação climática, inventários de emissões, estratégias de descarbonização, medidas de adaptação e redução de riscos climáticos, bem como a integração da variável climática aos instrumentos de planejamento urbano, ambiental e setorial; incluindo a estruturação e execução de projetos de desenvolvimento sustentável, soluções baseadas na natureza, infraestrutura verde e azul, e ações de prevenção e resposta a eventos climáticos extremos, em consonância com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, com o Acordo de Paris, com as Contribuições Nacionalmente Determinadas – NDC, com o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões instituído pela Lei Federal nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, e com as normas e diretrizes técnicas nacionais e internacionais aplicáveis; abrangendo, ainda, a captação, gestão e aplicação de recursos financeiros climáticos, nacionais ou internacionais, inclusive oriundos de mecanismos de mercado de carbono, fundos climáticos e instrumentos econômicos ambientais, observados os princípios da legalidade, da sustentabilidade, da transparência, da participação social e do interesse público.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

XIII – **Esporte, Lazer e Desenvolvimento Esportivo Regional**, compreendendo a formulação, coordenação, execução e apoio técnico, jurídico, administrativo e institucional às políticas públicas de esporte e lazer, em âmbito municipal, regional ou consorciado, com vistas à promoção do desenvolvimento humano, da inclusão social, da saúde, da cidadania, da formação esportiva, do esporte educacional, comunitário, amador e de rendimento, respeitada a autonomia municipal e observadas as competências constitucionais e legais aplicáveis. Abrange, de forma integrada e regionalizada: a) a infraestrutura esportiva, compreendendo a manutenção preventiva e corretiva, a reforma, a ampliação, a adequação para acessibilidade e a construção de equipamentos e espaços esportivos públicos, tais como ginásios, quadras, campos, estádios, centros esportivos, pistas, arenas multiuso e demais instalações, incluindo a elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, fiscalização de obras, aquisição, instalação e manutenção de equipamentos fixos e móveis, bem como a locação e gestão compartilhada de espaços esportivos para eventos e atividades institucionais; b) a organização, produção e execução de eventos, competições e atividades esportivas, em âmbito local, regional ou intermunicipal, incluindo campeonatos, torneios, circuitos, jogos escolares, eventos comunitários e institucionais, com a contratação de serviços especializados de organização, arbitragem, cronometragem eletrônica, narração, locução, fotografia, filmagem, produção audiovisual, montagem de estruturas temporárias, sonorização, iluminação, segurança, brigadistas, apoio médico, ambulâncias e demais serviços necessários à regular realização dos eventos; c) a gestão de recursos humanos e capacitação esportiva, compreendendo a contratação ou disponibilização de professores, técnicos, treinadores, monitores, coordenadores e equipes de apoio esportivo, bem como a promoção e o custeio de ações de capacitação, formação inicial e continuada, cursos, oficinas, seminários, congressos e intercâmbios técnicos, incluindo, quando necessário, o pagamento de diárias, passagens, alimentação e logística para servidores, atletas e equipes técnicas, nos termos da regulamentação própria; d) o planejamento, gestão, controle e apoio institucional das políticas esportivas, abrangendo a elaboração de projetos esportivos, planos de trabalho, diagnósticos, mapeamentos e cadastros esportivos municipais e regionais, o desenvolvimento ou contratação de sistemas de gestão esportiva, a contratação de assessorias técnicas, contábeis e jurídicas especializadas, bem como a execução de atividades de prestação de contas de convênios, termos de fomento, parcerias e fundos vinculados ao esporte; e) a aquisição, gestão e distribuição de materiais, equipamentos e insumos esportivos, incluindo materiais permanentes e de consumo, materiais educativos e pedagógicos, uniformes, equipamentos médico-esportivos, itens de primeiros socorros, premiações institucionais, troféus, medalhas, brindes esportivos e demais bens necessários ao desenvolvimento das atividades, podendo incluir, quando previsto em regulamento ou legislação específica, premiação em dinheiro como incentivo ao esporte amador ou de rendimento; f) a comunicação, divulgação e promoção institucional do esporte, compreendendo a produção de material gráfico, digital e audiovisual, campanhas institucionais, cobertura de mídia, gestão de redes sociais, confecção de materiais informativos e educativos, bem como a criação e apoio a projetos de canais, mídias e plataformas esportivas institucionais; g) a promoção da inclusão social, do esporte educacional e comunitário, abrangendo programas e projetos de esporte de base, esporte educacional, esporte comunitário, esporte adaptado, paradesporto, incentivo ao esporte feminino, apoio a atletas e equipes em competições

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

oficiais, bem como ações esportivas voltadas à saúde, à qualidade de vida e à prevenção de vulnerabilidades sociais; h) os aspectos legais e institucionais da política esportiva, incluindo o apoio técnico e institucional a associações, ligas, federações e entidades esportivas legalmente constituídas, a celebração de convênios, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres, a operacionalização de programas de bolsas-atleta ou auxílios esportivos, quando houver legislação autorizativa, bem como a contratação de seguros para atletas, equipes técnicas, eventos e instalações esportivas; i) o fomento, a coordenação e a execução do esporte intermunicipal e regional, compreendendo a organização, estruturação e realização de campeonatos, torneios, ligas, circuitos e competições intermunicipais, envolvendo Municípios consorciados ou cooperantes, com vistas à integração regional, ao intercâmbio esportivo, à valorização de atletas locais e ao fortalecimento do esporte de base, amador e de rendimento; incluindo a atuação do Consórcio na estruturação técnica, logística, administrativa e institucional desses eventos, mediante a disponibilização ou contratação de infraestrutura, equipamentos, arbitragem, apoio técnico, serviços operacionais, comunicação institucional, segurança, saúde e demais meios necessários à regular realização das competições; podendo o CONSCENSUL, conforme regulamento próprio e instrumentos de adesão específicos, centralizar a organização regional dos eventos, apoiar financeiramente ou logisticamente os Municípios participantes, captar recursos externos, firmar parcerias com entidades esportivas, federações e ligas, e estabelecer calendários esportivos regionais, respeitada a autonomia municipal e a legislação aplicável. Tudo em conformidade com a Constituição Federal, especialmente os arts. 6º, 217 e 225, com a legislação federal, estadual e municipal aplicável às políticas públicas de esporte e lazer, com as normas de responsabilidade fiscal, de contratação pública, de controle e de transparência, sempre respeitando as competências municipais.

XIV – **Crédito de carbono, instrumentos de mercado ambiental e ativos climáticos**, compreendendo a formulação, coordenação, estruturação, implementação, gestão e apoio técnico, jurídico, administrativo e institucional a programas, projetos, ações e iniciativas consorciadas voltadas à mitigação das emissões de gases de efeito estufa – GEE, à adaptação às mudanças climáticas e à promoção da economia de baixo carbono, em âmbito municipal, regional ou intermunicipal, em conformidade com a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (Lei Federal nº 12.187/2009), com o Decreto Federal nº 11.075/2022, com o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa – SBCE (Lei Federal nº 15.042/2024), com a Lei Federal nº 14.590/2023 e demais normas aplicáveis, ou as que as substituam, e seus regulamentos, podendo abranger, dentre outras atividades, a identificação, estruturação, desenvolvimento, certificação, registro, mensuração, monitoramento, reporte e verificação (MRV), negociação, comercialização, aquisição, compensação, neutralização, aposentadoria e demais formas legalmente admitidas de utilização de créditos de carbono, permissões de emissão e ativos ambientais correlatos, nos mercados regulado e voluntário, inclusive em projetos relacionados à gestão e tratamento de resíduos sólidos, saneamento básico, eficiência energética, fontes renováveis, mobilidade urbana sustentável, uso e ocupação do solo, florestas, recuperação de áreas degradadas, biodiversidade, agricultura sustentável e demais atividades reconhecidas pela legislação e pelos padrões técnicos aplicáveis, observados os princípios da integridade ambiental, adicionalidade, transparência, rastreabilidade, mensurabilidade, prevenção à dupla contagem,

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

segregação contábil, financeira e patrimonial, governança pública, controle interno e externo, sendo a adesão dos Municípios consorciados voluntária e condicionada à aprovação de programas específicos, à celebração de contratos de rateio próprios, à demonstração de viabilidade técnica, econômica e ambiental, à observância da legislação orçamentária e fiscal e à autorização dos órgãos competentes, podendo o CONSCENSUL, quando autorizado, celebrar convênios, acordos, contratos, parcerias e instrumentos congêneres com entes públicos ou privados, nacionais ou internacionais, apoiar juridicamente os Municípios consorciados na elaboração de atos normativos, contratos e modelos de governança climática, e estruturar programas regionais ou intermunicipais de créditos de carbono, assegurada a destinação vinculada de eventuais receitas às finalidades ambientais, climáticas ou institucionais previstas nos respectivos programas.

XV – **outras áreas** ou desdobramentos das áreas previstas, que demonstrem inequívoca viabilidade técnica, financeira ou administrativa para execução consorciada, mediante decreto, após aprovação da Assembleia Geral.

§ 3º As finalidades precípuas do CONSCENSUL incluem, entre outras, as ações permanentes e ordinárias inerentes à gestão associada e ao apoio institucional aos Entes Consorciados, já compreendidas no custeio do rateio ordinário, destinadas à manutenção, ao funcionamento regular e ao exercício continuado das atribuições consorciadas, abrangendo, especialmente e, dentre outras:

I – o apoio técnico, institucional e formativo a cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, incluindo a promoção de cursos, capacitações, assessoria contábil, jurídica e administrativa, bem como o suporte à estruturação organizacional, ao fortalecimento institucional e à formalização e manutenção dessas entidades;

II – o apoio à captação de recursos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, bem como à elaboração/orientação de projetos técnicos, arquitetônicos e de engenharia destinados à construção, ampliação, reforma ou adequação de galpões, centrais de triagem, unidades de apoio logístico e demais infraestruturas vinculadas à cadeia da reciclagem e da gestão de resíduos sólidos;

III – a prestação de apoio jurídico especializado aos Entes Consorciados, notadamente nas matérias relacionadas ao manejo de resíduos sólidos, à limpeza urbana, à política nacional e estadual de resíduos sólidos, à logística reversa, aos contratos, convênios, termos de ajustamento, programas e ações correlatas;

IV – a estruturação, coordenação e oferta da gestão associada de sistemas e arranjos voltados à logística reversa, inclusive por meio da disponibilização de redes, instrumentos, fluxos operacionais e soluções regionais que possibilitem aos Municípios o cumprimento de suas obrigações legais e regulatórias;

V – a elaboração, revisão, atualização, coordenação e execução do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como o apoio técnico aos planos municipais correlatos, observadas as diretrizes legais e normativas aplicáveis;

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

VI – a atuação como interlocutor técnico-institucional em projetos, programas e instrumentos ambientais, incluindo Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRADs, estudos técnicos e ações correlatas, com a disponibilização de consultoria para apoio técnico, jurídico ou operacional aos Entes Consorciados;

VII – a disponibilização de corpo técnico próprio ou compartilhado para a elaboração de estudos, projetos, diagnósticos, modelagens, relatórios técnicos e demais instrumentos necessários à implementação das políticas públicas relacionadas às finalidades do Consórcio;

VIII – a disponibilização de assessoria e consultoria jurídica para atuação em procedimentos administrativos, extrajudiciais ou judiciais que envolvam matérias relacionadas às finalidades consorciadas, bem como para a elaboração, revisão ou atualização de leis, projetos de lei, decretos, portarias, regulamentos e demais atos normativos municipais, majoritariamente os afetos à gestão de resíduos sólidos e às políticas públicas consorciadas;

IX – o apoio operacional emergencial aos Entes Consorciados, inclusive mediante a disponibilização, cessão temporária ou autorização de uso de veículos ou maquinários próprios, locados ou cedidos ao Consórcio, destinados à manutenção da continuidade dos serviços de coleta e manejo de resíduos sólidos ou outros ofertados;

X – a captação, aquisição e disponibilização de materiais, equipamentos, máquinas e veículos, próprios ou obtidos por cessão, convênio ou financiamento, bem como a autorização de seu uso em favor dos Entes Consorciados, nos limites das normas aplicáveis e das deliberações dos órgãos de governança do Consórcio.

§4º. As ações previstas no parágrafo anterior caracterizam-se como atividades ordinárias, permanentes e estruturantes do CONSCENSUL, já contempladas no rateio ordinário vigente, e independem de programa específico, não implicando, por si só, na criação de novos encargos financeiros automáticos aos Entes Consorciados; sem prejuízo da instituição de programas, projetos ou rateios específicos quando houver ampliação de escopo ou assunção de obrigações extraordinárias.

§5º. Para o fiel cumprimento de suas finalidades institucionais, observadas a autonomia dos Entes Consorciados e as competências constitucionais de cada ente federativo, o CONSCENSUL poderá, nos termos da legislação vigente proceder com:

I – Planejamento, delegação, regulação e gestão de serviços públicos, exercendo, por delegação expressa dos Entes Consorciados, atividades de planejamento, organização, gestão, execução indireta, monitoramento, avaliação e fiscalização de serviços públicos de interesse comum, inclusive serviços públicos concedidos, permitidos ou objeto de parcerias, nos termos dos arts. 175 e 241 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, respeitados os limites da delegação formal e os contratos celebrados;

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

II – Contratações públicas, obras e aquisições em escala regional; realizando obras públicas, bem como licitações e contratações administrativas para aquisição de bens, serviços comuns ou especializados, soluções tecnológicas ou de infraestrutura, inclusive de forma centralizada ou compartilhada, em escala regional, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis;

III – Concessões, permissões, parcerias e contratos de programa; para fins de estruturar, apoiar, celebrar, gerir e fiscalizar contratos de concessão comum, concessão administrativa, permissão de serviços públicos, parcerias público-privadas e contratos de programa, inclusive em nome dos Entes Consorciados, quando autorizado, observadas a Lei Federal nº 8.987/1995, a Lei Federal nº 11.079/2004, a Lei Federal nº 11.107/2005 e a legislação setorial específica;

IV – Regulação, fiscalização e estruturas técnicas especializadas; para instituir, organizar e manter câmaras técnicas, comissões, coordenadorias, núcleos regulatórios, unidades de fiscalização e estruturas operacionais especializadas, com atribuições técnicas, administrativas ou regulatórias, inclusive para acompanhamento de contratos, fiscalização da execução de serviços delegados e avaliação de desempenho, respeitada a legislação aplicável e a delegação formal dos Entes Consorciados;

V – Representação institucional e atuação perante órgãos reguladores e de controle, podendo atuar, por delegação expressa, na representação institucional dos Entes Consorciados perante agências reguladoras, tribunais de contas, ministérios públicos, órgãos ambientais, órgãos de controle interno e externo, entidades financiadoras e demais instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, exclusivamente nos temas e matérias de interesse consorciado, sem prejuízo da atuação direta de cada ente;

VI – Celebração de instrumentos jurídicos e cooperação interfederativa, podendo celebrar convênios, termos de cooperação, acordos, protocolos de intenções, contratos administrativos, contratos de programa, termos de fomento ou colaboração, ajustes operacionais e instrumentos congêneres, com entes públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, observada a legislação aplicável;

VII – Captação, gestão e aplicação de recursos; com objetivo de captar, receber, gerir, aplicar e prestar contas de recursos financeiros, patrimoniais ou tecnológicos, de origem pública ou privada, inclusive transferências voluntárias, financiamentos, operações de crédito autorizadas, doações, cooperação internacional e receitas próprias, vinculados às suas finalidades institucionais, respeitadas as normas de direito financeiro e orçamentário;

VIII – Capacitação, inovação e desenvolvimento institucional; para promover capacitação técnica, formação continuada, inovação administrativa, desenvolvimento institucional, padronização de procedimentos e disseminação de boas práticas, voltadas ao fortalecimento da gestão pública regional e à melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados pelos Entes Consorciados.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

IX – Outras, na forma da Lei ou de regulamento específico.

Seção II - Da Autorização Geral para Adesão a Programas, Delegação de Serviços e Estruturação de Modelos de Prestação

Art. 10. Fica estabelecido que a lei municipal ratificadora deste Protocolo/Contrato de Consórcio constitui autorização legislativa geral, prévia e suficiente, no âmbito das finalidades, objetos e áreas de atuação expressamente ratificados, para que cada Ente Consorciado, independentemente da edição de nova lei específica a cada situação, possa aderir, de forma voluntária e individualizada, a programas, projetos, ações, serviços, modelagens e soluções consorciadas instituídas pelo CONSCENSUL.

§1º. A adesão do Ente Consorciado a cada programa dar-se-á mediante instrumento formal específico, tais como Contrato de Programa, Termo de Adesão, Convênio de Cooperação ou instrumento congênere, aprovado na forma deste Contrato e publicado no Diário Oficial do Município aderente, sendo este ato suficiente para a delegação das atribuições e serviços relacionados ao programa aderido, nos limites das competências municipais e da gestão associada.

§2º. A autorização prevista neste artigo abrange a delegação ao CONSCENSUL para estruturar, coordenar e implementar, no interesse dos Entes aderentes, modelos de prestação direta ou indireta de serviços públicos, inclusive por meio de execução própria, concessão, permissão, parcerias público-privadas ou outros instrumentos admitidos em lei, observadas as finalidades do Consórcio nas áreas previstas neste Contrato.

§3º. Para fins de estruturação das soluções previstas no §2º, o CONSCENSUL fica autorizado, mediante deliberação da Assembleia Geral, a instaurar e conduzir Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMI, Manifestações de Interesse Privado – MIP, bem como estudos, projetos e modelagens técnicas, econômico-financeiras, ambientais, regulatórias e contratuais, no interesse dos Entes Consorciados aderentes, observado o regime jurídico aplicável.

§4º. A adesão a programas e a delegação de serviços nos termos deste artigo dependem da celebração de novo contrato de rateio específico ou setorial, independente do contrato de rateio ordinário que permanece válido para o custeio da estrutura e do funcionamento regular do Consórcio, ficando desde já autorizada, pela ratificação deste Contrato, a celebração de contratos de rateio específico vinculados a programas determinados, desde que haja a assinatura expressa do Ente Consorciado aderente.

§ 5º O rateio específico ou setorial referido no §4º. terá por finalidade exclusiva o custeio do programa, projeto, ação ou serviço aderido e ficará condicionado à observância da legislação orçamentária e financeira do respectivo Ente Consorciado, inclusive quanto à existência de dotação orçamentária, créditos adicionais, compatibilidade com o plano plurianual e demais exigências legais e locais, sem prejuízo do controle legislativo nos casos em que este seja constitucional ou legalmente inevitável.

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

§ 6º A autorização geral prevista neste artigo não implica criação automática de obrigações financeiras, garantias, endividamento, renúncia de receitas, compromissos plurianuais ou demais compromissos orçamentários; nem dispensa o cumprimento das exigências específicas previstas na legislação aplicável às concessões, permissões e parcerias público-privadas, inclusive quanto à necessidade de autorização legislativa específica quando expressamente exigida pelo ordenamento jurídico.

CAPITULO II – DA GESTÃO ASSOCIADA E DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Seção I – Delegação Regulatória

Art. 11. Os Entes Consorciados, no exercício de sua autonomia constitucional, delegam ao CONSCENSUL as funções de coordenação, estruturação, articulação e governança da regulação dos serviços públicos de interesse comum, inclusive a prerrogativa de celebrar instrumentos jurídicos necessários à efetiva implementação do arranjo regulatório, observado o disposto nas normas de referência.

Art. 12. O CONSCENSUL fica expressamente autorizado a representar os Entes consorciados, de forma conjunta ou individual, perante agências reguladoras, órgãos de controle, entidades financiadoras e demais instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, no que se referir às matérias objeto da gestão associada e da regulação delegada dos serviços públicos de interesse comum, competindo-lhe:

I – estruturar e coordenar o arranjo regulatório regional, em conformidade com as normas de referência e exigências da Agência Reguladora;
II – representar os Entes Consorciados perante entidades reguladoras e órgãos de controle;
III – celebrar convênios, contratos ou instrumentos congêneres com agências reguladoras municipais, estaduais, interfederativas ou federais, para o exercício técnico da regulação;
IV – acompanhar e supervisionar a atuação regulatória delegada;
V – assegurar a sustentabilidade econômica e institucional da regulação.

§1º. A delegação da representação da atividade regulatória independe da celebração de contrato de programa específico, não se confundindo com a prestação dos serviços públicos.

§2º. O exercício da regulação poderá ser realizado diretamente pelo Consórcio, quando houver capacidade técnica suficiente, ou indiretamente, mediante delegação a entidade reguladora especializada.

Seção II – Remuneração da Função Regulatória

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

Art. 13. A função regulatória exercida direta ou indiretamente no âmbito da gestão associada será custeada mediante:

I – rateio específico ou setorial entre os Entes Consorciados;
II – taxa regulatória incidente sobre os serviços regulados;
III – parcela tarifária destacada, quando aplicável;
IV – outras fontes legalmente admitidas.

§1º. A adesão do Consórcio a entidade reguladora, bem como a remuneração pela atividade regulatória exercida direta ou indiretamente, não implicam assunção automática de encargos financeiros pelo Consórcio, devendo o custeio da regulação ser instituído e autorizado por lei específica de cada Ente Consorciado, salvo se já houver previsão legislativa anterior, observado o modelo de cobrança adotado pela entidade reguladora competente, podendo o pagamento ser realizado diretamente pelo Ente Consorciado à agência reguladora, ou por intermédio do Consórcio, quando assim deliberado pela Assembleia Geral, hipótese em que será formalizado contrato de rateio específico ou setorial.

§2º. A regulação econômica dos serviços públicos regulados, compreendendo fixação, reajuste e revisão tarifária, embora previamente delegada no âmbito da gestão associada, será exercida e normatizada sob a governança do arranjo regulatório a ser definido em conjunto com a entidade reguladora competente, nos termos das normas de referência e da legislação aplicável, não implicando autorização automática para cobrança tarifária ou alteração de regimes econômicos sem os ajustes legais e contratuais cabíveis.

§3º. A definição da fonte de custeio pelo Consórcio e Entes Consorciados observará os princípios da modicidade tarifária, transparência, sustentabilidade econômica e independência regulatória.

§4º. A remuneração da entidade reguladora não se confunde com a remuneração do prestador dos serviços públicos, sendo disciplinada em instrumento próprio.

Seção III – Da Implementação do Arranjo Regulatório e da Delegação da Regulação dos Serviços de Saneamento Básico

Art. 14. O CONSCENSUL; nos termos do Decreto Federal nº 11.599, de 12 de julho de 2023, das normas de referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005; fica expressamente autorizado e delegado a estruturar, coordenar e implementar o arranjo regulatório regional dos serviços públicos de saneamento básico de titularidade dos Entes Consorciados.

§1º. Para fins de implementação do arranjo regulatório, o CONSCENSUL poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral, celebrar convênio, termo de cooperação, contrato de delegação ou instrumento congênere com entidade reguladora federal, estadual, intermunicipal ou municipal, dando-se preferência à Agência Reguladora de

LEI

Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE ou outra Agência devidamente regularizada com atuação específica no Estado de Sergipe, para o exercício das funções regulatórias relativas aos serviços públicos de saneamento básico, em todas as suas vertentes, inclusive abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais (drenagem).

§2º. Na hipótese de a AGRESE não exercer, total ou parcialmente, a regulação dos serviços referidos no §1º, ou de inexistir convênio válido que assegure a plena cobertura regulatória exigida pelas normas da ANA, poderá o CONSCENSUL buscar outra entidade reguladora apta, com atuação na esfera federal, estadual ou interfederativa, na forma da legislação aplicável, assegurada a continuidade do arranjo regulatório e a observância das normas de referência nacionais.

§3º. A celebração de convênio ou instrumento congênere com entidade reguladora não se confunde com a prestação dos serviços públicos, independe da celebração de contrato de programa específico e destina-se exclusivamente à organização, normatização, fiscalização, acompanhamento e governança regulatória dos serviços consorciados, preservada a titularidade municipal e as competências legais dos Entes Consorciados.

§4º. A remuneração da entidade reguladora, bem como os custos decorrentes da implementação e manutenção do arranjo regulatório, não se encontram abrangidos pelos contratos de programa, contratos de concessão ou parcerias público-privadas eventualmente existentes, dependendo de ajuste específico entre os Entes Consorciados, com prévia autorização legislativa municipal, acaso inexistente, observado o modelo de custeio definido pela entidade reguladora competente.

§5º. O custeio da atividade regulatória poderá ser realizado diretamente pelos Municípios à entidade reguladora, ou por intermédio do CONSCENSUL, quando assim deliberado pela Assembleia Geral, hipótese em que será formalizado contrato de rateio específico ou setorial, distinto do rateio ordinário, com observância da segregação contábil, orçamentária e financeira.

§6º. A regulação econômica dos serviços públicos de saneamento básico, compreendendo fixação, reajuste e revisão tarifária, embora previamente delegada no âmbito da gestão associada, será exercida e normatizada sob a governança do arranjo regulatório a ser definido em conjunto com a entidade reguladora competente, nos termos das normas de referência da ANA e da legislação aplicável, não implicando autorização automática para cobrança tarifária ou alteração de regimes econômicos sem os ajustes legais e contratuais cabíveis.

TÍTULO III - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DA GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 15. A estrutura institucional do CONSCENSUL é composta por órgãos de direção política, de administração executiva, de assessoramento técnico e de controle interno,

LEI

destinados a garantir governança interfederativa eficiente, participação equânime dos Entes Consorciados e execução qualificada dos serviços públicos delegados. Integram a organização do Consórcio:
I – Assembleia Geral;
II – Presidência;
III – Conselho de Administração;
IV – Conselho Fiscal;
V – Superintendência;
VI – Câmara Técnica Permanente;
VII – Coordenadorias de Serviços Consorciados;
VIII – Ouvidoria;
IX – Controladoria-Geral;
X – Demais unidades administrativas e operacionais definidas em Estatuto ou regulamento específico.

§1º. Cada órgão exercerá competências específicas previstas neste Contrato e detalhadas no Estatuto Social, observando os princípios da coordenação interfederativa, da eficiência, da transparência, da impessoalidade e da responsabilidade administrativa.

§2º. A estrutura organizacional deverá assegurar plena articulação entre os órgãos políticos e executivos, garantindo que a gestão estratégica (Assembleia e Presidência) seja permanentemente alinhada à gestão operacional (Superintendência, Câmaras Técnicas e Coordenadorias).

§3º. O Estatuto Social disporá sobre a organização interna, lotação, hierarquia administrativa, funcionamento e competências complementares dos órgãos instituídos por este Contrato, observando a natureza autárquica do Consórcio e sua vinculação às normas de direito público.

CAPÍTULO II - DOS ÓRGÃOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Seção I – Da Assembleia Geral

Art. 16. A Assembleia Geral do CONSCENSUL constitui a instância máxima de deliberação política e institucional, dotada de soberania federativa plena, sendo composta exclusivamente pelos Chefes do Poder Executivo dos Entes Consorciados, assegurada a igualdade formal e material de participação entre todos os membros, independentemente de porte populacional, capacidade econômica ou volume de contribuição financeira ao Consórcio.

§1º. Em caso de impedimento legal, ausência justificada ou impossibilidade temporária do Chefe do Poder Executivo comparecer à Assembleia Geral, este poderá delegar, mediante ato formal, procuração ou instrumento específico de designação, poderes plenos e expressos a um Agente Público do respectivo Município para representá-lo, participar das discussões e exercer o direito de voto em nome do Ente Consorciado.

LEI

§2º. É expressamente vedado que qualquer pessoa física represente mais de um Ente Consorciado na mesma sessão da Assembleia Geral, sob pena de nulidade do voto e das deliberações eventualmente afetadas, assegurando-se a independência e a pluralidade do processo decisório.

Subseção I - Reuniões e Convocações

Art. 17. A Assembleia Geral reunir-se-á, em caráter ordinário, pelo menos quatro vezes ao ano, em datas indicadas no Estatuto Social, mediante convocação formal encaminhada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, por meio eletrônico (e-mail ou grupo de comunicação) e junto ao sítio eletrônico oficial.

§1º. A Assembleia Geral será convocada extraordinariamente pelo Presidente, pelo Superintendente ou por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos Entes Consorciados, mediante requerimento fundamentado, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

§2º. As reuniões poderão ser realizadas por meio virtual ou eletrônico, desde que garantida a autenticidade da participação, a segurança tecnológica e a inviolabilidade do voto dos representantes, devendo o edital de convocação fixar o procedimento e as regras de acesso remoto.

Subseção II - Quórum de Instalação e Votação

Art. 18. O quórum mínimo para instalação da Assembleia Geral, em primeira convocação, é de 2/3 (dois terços) dos Entes Consorciados adimplentes ou outro definido pelo Regimento Interno.

Parágrafo Único. Não havendo quórum na primeira convocação, a sessão instalar-se-á automaticamente quinze minutos depois, com qualquer número de representantes legalmente designados, desde que adimplentes.

Subseção III - Voto e Representação

Art. 19. Cada Ente Consorciado terá direito a um único voto, exercido pessoalmente pelo Chefe do Executivo ou seu Delegado/Representante específico, assegurada a paridade absoluta entre todos os membros, sem ponderação por população, receita ou cota de rateio.

§1º. O direito de voto é indelegável a terceiros estranhos à Administração Pública Municipal e somente poderá ser exercido por autoridade formalmente designada.

§2º. O Estatuto Social disporá sobre matérias que exigirão quórum qualificado, incluindo, observadas as regras gerais prevista neste Contrato:

Subseção IV - Competências da Assembleia Geral

LEI

Art. 20. Compete privativamente à Assembleia Geral:
I – deliberar sobre todos os assuntos estratégicos, finalísticos ou estruturais do Consórcio, inclusive aqueles relacionados aos objetivos multifinalitários;
II – homologar o ingresso de novos Entes que não tenham sido subscritores originários do Protocolo;
III – autorizar a homologação automática de ingresso de Municípios cujas leis de ratificação não contenham ressalvas ou condicionantes incompatíveis com este Contrato;
IV – definir diretrizes estratégicas e promover estudos técnicos de desenvolvimento regional;
V – aplicar a sanção de exclusão de Consorciado, observando contraditório e ampla defesa;
VI – aprovar o Estatuto Social e suas alterações;
VII – eleger e destituir o Presidente;
VIII – aprovar o Plano Plurianual do Consórcio, o Programa Anual de Trabalho, o Orçamento Anual, suas revisões e créditos adicionais;
IX – aprovar operações de crédito, alienações patrimoniais e atos que impactem o patrimônio ou compromissos futuros dos Consorciados;
X – homologar decisões do Conselho Fiscal e julgar as contas anuais;
XI – aprovar regulamentos setoriais, planos de trabalho e regulamento das Câmaras Técnicas;
XII – autorizar e homologar a celebração de Contratos de Programa, Contratos de Rateio e o Termo de Autorização de Débito Automático;
XIII – aprovar pedidos de retirada voluntária e deliberar sobre obrigações pendentes;
XIV – deliberar sobre dissolução e extinção do Consórcio.

Seção II – Da presidência

Art. 21. A Presidência constitui o órgão máximo de representação institucional, política e jurídica do CONSCENSUL, incumbido de exercer a coordenação superior da gestão, a interlocução interfederativa e a articulação necessária entre a Assembleia Geral (órgão superior de deliberação), Conselho de Administração (diretoria) e a Superintendência (órgão executivo).

Parágrafo único - A Presidência assegura o cumprimento das finalidades multifinalitárias, a observância da legalidade e a efetividade das diretrizes estratégicas emanadas dos Entes Consorciados.

Subseção I – Das Competências da Presidência

Art. 22. São atribuições privativas e essenciais do(a) Presidente do CONSCENSUL:
I – Representar ativa e passivamente o Consórcio em juízo e fora dele, perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; podendo constituir procuradores, advogados e prepostos com poderes específicos;
II – Nomear, dar posse e exonerar ocupantes de cargos em comissão e funções de chefia e assessoramento; incluindo o Superintendente, cuja nomeação/exoneração deverá ser referendada pela Assembleia Geral;

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

III – Ordenar, autorizar e fiscalizar despesas, observando o orçamento anual aprovado e as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, respondendo pela adequada prestação de contas;
IV – Convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração e, quando necessário, da Diretoria Executiva ou de Câmaras Técnicas, promovendo a articulação política entre os Entes Consorciados;
V – Representar institucional e politicamente o Consórcio junto à União, Estado, Municípios, organismos internacionais e entidades privadas, visando captação de recursos e celebração de parcerias;
VI – Administrar e zelar pelo patrimônio do Consórcio, propondo aquisição, alienação, oneração, permuta ou dação em pagamento de bens, conforme a legislação e o Estatuto;
VII – Autorizar pagamentos e movimentar recursos financeiros do Consórcio, conjuntamente com o Superintendente, garantindo transparência e observância das diretrizes financeiras;
VIII – Convocar a Assembleia Geral, apresentar balanço anual auditado e o Relatório de Gestão, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal;
IX – Expedir atos normativos internos (Decretos, Portarias, Ordens de Serviço e Resoluções Administrativas) necessários à execução das decisões da Assembleia Geral e à organização do Consórcio;
X – Celebrar, aditar, rescindir ou denunciar contratos administrativos, convênios, Contratos de Programa, Contratos de Rateio e contratos de trabalho, com autorização da Assembleia Geral;
XI – Promover a integração das políticas públicas setoriais e harmonizar a atuação dos Municípios no âmbito das finalidades do Consórcio, respeitando a autonomia municipal;
XII – Outras que lhe sejam inerentes ou atribuídas por regulamento específico.

Subseção II - Gestão Financeira e Transparência

Art. 23. A gestão orçamentária e financeira sob responsabilidade da Presidência deverá observar os princípios de transparência, publicidade e legalidade.

Parágrafo único. O(a) Presidente será auxiliado pelo Superintendente e pelo Assessor Contábil e Financeiro, devendo observar a legalidade e transparência de seus atos, observado o regulamento específico.

Subseção III - Verba de Representação

Art. 24. O Presidente do CONSCENSUL fará jus à verba de representação de natureza exclusivamente indenizatória, destinada ao custeio de despesas necessárias, eventuais e inerentes ao exercício das funções institucionais consorciadas, vedada sua utilização como forma de remuneração, subsídio, vantagem pessoal ou pró-labore.

§ 1º O valor, os limites, as hipóteses de concessão, os critérios de comprovação e as regras de prestação de contas da verba de representação serão fixados pela Assembleia Geral, mediante ato próprio, em observância aos princípios da legalidade, moralidade, economicidade, transparência e controle.

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

§ 2º A verba de representação poderá ser estendida, exclusivamente a título indenizatório, aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como a agentes públicos e servidores no exercício de encargos institucionais do Consórcio, desde que:
I – as despesas sejam diretamente vinculadas às atividades consorciadas;
II – haja autorização formal do Presidente ou Superintendente, um autorizando o outro, quando for o caso;
III – ocorra a devida comprovação documental da existência do evento;
IV – seja observada a inexistência de caráter remuneratório.
V – seja condicionada à prestação de contas, quando for o caso.

Subseção IV - Obrigação de Articulação Orçamentária Municipal

Art. 25. Cabe ao Presidente, com apoio da Assessoria Contábil e/ou Jurídica, e do Conselho Fiscal, diligenciar junto aos Chefes do Executivo Municipal para assegurar a inclusão, nas leis orçamentárias locais (LOA, LDO e PPA), das dotações necessárias ao cumprimento dos Contratos de Rateio e Contratos de Programa. O descumprimento dessa obrigação sujeitará o ente inadimplente às penalidades previstas neste Contrato e na legislação de vigência, especialmente quanto à obrigatoriedade do débito automático.

Subseção V - Composição e Mandato

Art. 26. O CONSCENSUL será administrado por 01 (um) Presidente eleito pela Assembleia Geral, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma única recondução consecutiva, observado o procedimento eleitoral previsto no Estatuto Social e no Regimento Interno.

Parágrafo único. A eleição deverá, preferencialmente, coincidir com o ciclo de mandato dos Chefes do Poder Executivo Municipal, assegurando estabilidade institucional e alinhamento político-administrativo.

Subseção VI - Processo Eleitoral da Presidência

Art. 27. A eleição do Presidente ocorrerá mediante escrutínio nominal durante Assembleia convocada especificamente para este fim, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução consecutiva.

Art. 28. As regras formais do processo eleitoral, incluindo apresentação de candidaturas, publicidade das chapas e procedimentos de votação, serão definidas pelo Estatuto ou Regimento Interno.

Subseção VII - Posse e Vacância

Art. 29. A posse do Presidente poderá ocorrer no ato da eleição ou em sessão solene, na forma prevista no Estatuto, ocasião em que apresentará plano de gestão e compromissos com a transparência e diretrizes regionais.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

Art. 30. Em caso de vacância definitiva do cargo, assumirá automaticamente o Vice-Presidente, garantindo estabilidade administrativa, o qual ocupara a função durante o tempo restante do mandato ou convocará novas eleições, observado o regulamento específico ou, por simetria, a disposições da legislação eleitoral nacional.

Subseção VIII - Delegação Temporária da Presidência

Art. 31. Em caso de viagens, licenças ou impedimentos temporários de curta duração, o Presidente poderá delegar, por ato formal e temporário, a representação institucional e atribuições específicas ao Superintendente, delimitando-se o prazo e o escopo da delegação.

Seção III – Do Conselho de Administração (Diretoria)

Subseção I – Definição e competência

Art. 32. O Conselho de Administração do CONSCENSUL é órgão de caráter estratégico, diretivo e consultivo superior, responsável por assessorar a Presidência na formulação, monitoramento, avaliação e revisão das políticas públicas regionais, dos instrumentos de planejamento, das diretrizes de governança e das metas estruturantes do Consórcio Público.

§1º. O Conselho de Administração atuará como instância técnica-política intermediária entre a Assembleia Geral e a Superintendência, com vistas a assegurar coesão institucional, estabilidade decisória, continuidade administrativa e eficiência na condução dos objetivos multifinalitários do Consórcio.

§2º. O Conselho de Administração será regido por este Contrato de Consórcio e pelo Estatuto Social, que detalhará seu funcionamento, mandatos, forma de deliberação, periodicidade das reuniões, quóruns, estrutura de suporte técnico e mecanismos de publicidade e transparência de suas decisões.

Subseção II – Composição

Art. 33. O Conselho de Administração será composto por, pelo menos, 05 (cinco) membros, todos Prefeitos(as) com legislatura ativa no Poder Executivo dos Entes Consorciados, para ocupação dos seguintes cargos:
I – Presidente;
II – Vice Presidente;
III – Diretor(a) Geral;
IV – Diretor(a) Financeiro;
V – Secretário(a)-Geral
VI – Outros definidos no Estatuto.

§1º. O(a) Presidente é membro nato, eleito na forma deste Contrato e regulamentos.

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

§2º. Os demais membros do Conselho da Administração serão escolhidos diretamente pelo(a) Presidente dentre o(a)s Prefeito(a)s dos Municípios Consorciados, devendo tais indicações serem submetidas à homologação da Assembleia Geral.

§3º. Uma vez homologados os nomes pela Assembleia Geral, caberá à ela decidir sobre eventuais substituições, que poderão ocorrer a qualquer tempo dentro da legislatura.

§4º. As funções diretivas serão exercidas pelos membros do Conselho de Administração cumulativamente às suas atribuições como Chefes do Poder Executivo, conferindo-lhes responsabilidade conjunta na condução estratégica das ações e decisões administrativas do Consórcio, com papéis definidos neste Contrato e no Estatuto Social, que deverá detalhar:
a) a atribuição institucional e operacional de cada cargo;
b) a relação hierárquica com a Presidência e com a Superintendência;
c) a forma de substituição e impedimentos;
d) os deveres de coordenação e supervisão sobre áreas temáticas do Consórcio;
e) os limites e condições para delegação de tarefas executivas;
f) outras.

§5º. O exercício das funções diretivas no Conselho de Administração, por se tratar de atividade vinculada ao regime de cooperação interfederativa, não resultará na concessão de remuneração, pró-labore ou vantagem pecuniária de qualquer natureza aos Chefes do Executivo, admitindo-se exclusivamente o ressarcimento de despesas comprovadas, observado o já previsto a(à)o Presidente neste Contrato e/ou no Estatuto.

Subseção III - Competências Estratégicas

Art. 34. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, cabendo-lhe, em caráter estratégico e consultivo, acompanhar, revisar e orientar:
I – as minutas do Programa Anual de Trabalho (PAT) e suas metas setoriais;
II – as versões propostas do Plano Plurianual do Consórcio (PPA-C);
III – operações de crédito de grande vulto, inclusive financiamentos junto a instituições nacionais e multilaterais;
IV – as minutas de Contratos de Programa antes de sua submissão à Assembleia Geral;
V – as minutas de Contratos de Rateio, notadamente quando envolverem despesas de alto impacto ou criação de novos programas consorciados;
VI – a análise estratégica de projetos de infraestrutura, saúde, educação, saneamento, inovação tecnológica e demais finalidades multifinalitárias;
VII – a verificação da sustentabilidade financeira de novas iniciativas ou programas que impliquem ampliação estrutural do Consórcio;
VIII – a formulação de pareceres estratégicos sobre políticas públicas regionalizadas e articulações interfederativas.
IX – outras definidas no Estatuto Social.

LEI

Parágrafo Único. O parecer do Conselho de Administração não terá natureza vinculante, mas deverá ser obrigatoriamente juntado aos autos administrativos do processo decisório correspondente e, quando existente, constitui elemento formal de análise para deliberação pela Assembleia Geral.

Subseção IV – Funções dos Dirigentes do Conselho

Art. 35. As funções diretivas exercidas pelos membros do Conselho de Administração observarão, no mínimo, as seguintes atribuições, sem prejuízo das competências adicionais a serem detalhadas no Estatuto Social ou no Regimento Interno:
I – Vice-Presidente: auxiliar diretamente o Presidente na articulação política; substituir o Presidente em seus impedimentos e colaborar na coordenação estratégica das finalidades do Consórcio; atuar, preferencialmente, como Ouvidor-Geral ou acompanhar a Ouvidoria quando exercida por terceiro;
II – Diretor Geral: supervisionar a implementação integrada das políticas setoriais; acompanhar a atuação das Câmaras Técnicas e Coordenadorias; propor medidas de integração entre programas;
III – Diretor Financeiro: acompanhar a execução orçamentário-financeira do Consórcio; opinar sobre contratos de rateio; auxiliar na supervisão da contabilidade e da tesouraria; garantir conformidade fiscal das operações; atuar, preferencialmente, enquanto membro do Conselho Fiscal;
IV – Secretário Geral: organizar as pautas, atas e registros das reuniões; garantir publicidade institucional dos atos; manter atualizado o sistema eletrônico de governança documental; supervisionar a comunicação institucional do CONSCENSUL; atuar de forma intersetorial e interdisciplinar junto às demais funções diretivas.

Subseção V – Natureza do Cargo e Responsabilidade Pública

Art. 36. A participação no Conselho de Administração constitui serviço público relevante, de natureza honorífica, sujeitando seus integrantes aos princípios constitucionais da administração pública, aos deveres de probidade administrativa, à responsabilidade por decisões colegiadas e à fiscalização pelos Tribunais de Contas e pelo Ministério Público, quando cabível.

§1º. Todas as decisões serão registradas em atas formais, assinadas pelos participantes e disponibilizadas eletronicamente aos entes solicitantes, assegurando transparência ativa, observada a lei de proteção de dados.

§2º. Os membros do Conselho de Administração deverão observar estritamente o regime de impedimentos e conflitos de interesse, conforme previsto em legislação federal e no Estatuto Social.

Seção IV – Do Conselho Fiscal

Subseção I – Definição e Competência

LEI

Art. 37. O Conselho Fiscal constitui órgão permanente de controle interno, com atuação em nível estratégico para fiscalização prévia, concomitante e subsequente da gestão do CONSCENSUL, incumbido de zelar pela legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade dos atos administrativos, financeiros, contábeis, patrimoniais e operacionais da entidade.

§1º. Sua atuação é complementar às atividades da Controladoria-Geral e integra o sistema interfederativo de controle previsto neste Contrato, no Estatuto Social e nas normas de Direito Público aplicáveis aos consórcios públicos.

§2º. O Conselho Fiscal possui natureza institucional e estratégica, sendo essencial para a segurança jurídica das operações do Consórcio, para a confiabilidade das demonstrações contábeis, para a correta prestação de contas junto aos órgãos de controle externo e para a prevenção e detecção de irregularidades administrativas, financeiras, operacionais e de conformidade (compliance).

§3º. O Conselho Fiscal exercerá suas funções de forma colegiada, independente, técnica e imparcial, não se subordinando à Presidência nem à Superintendência, mas mantendo relação de cooperação interfederativa com todos os órgãos do Consórcio.

Subseção II – Composição

Art. 38. O Conselho Fiscal tem atuação em nível estratégico e será composto por 03 (três) Conselheiros Titulares e 03 (três) Suplentes, todos Chefes do Poder Executivo dos Entes Consorciados, indicados pelo(a) Presidente, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução consecutiva, devendo sua eleição ocorrer imediatamente após a posse da Presidência do Consórcio.

§1º. A eleição dos membros do Conselho Fiscal dar-se-á por procedimento simplificado, mediante abertura de prazo para manifestação formal de interesse dos Chefes do Poder Executivo dos Entes Consorciados aptos, assegurada a transparência e a participação equitativa, ficando reservada uma das vagas ao Diretor Financeiro do Consórcio, que a exercerá, preferencialmente, na condição de Conselheiro Titular e membro nato, salvo deliberação em sentido diverso da Assembleia Geral ou impedimento legal devidamente justificado.

§2º A eleição dos membros do Conselho Fiscal observará critérios de equilíbrio regional, rodízio federativo, representatividade territorial e pluralidade política, conforme regulamento estabelecido pelo Estatuto Social, garantindo-se que nenhum município concentre, de forma desproporcional, postos de fiscalização por períodos prolongados.

§3º Os membros suplentes substituirão automaticamente os titulares em suas ausências, impedimentos legais, vacância do cargo ou em quaisquer circunstâncias que inviabilizem o desempenho da função.

§4º A atuação dos Conselheiros será considerada de relevante interesse público regional e terá natureza honorífica, vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração ou

LEI

contraprestação financeira, admitindo-se apenas o ressarcimento de despesas estritamente comprovadas, nos termos deste Contrato, do Estatuto ou regulamentos.

Subseção III - Competências e Atribuições

Art. 39. Compete ao Conselho Fiscal, sempre que possível, sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Contrato, no Estatuto Social ou em normas de controle público:
I – analisar, emitir parecer prévio e conclusivo sobre as contas anuais da Presidência, consolidando relatório técnico circunstanciado;
II – acompanhar, fiscalizar e examinar, de forma contínua, a execução orçamentária e financeira do Consórcio, incluindo receitas, despesas, aplicação de recursos, saldos, depósitos, investimentos e movimentações bancárias;
III – fiscalizar a execução dos Contratos de Programa, Contratos de Rateio, instrumentos congêneres e convênios, verificando sua conformidade legal, financeira e operacional;
IV – analisar balancetes mensais, demonstrativos contábeis, relatórios financeiros, indicadores de desempenho, prestações de contas parciais e documentação correlata;
V – comunicar imediatamente à Assembleia Geral e à Presidência quaisquer indícios de irregularidades, desvios, fraudes, conflitos de interesse, abuso de poder, má gestão ou atos potencialmente lesivos ao patrimônio público consorciado para sua regularização;
VI – requisitar informações, documentos, relatórios, registros contábeis, contratos, extratos e demais peças necessárias ao exercício de suas funções, com acesso irrestrito aos sistemas eletrônicos de gestão do Consórcio;
VII – solicitar auditoria interna, ordinária ou extraordinária, quando houver risco relevante, complexidade técnica ou necessidade de aprofundamento na análise de contas e atos de gestão;
VIII – acompanhar a execução do Plano Plurianual (PPA-C), Programa Anual de Trabalho (PAT), do Orçamento Anual e das metas fiscais do Consórcio;
IX – fiscalizar o cumprimento dos limites legais e constitucionais referentes ao gasto público, incluindo limites de despesas com pessoal, endividamento, créditos adicionais e vinculação obrigatória de receitas;
X – aprovar, rejeitar ou formular ressalvas em todos os relatórios de gestão, submetendo parecer detalhado para apreciação da Assembleia Geral;
XI – outras.

Subseção IV - Relação com Órgãos de Controle

Art. 40. A atuação fiscalizatória do Conselho Fiscal não exclui, não substitui e não mitiga a competência fiscalizadora externa por parte dos Tribunais de Contas e das Câmaras Municipais dos Municípios Consorciados, especialmente no que se refere à aplicação de recursos públicos, execução de contratos e conformidade com a legislação financeira e orçamentária e outras definidas em Lei ou regulamento.

§1º. O Consórcio deverá enviar ao Tribunal de Contas competente periodicamente e, na forma da lei, todos os relatórios, demonstrativos contábeis, balanços e prestações de contas previstas em lei, juntamente com os pareceres técnicos emitidos pelo Conselho Fiscal, quando couber.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

§2º. O Conselho Fiscal manterá canal permanente de interlocução com a Controladoria-Geral do CONSCENSUL, integrando procedimentos, trocas de informação, identificação de riscos e mecanismos de prevenção, correção e responsabilização administrativa, se for o caso.

Subseção V - Funcionamento

Art. 41. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, pelo Superintendente, por seus próprios membros ou por determinação da Assembleia Geral, devendo todas as reuniões serem formalizadas por meio de atas circunstanciadas.

§1º. As deliberações serão tomadas por maioria simples, com registro explícito de votos divergentes e fundamentação sucinta das decisões.

§2º. As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, híbrida ou totalmente virtual, mediante sistemas seguros de autenticação, desde que assegurados registro, publicidade e integridade dos votos.

§3º. O Estatuto Social e regulamentos disciplinarão o rito interno do Conselho Fiscal, incluindo procedimentos para auditorias internas e externas, protocolos de comunicação institucional, fluxos de aprovação, quóruns específicos e mecanismos de transparência ativa.

Subseção VI - Responsabilidade e Deveres dos Conselheiros

Art. 42. Os Conselheiros Titulares e Suplentes estão sujeitos aos princípios da administração pública, às normas de responsabilidade fiscal e aos regimes de responsabilização civil, administrativa e penal decorrentes do exercício do controle interno.

§1º. O Conselheiro poderá responder por omissão dolosa quando, tendo conhecimento de irregularidades, deixar de adotar providências para impedir sua continuidade ou comunicar o fato à Assembleia Geral e aos órgãos competentes.

§2º. É vedada a participação decisiva do Conselheiro em deliberação que envolva interesse direto ou indireto do próprio Conselheiro, de cônjuge ou parente até o 3º grau, ou de município sob sua responsabilidade administrativa.

§3º. O descumprimento dos deveres inerentes ao cargo poderá ensejar responsabilização administrativa, afastamento e substituição, conforme procedimento a ser regulado no Estatuto e/ou Regimento Interno.

Seção V – Da Superintendência

Subseção I – Definição e Competência

LEI

Art. 43. O(a) Superintendente do Consórcio exerce, por essência, função de direção superior, gestão estratégica e representação administrativa, com atribuições típicas de:
a) comando da estrutura administrativa;
b) execução das deliberações do(a) Presidente, da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;
c) gestão orçamentária, financeira e operacional;
d) gestão pessoal dos recursos humanos;
e) coordenação dos programas e finalidades consorciadas;
f) interlocução institucional;
g) supervisão das Câmaras Técnicas e das Coordenadorias de Serviços Consorciados.
i) outras, definidas no Estatuto Social ou regulamento.

§1º. A Superintendência constitui o centro operacional e executivo do Consórcio, órgão máximo de direção executiva, administrativa, operacional e técnica do CONSCENSUL, responsável pela execução direta das políticas públicas consorciadas, subordinada diretamente à Presidência.

§2º. A Superintendência atuará em regime de permanente articulação interfederativa, garantindo integração técnica, eficiência operacional, continuidade administrativa e fiel cumprimento das finalidades multifinalitárias do Consórcio.

Subseção II – Do(a) Superintendente

Art. 44. A Superintendência será dirigida por 01 (um[a]) Superintendente, nomeado(a) pelo Presidente do CONSCENSUL, devendo os atos de sua nomeação/exoneração serem obrigatoriamente referendados pela Assembleia Geral, cuja manifestação constitui condição indispensável para o regular exercício do cargo.

§1º. O Superintendente terá mandato de 05 (cinco) anos, admitida sua recondução, devendo o período de gestão ser estruturado para garantir estabilidade administrativa, continuidade gerencial e planejamento técnico de médio e longo prazo.

§2º. Para ocupar o cargo de Superintendente, exige-se:
I – reputação ilibada e comprovada idoneidade moral;
II – formação acadêmica superior plena;
III – experiência profissional comprovada, mínima de 01 (um) ano, em uma das seguintes áreas: gestão pública, direito, administração, economia, engenharia, saúde pública, saneamento, educação, desenvolvimento territorial ou áreas afins ao conjunto de finalidades multifinalitárias do CONSCENSUL;
IV – ausência de impedimentos legais, eleitorais ou administrativos, incluindo aqueles relacionados à improbidade, responsabilização contábil ou inelegibilidade.

§3º. A nomeação do Superintendente deverá ser precedida de análise de perfil, podendo a Assembleia Geral exigir apresentação de plano de trabalho, currículo executivo, comprovação técnica e/ou de critérios adicionais de conformidade, conforme o Estatuto Social.

LEI

Subseção III - Competências do Superintendente

Art. 45. Compete ao Superintendente, sem prejuízo das atribuições estabelecidas em outras disposições deste Contrato, do Estatuto Social ou normativas vigentes:
I – dirigir, coordenar e supervisionar todas as unidades técnicas, administrativas, financeiras, operacionais e setoriais do CONSCENSUL;
II – executar fielmente as deliberações da Assembleia Geral, da Presidência e do Conselho de Administração;
III – gerir os recursos humanos do consórcio, inclusive exercer, dentro dos limites legais e estatutários, atos de direção, supervisão, avaliação, gestão, recomendação, controle de desempenho, movimentação e disciplina do pessoal;
IV – coordenar e supervisionar a execução dos Programas Setoriais, dos Contratos de Programa, dos Contratos de Rateio e dos convênios, garantindo sua conformidade legal, financeira, contábil e operacional;
V – participar da elaboração e submeter à Presidência o Plano Plurianual do Consórcio (PPA-C), o Programa Anual de Trabalho (PAT), a proposta orçamentária anual e suas alterações;
VI – acompanhar, monitorar e avaliar indicadores de desempenho operacional, econômico-financeiro e de qualidade dos serviços consorciados;
VII – assinar, conjuntamente com o Presidente, as ordens de pagamento, movimentações financeiras, aplicações e demais operações bancárias;
VIII – supervisionar e orientar a atuação das Câmaras Técnicas Permanentes e das Coordenadorias de Serviços Consorciados, garantindo integração, eficiência e aderência às finalidades estratégicas;
IX – estabelecer normas técnicas internas, manuais, fluxos operacionais e padrões administrativos, mediante portarias ou instruções normativas, observando o Estatuto Social e/ou Regimento Interno;
X – representar o Consórcio perante órgãos técnicos, entidades financiadoras, instituições parceiras e demais entes federativos, havendo delegação expressa pela Presidência;
XI – promover políticas e rotinas de integridade, governança, transparência e compliance;
XII – elaborar relatórios trimestrais de gestão e relatório anual de desempenho operacional e financeiro;
XIII – outras.

Subseção IV - Responsabilidade Institucional

Art. 46. O Superintendente responde, na forma da Lei, pelos atos praticados com dolo, bem como pela omissão injustificada no cumprimento de deveres legais, contratuais ou estatutários, sendo-lhe exigível conduta compatível com os princípios da administração pública e com os padrões de integridade e governança interfederativa.

§1º. O Superintendente deverá observar estritamente o regime de impedimentos e conflitos de interesse previsto em legislação federal, especialmente no exercício de atos de gestão, contratação, fiscalização, julgamento técnico e supervisão financeira.

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

§2º.O Estatuto Social disciplinará procedimento especifico para afastamento temporário, permanente ou substituição do Superintendente, incluindo hipóteses de renúncia, impedimento legal, irregularidades graves, risco institucional ou perda de confiança devidamente fundamentada pela Presidência ou pela Assembleia Geral.

Subseção V - Da Sucessão e da Interinidade

Art. 47. Após diplomação dos(as) Prefeitos(as), e até que a nova Presidência seja eleita e empossada, o Superintendente assumirá interinamente as funções presidenciais, exclusivamente para garantir continuidade administrativa e convocar a Assembleia Geral destinada à eleição da Presidência e dos Conselhos na forma deste Contrato.

§1º. A interinidade não autoriza o Superintendente a celebrar contratos de longo prazo, assumir compromissos financeiros relevantes, alterar programas consorciados, modificar estruturas organizacionais ou inovar na gestão, salvo se houver autorização expressa da Assembleia Geral.

§2º. Encerrada a interinidade, o Presidente eleito reassumirá integralmente a representação institucional e a direção política do Consórcio.

Subseção VI - Da Cooperação com a Assembleia Geral e a Presidência

Art. 48. O Superintendente deverá garantir comunicação continua e transparente com a Presidência e com a Assembleia Geral, assegurando acesso irrestrito às informações essenciais à tomada de decisão, à fiscalização e ao planejamento estratégico.

Subseção VII - Da Estrutura Técnica da Superintendência

Art. 49. A Superintendência poderá contar com equipe técnica mínima composta por:
I – Diretor Executivo;
II – Assessor Jurídico;
III – Assessor Contábil e Financeiro;
IV – Controlador Interno;
V – Assessor de Comunicação;
VI – Assessor Administrativo;
VII – Coordenador de Licitação;
VIII – Coordenador de Projetos/Programas;
IX – Coordenador(es) de Serviços Consorciados;
X – Assessores de Coordenação dos Serviços Associados;
XI – demais servidores, empregados públicos e colaboradores necessários ao atendimento das finalidades multifinalitárias, conforme Estatuto, Regimento Interno e Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e normas regulamentares.

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

§1º. Os ocupantes dos cargos mencionados no caput poderão ser empregados públicos, servidores cedidos ou ocupantes de empregos em comissão (cargos de direção, chefia e assessoramento), na forma deste Contrato e da legislação interna aplicável.

§2º. Quando o Superintendente designar pessoa para atuar na sua equipe técnica, essa ocupará, automaticamente, as seguintes funções estabelecidas:
I – Diretor Executivo: atuará na condição de Secretário-Geral das Câmaras Técnicas, salvo se houver designação de servidor efetivo para o mesmo fim;
II – Assessor Jurídico: atuará na condição de Procurador-Geral do Consórcio, salvo se houver contratação de escritório especializado para o mesmo fim;
III – 01 (um) Assessor Contábil e Financeiro: atuará na condição de Secretário-Executivo do Conselho Fiscal, salvo se houver designação de servidor efetivo para o mesmo fim;
IV – 01 (um) Controlador Interno: atuará na condição de Controlador-Geral do Consórcio, salvo se houver designação de servidor efetivo para o mesmo fim.

§3º. As competências dos cargos serão detalhadas na forma deste Contrato ou no Estatuto Social e/ou Regimento Interno, contemplando as atribuições executivas, técnicas, gerenciais, de assessoramento jurídico, contábil, orçamentário, administrativo, de controle e de conformidade.

§4º. O Superintendente poderá propor à Assembleia Geral a criação, modificação ou extinção de unidades técnicas, cargos ou funções, desde que devidamente justificadas e compatíveis com as necessidades operacionais, a capacidade financeira e a natureza multifinalitária do CONSCENSUL.

Seção VI – Da Ouvidoria

Subseção I – Da Definição, Finalidade e Exercício

Parágrafo único. Os quantitativos máximos de cargos em comissão e funções gratificadas vinculados à Superintendência, bem como suas denominações, símbolos e valores de referência remuneratória, serão obrigatoriamente fixados no Estatuto Social e no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos — PCCV, vedada a criação informal de funções, ainda que a título precário ou transitório, admitida a criação de cargos e funções vinculados a programas específicos, por deliberação expressa da Assembleia Geral, sem necessidade de alteração deste Contrato.

Art. 50. Fica instituída a Ouvidoria do CONSCENSUL, como unidade permanente de participação social, transparência e controle social, com a finalidade de promover a comunicação institucional entre os cidadãos, usuários dos serviços públicos consorciados, servidores, entes consorciados e a Administração do Consórcio, mediante o recebimento, tratamento e encaminhamento de manifestações, tais como reclamações, denúncias, solicitações, sugestões, elogios e pedidos de informação.

LEI

§1º. A Ouvidoria atuará como instância autônoma de escuta qualificada, orientação e mediação institucional, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e participação social.

§2º. A atuação da Ouvidoria não substitui nem restringe o exercício das competências dos órgãos de controle interno, externo ou do Ministério Público, funcionando de forma complementar e cooperativa.

Subseção II – Da Composição e Designação

Art. 51. A função de Ouvidor-Geral será exercida, preferencialmente, pelo Vice-Presidente do CONSCENSUL, como expressão de governança institucional e de participação política responsável no controle social, observadas as seguintes regras de segregação funcional e vedações, de cumprimento obrigatório:

§1º. O Ouvidor-Geral, no exercício de sua função, deverá observar obrigatoriamente as seguintes vedações e regras de segregação funcional: I – é vedado ao Ouvidor-Geral deliberar, votar ou participar de decisões administrativas ou financeiras do Consórcio no período em que estiver respondendo por manifestação, denúncia ou reclamação que envolva ato praticado pelo próprio Vice-Presidente ou pela Presidência; II – as denúncias que envolvam diretamente o Vice-Presidente, o Presidente ou membros do Conselho de Administração serão encaminhadas diretamente ao Conselho Fiscal, que assumirá a apuração com independência; III – o Ouvidor-Geral manterá registro formal e numerado de todas as manifestações recebidas, vedado o arquivamento sumário sem motivação escrita; IV – os relatórios semestrais da Ouvidoria serão submetidos diretamente à Assembleia Geral, sem intermediação da Presidência; V – na impossibilidade temporária ou definitiva do Vice-Presidente, a função será exercida por membro do Conselho Fiscal designado pela Assembleia Geral, garantida a independência funcional.

§2º. O Vice-Presidente, no exercício da Ouvidoria, poderá contar com o apoio de Secretário Executivo da Ouvidoria, esse responsável pela organização administrativa, tramitação das demandas, sistematização das informações e apoio técnico-operacional.

§3º. O exercício da função de Ouvidor por terceiro não ensejará, a princípio, remuneração adicional, salvo previsão específica em regulamento ou deliberação da Assembleia Geral.

Subseção III – Das Competências

Art. 52. Compete à Ouvidoria do CONSCENSUL, entre outras atribuições:
I – receber, registrar, analisar e encaminhar manifestações dos cidadãos e usuários;
II – acompanhar o tratamento das demandas junto às unidades administrativas competentes;
III – sugerir medidas de aprimoramento dos serviços públicos consorciados;

LEI

IV – requisitar informações e esclarecimentos às unidades do Consórcio, observado o devido processo administrativo;
V – elaborar Relatório Anual de Ouvidoria, a ser submetido à Superintendência, ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral;
VI – promover ações de transparência ativa e fortalecimento do controle social, em consonância com a legislação de acesso à informação.

Seção VII – Da Controladoria Interna

Subseção I – Da Definição e Finalidade

Art. 53. Fica instituída a Controladoria Interna do CONSCENSUL, como órgão central do sistema de controle interno, cuja atuação se dá a nível operacional, sendo responsável por assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, transparência e regularidade da gestão administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Consórcio, dentre outras, definidas na forma do seu regulamento.

Parágrafo único. A Controladoria Interna constitui elemento essencial da governança pública do Consórcio, nos termos do art. 74 da Constituição Federal, das normas de responsabilidade fiscal, especialmente da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como das disposições relativas ao sistema de controle interno, gestão de riscos, integridade, governança e fiscalização previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, notadamente em seus arts. 11, 18, 169 e 170, entre outros; ou leis que as substituam ou regulamentem, além das orientações e determinações dos Tribunais de Contas competentes.

Subseção II – Da Estrutura e Composição

Art. 54. A Controladoria Interna é composta por Controlador-Geral e Controlador(es)-Interno(s), e será estruturada da seguinte forma:

§1º. A função de Controlador-Geral é tida como de confiança, e será exercida por técnico designado para o exercício da função comissionada, destinado à coordenação estratégica e institucional da Controladoria Interna, a qual poderá ser ocupada por servidor efetivo;

§2º. Controlador-Geral chefiará equipe técnica composta por servidores efetivos ou empregados públicos legalmente admitidos ou cedidos, preservada a autonomia técnica dos Controladores Internos.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

§3º. A existência de cargo em comissão para Controlador-Geral não afasta nem substitui a exigência de atuação direta de servidor efetivo nas atividades finalísticas de controle interno.

§4º. O Controlador-Interno exerce função de forma técnica, independente e permanente, observando-se os seguintes parâmetros:
I – a função de Controlador Interno será exercida por servidor efetivo, preferencialmente, integrante do quadro do Consórcio ou do quadro efetivo de Ente Consorciado, com formação e qualificação compatíveis com as atribuições do cargo;
II – O servidor efetivo responsável pelo exercício das atividades de controle interno não poderá ser subordinado hierarquicamente a agente político ou a autoridade diretamente responsável pelos atos por ele fiscalizados.

Subseção III – Da Vinculação Administrativa e Relação Institucional

Art. 55. A Controladoria Interna manterá vinculação administrativa com a Diretoria Financeira do Consórcio, com o Presidente e com o Superintendente, exclusivamente para fins de integração de informações, fluxos administrativos e responsabilização gerencial, vedada qualquer interferência na autonomia técnica do controle interno.

§1º. Toda estrutura institucional deverá assegurar ao Controlador-Geral pleno acesso a documentos, sistemas, dados contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais.

§2º. A vinculação prevista neste artigo não autoriza ingerência, direcionamento ou restrição à atuação técnica da Controladoria, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

Subseção IV – Das Competências

Art. 56. Compete à Controladoria Interna do CONSCENSUL, entre outras atribuições:
I – avaliar a legalidade e regularidade dos atos de gestão;
II – acompanhar a execução orçamentária, financeira e patrimonial;
III – verificar o cumprimento de contratos, convênios, contratos de rateio e instrumentos congêneres;
IV – apoiar o controle externo, fornecendo informações e relatórios;
V – emitir pareceres técnicos, recomendações e alertas à Superintendência e ao Conselho de Administração;
VI – propor melhorias nos sistemas de controle, gestão de riscos, integridade e governança;
VII – elaborar Relatórios Periódicos de Controle Interno, a serem submetidos à Superintendência, ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.
VIII – Outras, definidas em lei ou regulamento específico.

CAPITULO IV – DA CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE E DAS COORDENADORIAS DE SERVIÇOS CONSORCIADOS

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

Art. 57. A Câmara Técnica Permanente e as Coordenadorias de Serviços Consorciados atuam de forma complementar, integrada e não concorrente, observada a seguinte distinção funcional:

I – à Câmara Técnica compete a análise, formulação, padronização, avaliação e proposição técnica de normas, diretrizes, estudos, pareceres e instrumentos estratégicos;
II – às Coordenadorias compete a execução material, operacional, logística e cotidiana dos programas, projetos, ações e serviços consorciados.

§1º. Sempre que pertinente, as Coordenadorias poderão atuar como instâncias técnicas executivas das deliberações e recomendações formuladas pela Câmara Técnica Permanente.

§2º A duplicidade de atribuições técnicas será evitada mediante atuação coordenada, cabendo à Superintendência dirimir conflitos de competência e assegurar a eficiência institucional.

Seção I – Da Câmara Técnica Permanente (CTP)

Subseção I – Da Natureza, Finalidade e Vinculação

Art. 58. A Câmara Técnica Permanente (CTP) é órgão colegiado de assessoramento técnico especializado, de natureza consultiva e propositiva, destinado a apoiar a Superintendência, o Conselho de Administração e a Assembleia Geral na formulação, análise, padronização, avaliação e aperfeiçoamento das políticas públicas, programas, projetos, normas técnicas e instrumentos operacionais relacionados às finalidades consorciadas.

§1º. A Câmara Técnica Permanente integra o núcleo de governança técnica do Consórcio, atuando como instância permanente de cooperação interfederativa, integração institucional e racionalização de esforços administrativos entre os Entes Consorciados.

§2º. A atuação da Câmara Técnica Permanente será transversal, integrada e coordenada, assegurando unidade de diretrizes técnicas, uniformização de entendimentos, abordagem multidisciplinar e alinhamento com as decisões estratégicas dos órgãos de governança do Consórcio.

§3º. As Câmaras Técnicas não possuem autonomia decisória, orçamentária ou executiva, competindo-lhes produzir subsídios técnicos qualificados para a tomada de decisão pelos órgãos competentes do CONSCENSUL.

§4º. No exercício dessa função técnico-consultiva, a Câmara Técnica Permanente poderá:
I – elaborar minutas de regulamentos, normas técnicas, manuais e protocolos;
II – analisar propostas de reajuste, revisão ou recomposição tarifária, quando cabível;
III – emitir pareceres técnicos, relatórios e notas técnicas para subsidiar decisões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

IV – propor instrumentos de regulação, fiscalização, monitoramento e avaliação dos serviços públicos consorciados;
V – outros, definidos em regulamento próprio, ou solicitados pelo Superintendente, pelo Presidente, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, demais órgãos e técnicos que compõe o Conscensul.

§5º. A participação nas Câmaras Técnicas não implica cessão funcional, alteração de vínculo jurídico ou direito a remuneração adicional, salvo previsão específica em instrumento legal ou regulamentar próprio.

§6º. As Câmaras Técnicas atuarão sob coordenação da Superintendência, a quem caberá consolidar seus produtos técnicos, revisar propostas e encaminhá-las aos órgãos deliberativos competentes.

Subseção II – Da Composição e Forma de Atuação

Art. 59. A Câmara Técnica Permanente (CTP) será composta por representantes técnicos indicados pelos Entes Consorciados, podendo incluir servidores públicos municipais, empregados públicos do Consórcio, profissionais especializados, consultores, colaboradores técnicos externos e membros convidados, designados em regime de cooperação interfederativa, na forma do Estatuto Social e do Regulamento Geral das Câmaras Técnica.

§1º. Cada Ente Consorciado poderá indicar membros para atuar junto a Câmara Técnica Permanente, devendo indicar, pelo menos:
I – um Técnico Municipal, responsável pela articulação técnica e representação do ente no âmbito da Câmara Técnica Permanente; e/ou
II – um Ponto Focal Municipal, responsável pelo acompanhamento técnico e pela interface administrativa, podendo a mesma pessoa acumular ambas as funções.

§2º. Os agentes indicados nos termos do §1º não serão cedidos ao Consórcio, nem terão seu vínculo funcional alterado, permanecendo preferencialmente lotados em seus respectivos órgãos de origem, atuando em regime de cooperação técnica, dedicação parcial ou disponibilidade funcional, conforme ajuste interno de cada Município.

§3º. A participação na CTP não gera, a princípio, qualquer direito à remuneração adicional, gratificação ou vantagem pecuniária, salvo se instituída por instrumento legal próprio, observadas as normas constitucionais, funcionais e financeiras aplicáveis.

§4º. A CTP funcionará mediante reuniões periódicas, presenciais ou virtuais, com calendário definido pela Superintendência ou pela Secretaria-Geral das Câmaras Técnicas, podendo ser constituídas Câmaras ou Grupos de Trabalho Especiais (GTE) para atuação temática ou temporária.

§5º. Verificada, pela Diretoria ou pela Superintendência, a necessidade técnica, operacional ou institucional de dedicação exclusiva, apoio permanente ou execução direta de atividades estratégicas, poderá o Consórcio compor as Câmaras Técnicas com

LEI

pessoal próprio, mediante as formas de ingresso e vinculação previstas no Contrato de Consórcio, no Estatuto Social e na legislação aplicável.

Subseção III – Da Secretário(a)-Geral das Câmaras Técnicas

Art. 60. Fica instituída a Secretaria-Geral das Câmaras Técnicas, unidade administrativa permanente do CONSCENSUL, integrada por pessoal vinculado ao Consórcio que atuará na condição de Secretário(a)-Geral das Câmaras Técnicas.

§1º. O(a) Secretário(a)-Geral das Câmaras Técnicas é vinculado à Câmara Técnica Permanente e atuará conjuntamente com as Câmaras Técnicas Temáticas ou Temporárias, e com os Grupos de Trabalho Especiais (GTE), a quem compete:
I – articular, coordenar e integrar a atuação das diversas Câmaras Técnicas ou Grupos de Trabalho;
II – promover a padronização de rotinas, fluxos, metodologias e instrumentos;
III – organizar agendas, reuniões, atas, relatórios e comunicações institucionais;
IV – consolidar demandas técnicas e encaminhá-las à Superintendência;
V – apoiar a elaboração de regulamentos, manuais, protocolos e planos de trabalho;
VI – assegurar a uniformidade técnica e a coerência institucional das ações consorciadas.

§2º. O(a) Secretário(a)-Geral das Câmaras Técnicas não precisa ter competência técnica específica, atuando como instância de coordenação transversal, apoio administrativo e integração institucional.

Subseção IV – Das Câmaras Técnicas Temáticas e das Coordenadorias

Art. 61. O Presidente de uma Câmara Técnica Temática poderá, por deliberação da Assembleia Geral ou designação da Superintendência, atuar também como Coordenador de Serviços Consorciados, quando as funções coincidirem e forem compostas predominantemente por técnicos dos Municípios Consorciados.

Subseção IV – Das Câmaras Técnicas Permanentes e Grupos Técnicos

Art. 62. A Câmara Técnica Permanente poderá ser composta por Câmaras Técnicas Temáticas, essas organizadas por áreas temáticas correspondentes às finalidades do Consórcio, podendo abranger, de forma integrada e não exaustiva cada uma das áreas descritas enquanto finalidades precípuas do Consórcio.

§1º. A organização temática das Câmaras Técnicas não implica criação de novas estruturas administrativas, podendo uma mesma Câmara abranger mais de uma área correlata, conforme definido em regulamento.

Subseção V - Das Competências Comuns das Câmaras Técnicas

Art. 63. Compete à Câmara Técnica Permanente e às Câmaras Técnicas Temáticas, de forma comum e integrada:

LEI

I – elaborar minutas de regulamentos, normas técnicas, padrões operacionais e instrumentos de governança;
II – emitir pareceres técnicos e notas técnicas para subsidiar decisões da Superintendência, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
III – analisar propostas de reajuste, revisão ou recomposição tarifária, quando cabível;
IV – propor indicadores de desempenho, critérios de avaliação e mecanismos de monitoramento;
V – elaborar estudos, diagnósticos e avaliações regionais;
VI – apoiar o planejamento integrado e a captação de recursos;
VII – recomendar a criação, reestruturação, integração ou extinção de Coordenadorias ou programas consorciados.

Subseção VI – Da Regulamentação e do Controle

Art. 64. A Assembleia Geral aprovará, mediante Resolução, o Regulamento Geral das Câmaras Técnicas, que disciplinará, de forma unificada:
I – composição, designação, substituição e duração da participação dos membros;
II – funcionamento, periodicidade e forma das reuniões;
III – metodologia de produção, validação e publicidade dos produtos técnicos;
IV – mecanismos de articulação com a Superintendência, Coordenadorias e demais órgãos do Consórcio;
V – critérios de transparência, integridade e governança técnica;
VI – mecanismos de avaliação de desempenho institucional
VII – outros, na forma deste Contrato, Estatuto ou regulamento específico.

Art. 65. As manifestações das Câmaras Técnicas terão natureza opinativa, técnica ou recomendatória, salvo quando resolução específica da Assembleia Geral lhes atribuir competência normativa técnica complementar, nos limites da legislação aplicável.

Seção II – Das Coordenadorias de Serviços Consorciados

Subseção I - Da Natureza, Finalidade e Regime Jurídico

Art. 66. Para a execução material, operacional, técnica e cotidiana das políticas públicas, programas, projetos, ações e serviços integrantes das finalidades multifinalitárias do CONSCENSUL, fica autorizada a instituição de Coordenadorias de Serviços Consorciados para cada uma das finalidades ou programas vigentes, como unidades administrativas executivas do CONSCENSUL, subordinadas à Superintendência, responsáveis pela implementação prática das decisões, diretrizes e instrumentos aprovados pelos órgãos de governança do Consórcio.

§1º. As Coordenadorias constituem instâncias permanentes de execução, articulação técnica e apoio institucional do Consórcio, devendo atuar de forma integrada com a Superintendência, com a Câmara Técnica Permanente, com o Conselho de

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

Administração e com a Assembleia Geral, assegurando coerência técnica, padronização de procedimentos, eficiência administrativa e uniformidade metodológica.

§2º. As Coordenadorias não possuem personalidade jurídica própria, nem autonomia decisória, orçamentária ou financeira, competindo-lhes executar estritamente as diretrizes, deliberações e orientações emanadas dos órgãos de governança do Consórcio.

§3º. A atuação das Coordenadorias observará, em todos os casos, os princípios da cooperação federativa, da voluntariedade da adesão, da autonomia municipal, da legalidade, da eficiência e da economicidade.

Subseção II – Da Composição, Designação e Regime de Cooperação

Art. 67. As Coordenadorias de Serviços Consorciados serão compostas, prioritariamente, por servidores públicos ou empregados públicos pertencentes aos quadros dos Municípios Consorciados que tenham aderido ao respectivo programa, projeto, ação ou serviço, designados em regime de cooperação interfederativa.

§1º. Cada Município aderente a um programa ou participante daquela finalidade específica, deverá indicar pessoa para atuar como Ponto Focal Municipal, responsável pelo acompanhamento operacional e pela interface administrativa.

§2º. Caso o Coordenador dos Serviços Consorciados seja cedido por um dos Entes Consorciados, o agente indicado para o exercício da função deverá ser cedido ao Consórcio, observada a legislação de regência.

§3º. Verificada, pela Diretoria ou pela Superintendência, a necessidade técnica, operacional ou institucional de dedicação exclusiva, apoio permanente ou execução direta de atividades estratégicas, poderá o Consórcio designar um Coordenador de Serviços Consorciados para Chefiar o funcionamento de uma Coordenadoria de Serviços Consorciados específica.

§4º. O Consórcio poderá nomear o Assessor Executivo para atuação junto a cada Coordenadoria instituída, o qual ficará subordinado ao Coordenador de Serviços Consorciados.

Subseção III – Da Estrutura das Coordenadorias

Art. 68. Integram, inicialmente, a estrutura das Coordenadorias de Serviços Consorciados do CONSCENSUL:

I – Coordenadoria de Saneamento Básico, Limpeza Urbana e Manejo Regional de Resíduos Sólidos;

LEI

II – Coordenadoria de Infraestrutura, Mobilidade Urbana, Obras Públicas e Desenvolvimento Urbano;
III – Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética;
IV – Coordenadoria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Fiscalização Integrada;
V – Coordenadoria de Desenvolvimento Rural, Agropecuário e Abastecimento;
VI – Coordenadoria de Tecnologia da Informação, Governança e Inovação Administrativa;
VII – Coordenadoria de Saúde Pública Regional e Vigilância em Saúde;
VIII – Coordenadoria de Educação Pública Regional e Formação Continuada;
IX – Coordenadoria de Segurança Pública, Guarda Municipal, Trânsito e Defesa Social;
X – Coordenadoria de Ação Social, Desenvolvimento Humano e Políticas Públicas de Proteção Social;
XI – Coordenadoria de Gestão de Pessoas, Capacitação, Governança Institucional e Qualificação dos Serviços Públicos;
XII – Coordenadoria de Mudança Climática, Governança Climática e Resiliência Territorial;
XIII – Coordenadoria de Crédito de Carbono e Ativos Ambientais;
XIV – Coordenadoria de Esporte e Lazer;
XIV – outras Coordenadorias que venham a ser criadas ou subdivididas por regulamento específico, conforme as finalidades do Consórcio.

§1º. Poderá ser designado um Coordenador-Geral para cada Coordenadoria Técnica, a qual poderá, ainda, ser composta por membros na forma deste Contrato, Estatuto e Regimento Interno.

§2º. A criação, extinção, fusão ou subdivisão de Coordenadorias de Serviços Consorciados depende de deliberação expressa da Assembleia Geral, mediante proposta fundamentada da Superintendência e parecer do Conselho de Administração, dispensada alteração do presente Contrato desde que respeitadas as finalidades multifinalitárias nele previstas. A Presidência formalizará a estrutura por Portaria, após deliberação assemblear.

Subseção IV – Da Regulamentação e Funcionamento

Art. 69. As competências específicas, fluxos operacionais, rotinas internas, padrões técnicos, indicadores de desempenho e limites de atuação de cada Coordenadoria serão definidos em Regulamento próprio, aprovado na forma prevista neste Contrato.

§1º. Fica expressamente autorizada a edição de atos normativos internos necessários ao efetivo e regular funcionamento das Coordenadorias, inclusive manuais, regulamentos, regimentos, protocolos, instruções técnicas, padrões operacionais, dentre outros.

§2º. O disposto neste artigo não afasta o controle interno e/ou externo, quando juridicamente inevitável, especialmente nos casos que impliquem:
I – criação de obrigações financeiras extraordinárias;
II – assunção de encargos permanentes;
III – delegações que dependam de autorização legal específica.

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

TÍTULO IV - DOS DIREITOS, DEVERES E CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

Seção I – Dos direitos

Art. 70. Constituem direitos inalienáveis dos Entes Consorciados, desde que em rigorosa adimplência com todas as obrigações estabelecidas neste Contrato de Consórcio, no Estatuto Social, nos Contratos de Programa e nos Contratos de Rateio:
I – participar plena e deliberativamente das Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias, com direito à voz e voto em igualdade de condições com os demais membros, observados os critérios de representação e os quóruns previstos neste instrumento;
II – votar e ser votado para os cargos da governança superior do Consórcio, especialmente para a Presidência do CONSCENSUL e para os cargos do Conselho Fiscal, respeitadas as condições definidas neste Contrato e no Estatuto Social;
III – apresentar proposições, projetos, estudos, programas e medidas que contribuam para o aprimoramento técnico, administrativo, financeiro e operacional das políticas públicas consorciadas, desde que voltadas ao interesse comum e à cooperação interfederativa;
IV – acessar integralmente, com transparência e sem restrições indevidas, toda a documentação oficial, relatórios de gestão, prestações de contas, registros contábeis, contratos, convênios, atas, indicadores e informações relativas à execução física e financeira das ações do CONSCENSUL, inclusive por meio de plataforma eletrônica oficial.

Seção II - Do direito à tutela coletiva do Consórcio

Art. 71. Desde que adimplente e respeitadas as disposições legais e estatutárias, qualquer Ente Consorciado é parte legítima para exigir judicial ou administrativamente o fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições deste Protocolo de Intenções, do Estatuto Social e dos instrumentos jurídicos celebrados no âmbito do CONSCENSUL, atuando em defesa da integridade institucional do Consórcio e do interesse público regional.

Seção III - Dos deveres essenciais dos Consorciados

Art. 72. São deveres fundamentais e vinculantes de todos os Entes Consorciados, cuja inobservância poderá ensejar advertência, restrição de direitos, suspensão ou exclusão compulsória, observadas as regras deste Contrato:
I – cumprir integralmente todas as disposições deste Protocolo/Contrato, do Estatuto Social, do Regimento Interno, das leis de ratificação e dos demais instrumentos jurídico-normativos consorciados;

LEI

II – adimplir tempestivamente as obrigações financeiras previstas nos Contratos de Rateio, inclusive observar e aceitar o regime compulsório de débito automático, conforme estabelecido neste contrato;
III – executar e fazer executar as determinações formais emanadas da Assembleia Geral, da Presidência, do Conselho de Administração e da Superintendência, desde que compatíveis com a ordem jurídica e com o âmbito de competências municipal;
IV – cooperar de maneira ativa, diligente e contínua para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, contribuindo para a harmonia interfederativa, a troca de informações estratégicas, o fortalecimento institucional e a eficiência operacional dos serviços consorciados;
V – assegurar a participação efetiva de seus representantes nas reuniões deliberativas e nos órgãos técnicos do Consórcio, fornecendo dados, documentos e suporte administrativo necessário para a plena execução dos programas e projetos comuns.

Seção IV - Da responsabilidade interfederativa

Art. 73. O descumprimento reiterado de obrigações por parte de um Ente Consorciado não exime sua responsabilidade perante os demais, cabendo-lhe responder pelos prejuízos causados ao CONSCENSUL, à gestão associada e/ou à coletividade regional.

§1º. A responsabilização poderá incluir a recomposição financeira, o dever de ressarcimento, a restrição temporária de direitos consorciados e, nos casos de maior gravidade, a exclusão compulsória, observados o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.

§2º. Os Entes Consorciados assumem o dever de atuar de forma leal, colaborativa, transparente e em conformidade com os princípios da administração pública e da cooperação interfederativa, sendo vedada qualquer omissão dolosa ou conduta que comprometa a integridade, o funcionamento, a imagem ou a sustentabilidade financeira do Consórcio.

Seção V - Da observância à representação qualificada

Art. 74. Constitui dever institucional do Ente Consorciado assegurar que sua representação junto aos órgãos do Consórcio seja exercida por autoridade legitimamente designada, tecnicamente apta e com poderes expressos para deliberar, votar e atuar em nome do Município, garantindo participação qualificada e efetiva nos processos decisórios.

Parágrafo único. O descumprimento do dever de inclusão orçamentária previsto neste artigo, quando comprovado e reiterado, equipara-se à inadimplência do Contrato de Rateio para os efeitos deste Contrato, sujeitando o Ente faltoso às sanções previstas no art. 88, sem prejuízo da adoção pelo Consórcio das medidas judiciais cabíveis, incluindo ação de cumprimento de obrigação de fazer para forçar a inclusão nas leis orçamentárias subsequentes, nos termos da jurisprudência do STJ sobre cooperação federativa.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO II - DOS CRITÉRIOS PARA REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 75. O CONSCENSUL fica expressamente e irrevogavelmente autorizado a representar, em caráter coletivo e unificado, todos os Entes Consorciados perante:
I – os órgãos e entidades da Administração Pública da União;
II – os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Sergipe;
III – os Municípios da Federação e suas respectivas administrações direta, indireta, autárquica e fundacional.

§1º. A representação institucional conferida ao CONSCENSUL abrangerá exclusivamente matérias, atos, demandas, projetos, convênios, contratos, programas ou políticas públicas que guardem relação direta e imediata com os objetivos, finalidades e competências delegadas neste Contrato de Consórcio e detalhadas no Estatuto Social ou regulamento específico.

§2º. A representação consorciada não poderá afetar, mitigar ou interferir na autonomia político-administrativa e financeira de qualquer Município consorciado, devendo ser respeitados integralmente os limites constitucionais e legais da cooperação interfederativa.

Art. 76. A representação jurídica, administrativa, institucional, técnica e financeira atribuída ao CONSCENSUL, nos termos do artigo antecedente, abrange poderes formais para:
I – firmar Convênios, Contratos, Termos de Cooperação Técnica, Ajustes, Acordos, Termos de Execução Descentralizada e quaisquer instrumentos congêneres que envolvam repasses financeiros, apoio técnico, execução de programas, delegação de competências ou cooperação interfederativa;
II – providenciar, de forma integrada, a prestação de contas unificada e centralizada correlata à execução financeira dos contratos, convênios, termos e ajustes celebrados, respeitando rigorosamente as normas dos órgãos concedentes e dos Tribunais de Contas competentes;
III – praticar todos os atos necessários ao regular andamento de projetos, programas, processos e políticas públicas comuns, inclusive a celebração de acordos operacionais, planos de trabalho e instrumentos acessórios, desde que previamente aprovados pela Assembleia Geral, com definição do escopo e limites de atuação.

Parágrafo único – A atuação institucional, administrativa e jurídica do CONSCENSUL somente poderá ocorrer nas matérias cuja competência tenha sido previamente delegada pelos Municípios, vedada a assunção de obrigações não expressamente autorizadas pela Assembleia Geral ou não previstas neste Contrato ou no Estatuto Social.

Art. 77. A Presidência será o órgão competente para exercer, em nome do Consórcio Público, a representação institucional máxima, cabendo-lhe:
I – responder administrativa e judicialmente em todos os atos oficiais do CONSCENSUL;
II – constituir mandatários e procuradores para representação em juízo ou fora dele;

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

III – assinar contratos, convênios, termos, ajustes e instrumentos de cooperação previamente autorizados pela Assembleia Geral;
IV – representar politicamente o Consórcio nas relações com a União, Estado, demais Municípios e organizações públicas ou privadas.

§1º. A representação jurídica do CONSCENSUL em processos judiciais será exercida, preferencialmente, pela Assessoria Jurídica própria, ou por advogado(s) regularmente constituído(s), nos termos deste Contrato, do Estatuto e da legislação pertinente.

§2º. A delegação de representação, quando necessária, deverá ser expressa, específica e revestida de instrumento formal adequado.

Art. 78. Para fins de participação em programas federais e estaduais, celebração de convênios, captação de recursos, prestação de contas ou outras ações que exijam identificação institucional formal, o CONSCENSUL atuará como pessoa jurídica de direito público, com capacidade administrativa plena, nos limites deste Contrato de Consórcio, da Lei Federal nº 11.107/2005 e outras que couberem.

Art. 79. É vedado ao CONSCENSUL:
I – intervir em atos internos de gestão administrativa dos Municípios consorciados;
II – assumir obrigações, compromissos ou responsabilidades não previstas neste Contrato em nome de Município que não tenha autorizado expressamente tal ato;
III – representar Município inadimplente em atos que exijam contrapartida financeira ou cumprimento de obrigação prevista em Contrato de Rateio ou Contrato de Programa.

Art. 80. Para a prática de atos que impliquem delegação adicional de competências, adesão a programas novos, assunção de responsabilidades financeiras extraordinárias ou participação em consórcios, redes ou sistemas adicionais, será necessária aprovação da Assembleia Geral, mediante quórum previsto no Estatuto Social.
Parágrafo único. Para fins de interpretação sistemática deste Contrato, a lei municipal de ratificação constitui autorização legislativa geral para a participação do Ente nos programas e atividades do Consórcio, nos termos do art. 10 deste instrumento. A exigência de lei específica prevista no caput deste artigo aplica-se exclusivamente às hipóteses de delegação adicional de competências administrativas não abrangidas pelo objeto originário deste Contrato, ou que impliquem assunção de obrigações financeiras permanentes além das previstas no Contrato de Rateio ordinário.

Art. 81. Os atos de representação institucional observarão, obrigatoriamente:
I – a legislação federal que rege os consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007 ou outros que os substitua);
II – o Estatuto Social e o Regimento Interno do CONSCENSUL;
III – as deliberações da Assembleia Geral;
IV – os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, economicidade, impessoalidade e eficiência;
V – o dever de conformidade e integridade institucional.

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

§1º. A representação formal do Consórcio perante órgãos federais ou estaduais que exijam instrumento jurídico específico, cadastro institucional, certificações, autorizações ou habilitações técnicas será promovida pela Presidência e operacionalizada pela Superintendência, observando-se as normas específicas aplicáveis a cada tipo de instrumento ou programa.

§2º. Os casos omissos, controvérsias ou dúvidas de interpretação sobre a extensão ou limites da representação institucional serão solucionados:
I – inicialmente pela Superintendência;
II – subsidiariamente pela Presidência;
III – e, em última instância, pela Assembleia Geral, cujas deliberações terão efeito vinculante.

Seção I - Diárias

Art. 82. O CONSCENSUL poderá conceder diárias de natureza indenizatória quando houver necessidade de deslocamento para representação, reunião, cursos ou qualquer forma de serviço prestado ao Consórcio, para:
I – Presidência;
II – Conselho de Administração;
III – Superintendência;
IV – Membros do Conselho Fiscal ou da Câmara Técnica;
V – Coordenadorias de Serviços Consorciados;
VI – Ouvidoria, Controladoria-Geral, representantes Jurídico;
VII – Servidores efetivos, cedidos, contratados ou comissionados;
VIII – Colaboradores formalmente designados.

§1º. A concessão de diárias observará, dentre outras:
I – a Resolução interna do Consórcio, observada a norma referencial do TCE/SE (Resolução nº 325/2019, ou outra que a substitua);
II – os valores, a constância, a quantidade, entre outros, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e interesse público;
III – a prévia autorização da autoridade competente;
IV – a posterior prestação de contas, quando couber, nos termos regulamentares.

§2º. Os valores das diárias, diferenciados segundo a natureza e o destino do deslocamento — municipal, estadual, interestadual ou internacional —, bem como os critérios de graduação, fracionamento, acumulação e atualização monetária, serão fixados exclusivamente em Decreto Regulamentar do Consórcio, aprovado pela Assembleia Geral, observadas as normas de referência do TCE/SE vigentes, vedada a fixação de valores com caráter remuneratório.

§3º. Os valores das diárias, seus limites máximos, hipóteses de concessão, critérios de cálculo, possibilidade de meia-diária, vedação de acumulação e procedimentos de prestação de contas ou de restituição, serão definidos em Decreto Regulamentar do Consórcio, aprovado pela Assembleia Geral, observadas, no que couber, as normas do TCE/SE.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

Art. 83. Poderão ser custeadas, com recursos do CONSCENSUL, despesas relativas à participação das pessoas relacionadas no artigo anterior em cursos, treinamentos, capacitações, seminários, congressos e eventos técnicos, quando:
I – exigidos por norma legal, regulamentar ou por órgãos de controle;
II – necessários à atualização técnica, jurídica, administrativa, regulatória ou operacional;
III – diretamente relacionados às atribuições exercidas no âmbito do Consórcio;
IV – autorizados previamente pela autoridade competente em razão do interesse público.

§ 1º O custeio poderá abranger, conforme o caso:
I – taxas de inscrição ou custeio do curso;
II – material didático;
III – passagens de ônibus, aéreas, ou de deslocamento (em veículo próprio, locado, fretado ou de aplicativo);
IV – diárias de alimentação;
V – despesas de hospedagem.

§ 2º O custeio de capacitação não gera direito adquirido, vantagem pessoal ou acréscimo remuneratório, devendo sempre observar o interesse público consorciado e os limites orçamentários.
§3º. É expressamente vedada a concessão de verba de representação, diárias ou custeio de capacitação com caráter remuneratório, compensatório, habitual ou permanente, sob pena de responsabilização administrativa, civil e perante os órgãos de controle.

CAPÍTULO III - DAS GARANTIAS, VEDAÇÕES E DO REGIME DE RESPONSABILIDADE

Art. 84. A participação em atos e deliberações do CONSCENSUL assegura aos Entes Consorciados plena garantia de tratamento isonômico, respeito à autonomia municipal, acesso integral às informações de gestão e participação efetiva em todos os processos decisórios, vedada qualquer forma de discriminação, restrição indevida, privilégio ou vantagem não prevista neste Protocolo/Contrato, no Estatuto Social ou na legislação aplicável.

Art. 85. É expressamente vedado ao CONSCENSUL:
I – intervir na estrutura organizacional interna dos Municípios consorciados ou impor-lhes obrigações não decorrentes deste Contrato, do Estatuto Social, dos Contratos de Programa, dos Contratos de Rateio ou da legislação federal pertinente;
II – assumir dívidas privadas, obrigações de terceiros ou encargos não correlatos às finalidades do Consórcio;
III – contrair despesas ou compromissos financeiros sem previsão orçamentária, sem autorização da Assembleia Geral ou em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal;
IV – celebrar contratos ou ajustes que impliquem renúncia de receita municipal, salvo quando houver amparo legal específico e autorização expressa da Assembleia Geral;
V – praticar atos que possam gerar desequilíbrio financeiro entre os Municípios ou comprometer a sustentabilidade econômica dos programas consorciados;

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

VI – delegar competências de natureza indelegável atribuídas à Assembleia Geral, à Presidência ou ao Conselho Fiscal.

Art. 86. Os Municípios consorciados respondem:
I – primariamente, pelas obrigações assumidas individualmente perante o Consórcio em decorrência de sua participação em programas específicos, serviços compartilhados ou contratos individualizados;
II – subsidiariamente, pelas obrigações gerais do CONSCENSUL, nos termos do art. 10, §3º, da Lei nº 11.107/2005, na hipótese de dissolução ou impossibilidade absoluta de adimplemento, observada a responsabilidade regressiva contra o Município que tiver dado causa ao passivo.

Parágrafo único. O regime de responsabilidade subsidiária previsto neste artigo será detalhado no Estatuto Social e nos instrumentos de extinção, garantida a proporcionalidade entre a obrigação assumida e a participação do Município no exercício financeiro correspondente.

Art. 87. O Ente Consorciado que, por ação ou omissão, causar prejuízo material, financeiro, contratual ou institucional ao CONSCENSUL, responderá:
I – administrativa e politicamente perante a Assembleia Geral;
II – financeiramente perante o Consórcio Público, inclusive com direito de regresso dos demais Municípios contra o ente causador do dano;
III – civilmente, quando o ato configurar lesão ao patrimônio público ou descumprimento contratual;
IV – criminalmente, se configurados ilícitos tipificados em legislação penal ou de improbidade administrativa.

Art. 88. A inadimplência de Município consorciado, quanto a obrigações:
I – do Contrato de Rateio, acarretará restrições administrativas e financeiras, definidas no Estatuto Social, sem prejuízo da execução judicial da cota-parte;
II – do Contrato de Programa, poderá comprometer a continuidade do serviço associado, ensejando sanções previstas em regulamento e comunicação imediata aos órgãos de controle;
III – de obrigações gerais, sujeitará o Município às penalidades do Estatuto e seus regulamentos, incluindo advertência, suspensão temporária de direitos e, nos casos graves, exclusão compulsória.

§1º. A inadimplência injustificada será considerada conduta incompatível com os princípios da boa-fé, da cooperação federativa e da eficiência administrativa.

§2º. A reincidência poderá ser considerada circunstância agravante para fins de aplicação de penalidades pela Assembleia Geral.

Art. 89. Os Municípios consorciados deverão praticar todos os atos necessários à execução eficiente deste Contrato de Consórcio, especialmente:
I – incluir nas respectivas leis orçamentárias anuais e plurianuais as dotações suficientes ao cumprimento das obrigações financeiras assumidas;

LEI

II – promover tempestivamente a abertura de créditos suplementares quando necessário ao adimplemento de programas ou contratos consorciados;
III – emitir, fornecer e atualizar documentos, certidões, dados e informações necessários à gestão associada;
IV – cooperar na fiscalização dos serviços objeto de delegação ou gestão compartilhada;
V – cumprir, no que lhes couber, o que for objeto de deliberação pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. A omissão injustificada na realização dos atos indicados neste artigo poderá caracterizar motivo para aplicação das sanções previstas neste Contrato, no Estatuto Social ou regulamentos.

Art. 90. O CONSCENSUL observará rigorosa política de integridade, prevenção de riscos, combate a fraudes e conformidade institucional, cabendo à Presidência e à Superintendência implementar:
I – mecanismos internos de controle, compliance e governança;
II – programas formalizados de integridade, auditoria e prestação de contas;
III – treinamentos periódicos sobre integridade pública, Lei nº 14.133/2021 e normas de controle;
IV – a manutenção de Portal da Transparência atualizado, com informações completas e de fácil acesso.

Art. 91. As responsabilidades decorrentes de atos praticados por agentes públicos e empregados do CONSCENSUL seguirão o regime jurídico aplicável às autarquias interfederativas, observando-se:
I – responsabilização civil objetiva da entidade pelos danos causados por seus agentes;
II – responsabilização regressiva quando comprovado dolo ou culpa do agente;
III – responsabilidade disciplinar, conforme Estatuto Social e regulamentos internos;
IV – responsabilidade penal, nos casos previstos em lei.

Art. 92. É assegurado aos Municípios consorciados o direito de solicitar auditorias, revisões, vistorias e inspeções em quaisquer programas ou unidades consorciadas, desde que:
I – o pedido seja fundamentado;
II – não haja prejuízo à continuidade do serviço público;
III – seja preservada a confidencialidade de informações sensíveis;
IV – seja respeitado o cronograma operacional da Superintendência.

Art. 93. Toda e qualquer alteração que implique ampliação ou redução de responsabilidades, delegação de competências, assunção de obrigações financeiras extraordinárias ou mudanças estruturais de governança dependerá de:
I – deliberação prévia da Assembleia Geral;
II – aprovação pelo quórum previsto no Estatuto Social;
III – ratificação legislativa quando exigida pela Lei nº 11.107/2005.

Art. 94. As garantias previstas neste Capítulo não afastam:
I – a aplicação subsidiária das normas federais de cooperação interfederativa;
II – as disposições do Estatuto Social;

LEI

III – o cumprimento dos Contratos de Programa e Contratos de Rateio;
IV – a observância dos princípios constitucionais da Administração Pública.

TÍTULO V – DOS AGENTES PÚBLICOS E DO REGIME DE PESSOAL

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO REGIME JURÍDICO DE PESSOAL

Seção I - Do Regime Jurídico Aplicável e da Estrutura de Pessoal

Art. 95. Para fins de organização administrativa e segurança jurídica, o Contrato de Consórcio é composto pelas normas estruturantes, que integram sua organização administrativa, estrutural, de cargos e salários:
I – o Estatuto Social definirá a estrutura organizacional, os órgãos, os cargos, as funções, as atribuições gerais e os vínculos hierárquicos;
II – o Regimento Interno disciplinará o funcionamento administrativo, os fluxos, rotinas, procedimentos, competências operacionais e relações entre unidades;
III – o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV disciplinará as carreiras, remuneração, progressão, requisitos técnicos, critérios de desempenho, capacitação e desenvolvimento funcional.

Parágrafo único. As contratações, nomeações, cessões, designações, readaptações, substituições, exonerações e quaisquer formas de vinculação de agentes públicos ao CONSCENSUL somente poderão ocorrer nos estritos termos:
I – deste Contrato de Consórcio Público;
II – do Estatuto Social;
III – do Regimento Interno;
IV – do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV;
V – das normas constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 96. O quadro de pessoal do CONSCENSUL reger-se-á pelo regime jurídico de direito público e terá como regime jurídico funcional o emprego público, adotando:
I – empregos públicos permanentes, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, destinados ao funcionamento ordinário, contínuo e essencial do Consórcio;
II – empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração, exclusivamente para funções de direção, chefia e assessoramento;
III – funções gratificadas destinadas ao exercício de atribuições específicas por empregados públicos efetivos ou servidores cedidos;
IV – servidores cedidos pelos Municípios consorciados, preservado integralmente o vínculo funcional e remuneratório de origem;
V – contratação temporária, por excepcional interesse público, inclusive mediante processo seletivo simplificado – PSS;
VI – profissionais e serviços técnicos especializados contratados por inexigibilidade de licitação, quando caracterizada a notória especialização;
VII – serviços terceirizados, inclusive em atividades finalísticas, observada a legislação aplicável e a responsabilidade subsidiária do Consórcio.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

§1º. O regime jurídico de pessoal do CONSCENSUL observará, de forma obrigatória e cumulativa, os princípios constitucionais da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, motivação e controle; sendo vedada qualquer forma de contratação permanente sem prévia aprovação em concurso público, ressalvadas as hipóteses constitucionais e legais expressamente admitidas.

§2º. A criação, transformação, extinção ou reorganização de cargos e empregos públicos, bem como a fixação ou alteração de quantitativos, salários, gratificações e demais vantagens remuneratórias, dependerá de deliberação expressa da Assembleia Geral e será formalizada no Estatuto Social e no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, sendo dispensada a alteração do Contrato de Consórcio, desde que respeitadas suas finalidades institucionais, a capacidade financeira do Consórcio e as normas constitucionais, legais e fiscais aplicáveis.

§3º. Todo o quadro de pessoal do CONSCENSUL observará, preferencialmente, o rol exemplificativo disposto no anexo I deste contrato, e deverá ser dimensionado com base em estudo técnico de necessidade administrativa elaborado pela Superintendência, condicionados à dotação orçamentária específica e a necessidade operacional demonstrada; a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à deliberação final da Assembleia Geral, devendo refletir:
I – a real necessidade funcional;
II – a capacidade financeira do Consórcio;
III – os limites da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
IV – a compatibilidade com o planejamento estratégico, programas e ações consorciadas.

§4º. Os cargos, empregos ou funções especiais, extraordinários ou vinculados a programas, projetos, ações específicas ou temporárias serão criados e providos conforme a necessidade operacional, mediante autorização da Assembleia Geral, sem necessidade de alteração deste Contrato, e serão previstos e regulamentados no Estatuto, no Regimento Interno e no PCCV, no que couber a cada um.

§5º. Este Contrato de Consórcio conta com Anexo específico, contendo tabela referencial de cargos e funções, cujos quantitativos e valores salariais gerais serão definidos em regulamento próprio, considerando, inclusive àqueles mencionados ao longo deste instrumento, que sejam exigidos por lei ou para o regular funcionamento do Consórcio.

§6º. O Presidente do Consórcio nomeará, designará ou exonerará por Portaria; observado o quantitativo, a denominação, os requisitos técnicos e os valores remuneratórios previamente definidos, ou aprovados pela Assembleia Geral e constantes dos anexos do Estatuto Social e do PCCV; os ocupantes de:
I – empregos em comissão;
II – funções gratificadas;
III – cargos de direção superior, coordenação, assessoramento e gestão estratégica;
IV – outros definidos na forma deste Contrato e legislação correlata.

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

Seção II - Dos Limites de Despesa com Pessoal

Art. 97. A gestão de pessoal do CONSCENSUL observará, no que couber, os limites, princípios e regras de responsabilidade fiscal previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; bem como o regime jurídico específico dos consórcios públicos previsto na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto Federal nº 6.017/2007, considerando-se, para fins de controle, a natureza autárquica interfederativa do Consórcio e as orientações dos Tribunais de Contas; especialmente quanto:
I – à criação de despesas obrigatórias de caráter continuado;
II – à necessidade de estimativa de impacto orçamentário-financeiro;
III – à compatibilidade com a receita do Consórcio e com os contratos de rateio;

Parágrafo único. A despesa com pessoal do CONSCENSUL não se confunde automaticamente com os limites individuais dos Municípios consorciados, devendo ser analisada conforme o modelo de financiamento, os contratos de rateio e a jurisprudência aplicável, sem prejuízo da observância dos princípios da prudência, sustentabilidade fiscal e equilíbrio financeiro.

Seção III – Da Acumulação de Cargos e Declaração Formal

Art. 98. É vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nas hipóteses expressamente admitidas pelo art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, devendo todo agente público, no ato da investidura e sempre que houver alteração de sua situação funcional, firmar declaração formal de inexistência de acumulação ilícita, sob as penas da lei.

Parágrafo único. A omissão, falsidade ou superveniência de situação incompatível ensejará apuração administrativa, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

Seção IV – Da dedicação Exclusiva

Art. 99. Poderá, na forma do regulamento específico, ser exigido regime de dedicação exclusiva para determinados cargos, empregos ou funções estratégicas, técnicas ou sensíveis, especialmente aqueles relacionados à:
I – direção superior e gestão administrativa;
II – controladoria interna;
III – regulação, fiscalização e funções técnicas especializadas.

Parágrafo único. Uma vez exigido, deverá tal exigência estar prévia e expressamente prevista no PCCV ou em regulamento específico, com a correspondente previsão remuneratória, vedada qualquer imposição tácita ou informal.

Seção V – Do Exercício em Regime Remoto ou Híbrido

Art. 100. O exercício das atribuições funcionais poderá ocorrer, total ou parcialmente, em regime remoto, virtual ou híbrido, quando compatível com a natureza do cargo ou função, observados:

LEI

I – o interesse público e a eficiência administrativa;
II – a mensuração objetiva de resultados e entregas;
III – os mecanismos de controle, supervisão e avaliação de desempenho;

Parágrafo único. O regime será disciplinado em regulamento próprio, aprovado pela Assembleia Geral ou pelo órgão competente, vedada sua adoção automática ou irrestrita.

Seção VI – Dos Empregos Públicos Permanentes

Subseção I - Do regime jurídico funcional

Art. 101. O regime jurídico aplicável aos agentes públicos do CONSCENSUL será, obrigatoriamente, o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em conformidade com o art. 6º, § 2º, da Lei Federal nº 11.107/2005, permanecendo todos os empregados vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, sem prejuízo da natureza pública da entidade autárquica interfederativa.

§1º. Fica vedada a criação de cargos ou empregos regidos por regime estatutário próprio, sendo nulo qualquer ato que institua regime jurídico diverso do previsto na legislação de consórcios públicos.

§2º. Os empregados públicos terão assegurados todos os direitos trabalhistas, previdenciários e sociais previstos na Constituição Federal, na CLT e nas normas aplicáveis à administração pública indireta.

Art. 102. O provimento dos empregos públicos permanentes do CONSCENSUL observará, como regra absoluta, a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, sendo vedada qualquer forma de ingresso automático, estabilização, efetivação ou transposição funcional.

§1º. As atribuições, requisitos técnicos mínimos, formação exigida, responsabilidades funcionais, níveis de complexidade, vínculos hierárquicos e estrutura remuneratória dos cargos serão definidos:
I – no Estatuto Social;
II – no Regimento Interno;
III – no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV.

§2º. A criação, transformação, extinção ou reorganização de cargos e empregos públicos, bem como a fixação de quantitativos, salários, gratificações e demais vantagens remuneratórias, dependerá de deliberação da Assembleia Geral e será formalizada no Estatuto Social e/ou no PCCV, dispensada a alteração do Contrato de Consórcio, desde que respeitados seus limites e finalidades.

§3º. O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV terá natureza regulamentar e complementar a este Contrato, podendo ser alterado, atualizado ou revisto por

LEI

deliberação da Assembleia Geral, sempre que necessário ao aprimoramento da gestão, à adequação operacional ou à sustentabilidade financeira do Consórcio.

§4º. A abertura de concurso público será precedida de estudo técnico de impacto financeiro e de demonstração da necessidade permanente do emprego, devendo a Superintendência encaminhar à Assembleia Geral relatório circunstanciado quanto à viabilidade orçamentária e compatibilidade com o planejamento institucional.

§5º. Os empregados públicos poderão ser designados para o exercício de empregos em comissão, nos termos do Estatuto, mediante gratificação específica, observado que o valor final da remuneração corresponderá ao padrão fixado para o respectivo emprego em comissão.

§6º. O Anexo I deste Contrato de Consórcio é meramente referencial e exemplificativo, não constituindo rol taxativo ou exaustivo dos cargos, empregos, funções e vínculos admissíveis no âmbito do CONSCENSUL; de forma que outros cargos, empregos, funções ou vínculos poderão ser criados, previstos, alterados ou extintos por Resolução da Assembleia Geral, que os formalizará no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos — PCCV e, quando couber, no Estatuto Social, condicionados cumulativamente a:
I — demonstração de necessidade operacional, mediante estudo técnico elaborado pela Superintendência e aprovado pelo Conselho de Administração;
II — existência de dotação orçamentária específica aprovada na Lei Orçamentária Anual do Consórcio — LOA-C ou em crédito adicional regular, vedada a criação por ato de mero efeito contábil;
III — observância dos limites da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto às despesas com pessoal;
IV — compatibilidade com as finalidades institucionais e os programas autorizados nos termos deste Contrato.

§7º. A disposição do parágrafo anterior se aplica, inclusive, a funções vinculadas a programas setoriais, projetos específicos, convênios e instrumentos de financiamento, cujas exigências operacionais próprias poderão demandar perfis funcionais não antecipados na data de celebração deste Contrato, sem que isso configure alteração substancial das finalidades do CONSCENSUL.

§8º. Os agentes responsáveis pela gestão do CONSCENSUL não responderão pessoalmente pelas obrigações regularmente contraídas pelo Consórcio, salvo nos casos de atos praticados com dolo, culpa grave, desvio de finalidade ou em desacordo com a legislação, este Contrato ou o Estatuto Social.
§9º. Adota-se, como modelo estrutural, o quadro enxuto de funções-núcleo: o CONSCENSUL manterá quadro permanente de empregos concursados restrito às funções essenciais e de caráter estritamente continuado, previstas no PCCV; todas as demais atividades — operacionais, técnicas, setoriais ou vinculadas a programas — serão exercidas preferencialmente por servidores cedidos pelos Municípios, profissionais contratados por PSS, prestadores de serviços terceirizados ou profissionais especializados contratados por inexigibilidade, reduzindo-se o risco de comprometimento estrutural da folha de pagamento do Consórcio em cenários de

LEI

retração orçamentária, descontinuidade de programas ou retirada de entes consorciados.

Seção VII - Da Transição para a Estrutura Permanente e do Concurso Público

Art. 103. O concurso público será exigido para o provimento dos empregos permanentes essenciais, assim definidos:
I – atividades administrativas contínuas;
II – atividades técnicas essenciais e permanentes;
III – funções estruturantes do quadro institucional.

§1º. Considerando que o CONSCENSUL não possui empregados concursados, a transição para a estrutura permanente deverá ocorrer:
I – de forma gradual, preservando a continuidade administrativa;
II – respeitando a capacidade financeira e operacional do consórcio;
III – mediante aprovação pela Assembleia Geral do Plano de Estruturação de Pessoal;
IV – com prazo de até 36 (trinta e seis) meses, contados da data de publicação da última lei municipal de ratificação deste Contrato, para a realização do primeiro concurso público, restrito aos empregos permanentes essenciais definidos no caput deste artigo e no PCCV aprovado pela Assembleia Geral, não abrangendo funções vinculadas a Programas Setoriais, serviços terceirizados, contratos por inexigibilidade, cessão de servidores municipais nem qualquer outro vínculo não permanente previsto no art. 96.

§2º. Durante o período de transição, ficam autorizadas:
I – contratações temporárias via PSS, renováveis até o limite legal, para garantir funcionamento adequado dos setores permanentes;
II – cessão de servidores dos Municípios consorciados, com ou sem ônus;
III – terceirização das atividades-meio e das atividades-fim essenciais;
IV – contratações por inexigibilidade para áreas especializadas.

§3º. Programas Setoriais temporários ou vinculados a pactuação específica poderão ser executados exclusivamente com pessoal temporário, terceirizado, cedido ou especializado, sem necessidade de concurso, quando suas atividades:
I – tiverem duração previamente definida;
II – dependerem de adesão voluntária dos Municípios;
III – cessarem quando encerrado o Programa.

§4º. Após 24 (vinte e quatro) meses de funcionamento contínuo de um Programa, a Diretoria Executiva apresentará à Assembleia relatório que:
I – avalie se o Programa adquiriu caráter continuado;
II – proponha, se necessário, estrutura permanente mínima mediante concurso.

§5º. Os Programas Setoriais e demais atividades consorciadas — inclusive aquelas de caráter contínuo — poderão ser executados, de forma permanente ou indefinida, predominantemente com pessoal não concursado, mediante qualquer combinação dos vínculos previstos no art. 96, deste Contrato, sem que isso configure omissão ao dever de realizar concurso público para os empregos essenciais de que trata o caput:

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

I – pessoal cedido;
II – terceirizados;
III – contratados temporários dentro dos limites do art. 37, IX, da Constituição.
§6º. A obrigação de realização de concurso público nos termos do §1º, IV, deste artigo alcança exclusivamente o núcleo mínimo de empregos permanentes essenciais, definido no PCCV e aprovado pela Assembleia Geral, não gerando, em nenhuma hipótese, obrigação de efetivação, estabilização ou transformação de vínculo em relação a servidores cedidos, profissionais contratados por PSS, prestadores de serviços terceirizados ou profissionais especializados contratados por inexigibilidade.

Seção VIII - Dos Empregos em Comissão (EC)

Art. 104. São criados empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração, exclusivamente para funções de direção, chefia, assessoramento superior, coordenação estratégica e assessoramento técnico-especializado, observada sua natureza transitória, a vedação de consolidação como cargos permanentes e o limite máximo proporcional fixado pela Assembleia Geral no Estatuto Social.

§1º. Os empregados em comissão serão integrantes da estrutura executiva do CONSCENSUL, providos em caráter de livre nomeação e exoneração pelo Presidente, observados os limites quantitativos, remuneração, atribuições, requisitos técnicos, qualificações mínimas e demais condições fixadas no Estatuto Social e no Regimento Interno.

§2º. Os empregos comissionados destinam-se exclusivamente:
I – às funções estratégicas de alta gestão, direção e governança institucional;
II – às funções técnicas de assessoramento superior, relacionadas diretamente às atribuições da Presidência e da Superintendência;
III – às funções de coordenação administrativa e operacional das unidades organizacionais.

§3º. As atribuições dos empregos em comissão serão detalhadas exclusivamente no Estatuto Social, demonstrada a essencialidade da função para a governança consorciada e para a execução das políticas públicas regionais.

§4º. Os empregos em comissão não se confundem com os empregos permanentes previstos no PCCV, não geram estabilidade e somente poderão existir enquanto vinculados ao exercício de funções estratégicas, organizacionais ou gerenciais, impeditivas de provimento por concurso em razão de sua natureza de confiança plena.

§5º. É expressamente vedado o provimento de emprego em comissão para funções meramente burocráticas, operacionais ou rotineiras, devendo tais atividades ser desempenhadas por empregados públicos concursados.

§6º. Todos os empregos comissionados deverão observar teto remuneratório e restrições constitucionais aplicáveis às entidades da Administração Pública indireta.

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

Seção IX - Das Contratações por Prazo Determinado (PSS)

Art. 105. A contratação por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público será admitida, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, da legislação federal aplicável e das normas complementares aprovadas pela Assembleia Geral, sendo obrigatório que cada Processo Seletivo Simplificado – PSS seja precedido de Resolução específica da Assembleia Geral, contendo a justificativa do excepcional interesse público, o quantitativo de vagas autorizado e o prazo máximo de contratação.

§1º. Consideram-se hipóteses de excepcional interesse público, entre outras:
I – execução de programas, projetos, ações consorciadas ou iniciativas de duração limitada no tempo, cuja continuidade dependa de renovação de decisão política dos Municípios;
II – substituição temporária de empregados afastados por licença, férias, saúde, serviço militar ou outras situações transitórias;
III – atendimento de demanda extraordinária e não previsível, que impossibilite a realização tempestiva de concurso público;
IV – implantação inicial de programas consorciados, até que o quadro permanente seja estruturado.

§2º. O regime jurídico dos contratados temporários seguirá o regime jurídico funcional do emprego público, e ocorrerá mediante aprovação pela Assembleia Geral, devendo conter:
I – natureza e fundamento da excepcionalidade;
II – prazo máximo de contratação;
III – condições de renovação;
IV – forma de seleção pública simplificada (PSS);
V – direitos e deveres funcionais;
VI – vedação absoluta de atribuição de funções permanentes;
VII – impossibilidade de transformação do vínculo temporário em permanente.

§3º. A duração dos programas temporários deverá ser definida pela Assembleia Geral, podendo ser renovada, mas preservando-se o caráter transitório.

§4º. O PSS poderá ser estruturado como instrumento rotativo e vinculado ao Programa, renovável a cada ciclo programático, sem limite de renovações, desde que:
I – cada renovação seja precedida de nova Resolução da Assembleia Geral com a justificativa de excepcionalidade;
II – seja demonstrada a continuidade da necessidade operacional;
III – não haja imposição de vínculo permanente ao contratado temporário, de modo que Programas que ultrapassem 48 (quarenta e oito meses) meses de execução contínua serão reavaliados pela Assembleia Geral exclusivamente quanto à conveniência de criação de empregos permanentes, não havendo obrigação de concurso enquanto o Programa mantiver caráter de execução por mecanismos alternativos ao quadro permanente.

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

§5º. O PSS poderá ser aberto para qualquer função ou perfil profissional compatível com as finalidades institucionais do CONSCENSUL e com os programas em execução, independentemente de previsão expressa no Anexo I ou no PCCV vigente, não sendo o rol de empregos permanentes do PCCV limitação ao processo seletivo simplificado, desde que preenchidos os requisitos do art. 37, IX, da Constituição Federal e aprovada a Resolução específica pela Assembleia Geral com a descrição da função, o perfil exigido e a justificativa de excepcionalidade.

§6º. A Assembleia Geral poderá aprovar, anualmente, por ocasião da apreciação do orçamento do Consórcio, Resolução consolidada autorizando a abertura de PSS para todos os programas ativos no exercício seguinte, dispensada Resolução individualizada por programa quando a Resolução consolidada contiver:
I – lista dos Programas com PSS autorizado;
II – quantitativo de vagas por função e por Programa;
III – prazo máximo de contratação;
IV – justificativa global de excepcionalidade institucional fundada nas finalidades do art. 9º deste Contrato.

Seção X - Da Cessão de Servidores Municipais

Art. 106. A cessão de servidores dos Entes Consorciados constitui mecanismo fundamental de composição da força de trabalho do Consórcio, especialmente para:
I – Programas Setoriais temporários;
II – atividades técnico-especializadas;
III – funções administrativas de apoio;
IV – atividades que exigem conhecimento local.

Art. 107. O CONSCENSUL poderá receber servidores estatutários, contratados ou comissionados, e empregados públicos dos Entes Consorciados, cedidos com ou sem ônus, conforme disciplinado em lei local e conforme regras específicas estabelecidas neste Contrato, no Estatuto ou em Resolução da Assembleia Geral.

§1º. A cessão poderá ser total ou parcial, e será formalizada mediante termo específico, contendo:
I – identificação do órgão cedente e do servidor;
II – prazo da cessão;
III – ônus financeiro;
IV – atribuições a serem exercidas;
V – condições de retorno;
VI – responsabilidades disciplinares e funcionais.

§2º. Como regra geral, o servidor ou empregado público será cedido ao Consórcio com ônus para o Ente Consorciado, quando serão aplicadas as seguintes regras:
I – receberá sua remuneração integral pelo ente cedente e permanecerá vinculado ao seu regime jurídico e previdenciário originário;
II – fará jus a percepção de gratificação por cessão em valor correspondente a até 100% (cem porcento) do valor previsto para o cargo ou emprego equivalente junto ao

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

Consórcio, podendo haver cumulação da remuneração conforme definido no regulamento específico, a qual poderá ser paga proporcionalmente na hipótese de cessão parcial;
III – fica autorizada a prestação de serviços na modalidade remota, em hipótese de cessão parcial ou integral, nos termos do Estatuto ou regulamento específico.
IV – o ente consorciado concedente que assumir o ônus da cessão poderá contabilizar os respectivos valores como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio, limitado ao valor de rateio estabelecido para o respectivo Ente Consorciado.

§3º. Ao servidor ou empregado público cedido com ônus para o consórcio, a verba remuneratória corresponderá ao valor fixado no plano de cargos e salários à função equivalente, nos termos a serem especificados no Estatuto, complementadas pelo Município cedente, quando for o caso.

§4º. Fica autorizado o pagamento de ressarcimento de despesas de deslocamento aos servidores cedidos que tenham necessidade de se deslocar de seus Municípios até a sede do Consórcio para a prestação dos serviços, considerada a quilometragem realizada e o valor por quilômetro rodado fixado pela Diretoria Executiva, mediante prestação de contas.

§5º. Qualquer que seja a modalidade de cessão, o pagamento de adicionais ou gratificações não configura novo vínculo empregatício com o servidor ou empregado público cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

§6º. Observado o orçamento anual do consórcio público, o salário e demais vantagens dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do consórcio público serão revistos anualmente, preferencialmente no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, no período acumulado de janeiro a dezembro do ano anterior, sendo vedado, em qualquer hipótese, o pagamento de valor menor ao salário mínimo vigente.

§7º. Servidores públicos (estatutários) dos entes federativos consorciados que venham a ser cedidos para o consórcio público deverão manter o regime de origem, sem prejuízo de seus direitos estatutários, previdenciários e vantagens, nos termos da Lei; vindo o período de cessão a contará como efetivo exercício para fins de progressão no Município de origem.

§8º. Os Servidores efetivos cedidos poderão exercer atividades técnicas de alto nível, inclusive de fiscalização e licenciamento ambiental.

Seção XI – Do pessoal especializado contratado por inexibilidade

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

Art. 108. O CONSCENSUL poderá contratar diretamente, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e/ou de seus regulamentos internos; serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, quando comprovada a inviabilidade de competição, nas seguintes áreas, dentre outras legalmente permitidas:

I – serviços jurídicos, compreendendo advocacia consultiva ou contenciosa, assessoria jurídica especializada, pareceres técnicos, atuação em demandas estratégicas, estruturantes ou de alta complexidade institucional;
II – serviços de contabilidade pública, auditoria contábil, financeira, orçamentária, patrimonial ou operacional, inclusive para fins de prestação de contas, conformidade fiscal, análise de riscos e apoio a órgãos de controle;
III – serviços de engenharia e arquitetura, quando envolverem projetos, estudos, laudos, pareceres, diagnósticos, supervisões ou soluções técnicas singulares, especialmente relacionadas a obras públicas, infraestrutura regional, saneamento básico, mobilidade urbana, edificações públicas e sistemas integrados;
IV – serviços de tecnologia da informação e comunicação, incluindo desenvolvimento de sistemas, governança digital, interoperabilidade de bases de dados, segurança da informação, geoprocessamento, inteligência de dados, soluções inovadoras ou customizadas;
V – serviços de consultoria, assessoria e apoio técnico de alta especialização, nas áreas de gestão pública, regulação, saneamento, saúde, educação, planejamento territorial, inovação, governança, compliance, integridade, parcerias público-privadas, consórcios públicos e políticas públicas regionalizadas.

§1º. Para os fins deste artigo, consideram-se serviços técnicos especializados aqueles definidos no art. 6º, inciso XVIII, e no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, bem como os serviços profissionais de natureza singular e intelectual caracterizados pela inviabilidade de competição, cuja execução dependa de:
I – conhecimento técnico, científico ou artístico especializado;
II – experiência profissional comprovada;
III – atuação intelectual personalizada;
IV – notória especialização do contratado;
V – solução técnica específica, não padronizável ou não comparável por critérios objetivos de julgamento.

§2º. A notória especialização será caracterizada mediante demonstração objetiva da capacidade técnica do contratado, observados, cumulativamente ou não, os seguintes elementos:
I – desempenho anterior satisfatório em serviços similares;
II – publicações técnicas, acadêmicas ou institucionais relevantes;
III – experiência profissional comprovada na área específica do objeto;
IV – estrutura técnica compatível com a complexidade do serviço;
V – reconhecimento público, institucional ou setorial da especialização;
VI – atuação destacada em projetos, demandas ou soluções de elevada complexidade.

LEI

§3º. A inexigibilidade de licitação estará condicionada à comprovação formal da inviabilidade de competição, devidamente motivada em processo administrativo próprio, demonstrando que:
I – o objeto possui natureza singular ou complexa;
II – não é possível estabelecer critérios objetivos de comparação entre propostas;
III – a escolha do contratado decorre de sua especialização específica e diferenciada; ou
IV – a contratação atende de forma mais eficiente ao interesse público consorciado.

§4º. A contratação direta deverá observar rigorosamente os princípios da economicidade, razoabilidade e proporcionalidade, sendo obrigatória a justificativa do preço, mediante, dentre outras:
I – pesquisa de preços praticados no mercado especializado;
II – comparação com contratações similares realizadas por outros entes públicos;
III – análise de tabelas referenciais, quando existentes; ou
IV – compatibilidade entre o valor contratado, a complexidade do serviço e o tempo estimado de execução.

§ 5º As contratações previstas neste artigo:
I – não integrarão o quadro permanente de pessoal do CONSCENSUL;
II – terão natureza temporária, contratual e vinculada ao objeto específico;
III – não gerarão vínculo empregatício ou estatutário.

§ 6º Os serviços contratados por inexigibilidade poderão, excepcionalmente, substituir a necessidade de criação ou manutenção de cargos, empregos ou funções permanentes, desde que demonstrada, de forma expressa e fundamentada:
I – a não economicidade da manutenção de quadro próprio;
II – a intermitência ou especificidade da demanda;
III – a maior eficiência técnica ou financeira da contratação externa;
IV – a inexistência de vedação legal específica.

§ 7º Todas as contratações por inexigibilidade de licitação deverão:
I – ser precedidas de processo administrativo formal e devidamente instruído;
II – conter parecer jurídico fundamentado, mesmo que por profissional contratado para esse fim específico;
III – observar os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, dentre outros;
IV – serem publicadas nos meios oficiais e no Portal da Transparência do CONSCENSUL;
V – submeter-se ao controle interno e externo competente.

§8º. Poderá ser contratada pessoa física ou jurídica para desenvolver as atividades jurídicas ordinárias para o correto funcionamento jurídico-administrativo do consórcio, quando o responsável contratado poderá exercer a função de Procurador-Geral do Consórcio, salvo se o Superintendente tiver designado Assessor Jurídico.

Seção XII - Da Contratação de Serviços Terceirizados

Art. 109. O CONSCENSUL poderá contratar serviços terceirizados para atender às suas necessidades administrativas, operacionais, técnicas e finalísticas, sempre que tal forma

LEI

de contratação se mostrar mais eficiente, econômica, vantajosa e compatível com o interesse público, observadas as disposições deste Contrato de Consórcio, do Estatuto Social, do Regimento Interno, do Plano de Contratações Anual – PCA e da legislação aplicável.

§1º. Poderão ser objeto de terceirização, entre outros, os serviços relativos a:
I – limpeza, conservação, higienização, copa, apoio operacional e serviços gerais;
II – motoristas, operadores de máquinas, condutores de veículos e equipamentos;
III – vigilância patrimonial e monitoramento, quando não envolver poder de polícia;
IV – serviços administrativos de apoio, logística, almoxarifado e suporte operacional;
V – serviços técnicos especializados, inclusive nas áreas de engenharia, meio ambiente, saneamento, resíduos sólidos, tecnologia da informação, geoprocessamento, saúde, educação, assistência social, regulação, fiscalização e outras relacionadas às finalidades consorciadas;
VI – serviços técnicos vinculados à atividade-fim do Consórcio, quando comprovada a vantajosidade, a inviabilidade ou a inconveniência da execução direta por pessoal próprio.

§2º. A terceirização de serviços relacionados à atividade-fim do CONSCENSUL é admitida, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, desde que:
I – não haja burla à exigência constitucional de concurso público para provimento de empregos permanentes;
II – reste demonstrada, mediante estudo técnico, a maior eficiência, economicidade ou especialização da execução indireta;
III – não implique subordinação direta dos trabalhadores terceirizados aos gestores do Consórcio, preservada a autonomia da empresa contratada;
IV – seja observada a distinção clara entre gestão pública e execução contratual;
V – sejam respeitados os direitos trabalhistas dos empregados da contratada.

§3º. A contratação de serviços terceirizados observará integralmente a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente quanto à:
I – adequada definição do objeto;
II – gestão e fiscalização contratual;
III – exigência de regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal;
IV – alocação objetiva de riscos contratuais;
V – responsabilização da contratada pela execução dos serviços.

§4º. O CONSCENSUL responderá de forma subsidiária, e nunca solidária, pelas obrigações trabalhistas da contratada, apenas quando comprovada falha na fiscalização contratual, nos termos da jurisprudência aplicável.

§5º. Os serviços terceirizados poderão ser contratados mediante:
I – licitação, preferencialmente por pregão eletrônico, quando se tratar de serviços comuns;
II – concorrência ou outros regimes previstos em lei, quando envolver maior complexidade;

LEI

III – dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando configurados os pressupostos legais;
IV – credenciamento, quando o objeto permitir contratação paralela e não excludente;
V – atas de registro de preços regionais ou consorciadas.

§6º. A contratação de serviços terceirizados dependerá de:
I – previsão no Plano de Contratações Anual – PCA;
II – compatibilidade com o orçamento do Consórcio ou dos Municípios beneficiários;
III – observância dos contratos de rateio ou instrumentos de financiamento aplicáveis;
IV – aprovação da instância competente, quando exigida pelo Estatuto ou por regulamento.

§7º. É vedada a utilização da terceirização como mecanismo de substituição permanente, dissimulada ou irregular de empregos públicos essenciais, estruturais ou típicos da gestão administrativa do Consórcio, devendo a decisão entre execução direta e indireta observar critérios técnicos, jurídicos e econômicos objetivos.

§8º. Os critérios, procedimentos, padrões de fiscalização, requisitos técnicos, indicadores de desempenho e limites operacionais da terceirização serão disciplinados em regulamento próprio, aprovado pela Assembleia Geral ou pelo órgão competente, em consonância com este Contrato de Consórcio e com a legislação vigente.

Seção XIII - Da Execução e Fiscalização do Regime de Pessoal

Art. 110. A Superintendência é responsável por implementar, fiscalizar e gerir o regime de pessoal, cabendo-lhe:
I – manter cadastro funcional atualizado;
II – executar rotinas de folha de pagamento e encargos;
III – implementar avaliação de desempenho;
IV – assegurar observância do Estatuto, deste Contrato e normas específicas
V – apresentar relatórios anuais ao Presidente e ao Conselho de Administração;
VI – responder aos órgãos de controle interno e externo.

Seção XIV - Da Prevalência do Interesse Público

Art. 111. Todo ato de gestão de pessoal deverá observar a supremacia do interesse público consorciado, a economicidade, a responsabilidade fiscal e a compatibilidade com a capacidade financeira dos Municípios consorciados.

TÍTULO VI - DA GESTÃO ADMINISTRATIVA, CONTRATUAL E FINANCEIRA DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I - DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS, DOS CONTRATOS INSTRUMENTAIS E DAS LICITAÇÕES CONSORCIADAS

Art. 112. Os Entes Consorciados, por força do presente Contrato de Consórcio Multifinalitário e nos termos expressos do art. 4º, inciso XI, da Lei Federal nº 11.107/2005, autorizam formal e integralmente o CONSCENSUL a exercer a gestão

LEI

associada de serviços públicos, políticas públicas, programas intermunicipais, ações estruturantes, contratos administrativos, convênios, operações de crédito, delegações, permissões, fiscalizações, regulações, procedimentos administrativos e quaisquer outras atividades públicas cuja execução conjunta se demonstre técnica e economicamente mais eficiente, racional e vantajosa para o interesse regional.

§1º. A gestão associada compreenderá, dentre outros aspectos de natureza administrativa, regulatória, operacional e financeira:
I – planejamento regional integrado;
II – regulação técnica e revisão de normas, quando delegada essa competência;
III – fiscalização sobre a prestação direta ou indireta dos serviços;
IV – elaboração de projetos, estudos, diagnósticos e planos diretores setoriais;
V – execução direta de serviços;
VI – contratação de terceiros para execução de atividades objeto da gestão associada;
VII – gestão de unidades intermunicipais;
VIII – coordenação logística, orçamentária, programática e operacional de programas regionais;
IX – realização de licitações compartilhadas ou centralizadas, conforme Lei nº 14.133/2021;
X – tomada de preços de referência regional e padronização de especificações técnicas;
XI – formação e gestão de cadastros regionais de fornecedores e prestadores.

§2º. A gestão associada será exercida mediante instrumentos jurídicos próprios — Contrato de Programa e Contrato de Rateio — que serão obrigatórios, independentes entre si e complementarmente vinculados, conforme os arts. 10 e 11 do Decreto nº 6.017/2007.

Art. 113. O Consórcio Público celebrará, obrigatoriamente, com cada Ente Consorciado que deseje delegar serviços ou funções administrativas específicas, o Contrato de Programa, que deverá definir com exatidão:
I – o serviço, política pública, programa ou função administrativa objeto da delegação;
II – o território e a população atendida;
III – o prazo de vigência, compatível com a natureza do serviço e com o planejamento regional;
IV – a forma, o modelo e o regime de prestação do serviço (direta, indireta, consorciada, delegada, regulada ou fiscalizada);
V – indicadores de desempenho, metas, parâmetros de qualidade e critérios de revisão ordinária e extraordinária;
VI – as responsabilidades do Consórcio e dos Municípios;
VII – a forma de fiscalização administrativa, técnica, contábil e operacional;
VIII – as hipóteses de intervenção, caducidade, descontinuidade ou reversão;
IX – o regime tarifário, quando aplicável, observada a modicidade tarifária;
X – as fontes de custeio;
XI – o vínculo do contrato com o respectivo Contrato de Rateio.

§1º. O Contrato de Programa constitui condição prévia, necessária e indispensável para a delegação formal de serviços públicos ao Consórcio, para a constituição de obrigações

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

entre entes no âmbito da gestão associada e para a contratação direta pelo consorciado, nos termos do art. 13 da Lei Federal nº 11.107/2005. Para ações de planejamento regional, assessoria técnica, regulação, pesquisa ou atividades de apoio que não envolvam delegação formal de serviços públicos municipais ao Consórcio, a celebração do Contrato de Programa é facultativa, bastando previsão em Contrato de Rateio e deliberação da Assembleia Geral.

§2º. Poderão existir múltiplos Contratos de Programa, por setor ou por serviço, sendo facultado ao Ente Consorciado aderir somente àqueles de seu interesse, sem que isso implique restrição de direitos no âmbito geral do Consórcio.

Art. 114. Para o custeio e execução financeira dos serviços previstos nos Contratos de Programa, o CONSCENSUL celebrará com os Entes Consorciados o Contrato de Rateio Específico, instrumento jurídico obrigatório para transferência financeira municipal ao Consórcio, que assume natureza de título executivo extrajudicial, conforme art. 10 da Lei Federal nº 11.107/2005.

§1º. O Contrato de Rateio Especifico ou Setorial deverá conter:
I – o valor da cota-parte atribuída ao Município;
II – o método de cálculo;
III – a forma e a periodicidade de pagamento;
IV – a indicação exata das dotações orçamentárias municipais de suporte;
V – as penalidades por atraso, inadimplência ou descumprimento;
VI – o prazo de vigência, coincidente com o exercício financeiro ou com a duração do programa;
VII – a vinculação automática ao débito automático, na forma deste contrato ou regulamentos.

§2º. O ingresso no programa consorciado ocorrerá mediante assinatura conjunta do Contrato de Programa e do Contrato de Rateio, não sendo possível delegação de serviços sem a correspondente previsão de custeio.

§3º. A ausência de dotação orçamentária específica não invalida o Contrato de Rateio Específico ou Setorial, cabendo ao Município providenciar, no prazo e forma da lei, abertura de crédito adicional suplementar ou especial, sob pena de vedação temporária ao exercício do direito de voto em matérias financeiras.

CAPITULO II - DA LICITAÇÃO

Seção I – Do procedimento licitatório

Art. 115. O CONSCENSUL observará integralmente o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ou outras leis que a substituam ou regulamentem; bem como nas normas expedidas pelos Tribunais de Contas e demais legislações aplicáveis, para todas as suas licitações, contratações diretas e instrumentos de cooperação, podendo atuar, conforme o caso:

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.
GABINETE DO PREFEITO

I – como unidade centralizadora de compras públicas regionais, promovendo economia de escala, racionalização administrativa e padronização técnica;
II – como executor de licitações compartilhadas ou consorciadas, mediante autorização formal dos Municípios interessados;
III – como gestor de Atas de Registro de Preços regionais, inclusive para utilização posterior pelos Entes Consorciados;
IV – como órgão promotor da padronização de especificações técnicas, termos de referência, projetos básicos e procedimentos;
V – como autoridade responsável pela condução dos procedimentos licitatórios, inclusive pregão eletrônico, concorrência, diálogo competitivo, contratação integrada e semi-integrada, bem como outras modalidades e regimes previstos em lei.

§1º. O CONSCENSUL poderá conduzir procedimentos licitatórios destinados a atender um ou mais Municípios consorciados, inclusive nas hipóteses em que:
I – o Município seja o contratante final, optando pela execução do certame pelo Consórcio;
II – os bens, serviços ou obras sejam entregues, executados ou implantados diretamente no Município beneficiário;
III – o pagamento decorra de dotações orçamentárias municipais, ainda que o procedimento seja centralizado no Consórcio.

§2º. A atuação do CONSCENSUL na condução dos procedimentos licitatórios não implica substituição da competência decisória final dos Municípios, nem transferência automática de responsabilidade quanto à execução contratual, à gestão orçamentária, à fiscalização local, ou a responsabilidade financeira; ressalvadas as hipóteses em que o Consórcio assuma formalmente a execução do contrato.

§3º. Os procedimentos licitatórios vinculados a Programas, Projetos ou Ações Específicas somente poderão ser instaurados quando houver, cumulativa ou alternativamente:
I – autorização da Assembleia Geral, de regulamento consorcial ou dos Entes Consorciados participantes;
II – Contrato de Programa, Contrato Interadministrativo ou instrumento equivalente, quando houver instituição e adesão de programa específico à delegação de determinado serviço público relacionado às finalidades do Consórcio;
III – dotação orçamentária adequada no orçamento do Município, do Consórcio ou de ambos, conforme o modelo adotado.

§4º. A delegação de que trata este artigo deverá ser formalizada por instrumento próprio e não caracterizará terceirização de funções administrativas típicas, preservada a autonomia constitucional dos Entes Consorciados.

Seção II – Da dispensa

Art. 116. É dispensada a licitação para a contratação direta entre o CONSCENSUL e os Entes Consorciados, inclusive sua administração direta ou indireta, nas hipóteses previstas:
I – no art. 2º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/2005;

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

II – no art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/2007;
III – no art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando envolver prestação de serviços públicos em regime de gestão associada.
IV – outras legalmente previstas.

§1º. A dispensa de licitação somente será admitida quando houver nexo direto e comprovado entre o objeto contratado e a prestação de serviço público efetivamente delegado, vedada sua utilização para atividades meramente administrativas, acessórias ou desvinculadas das finalidades consorciadas.

§2º. Regulamento próprio poderá definir critérios objetivos, checklists técnicos e hipóteses exemplificativas de enquadramento na gestão associada, como forma de mitigação de riscos e uniformização de entendimentos.

Seção III – Do Plano de Contratação Anual (PCA)

Art. 117. O CONSCENSUL elaborará e manterá Plano de Contratações Anual – PCA, próprio ou integrado aos Municípios consorciados, nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, como instrumento obrigatório de planejamento, racionalização, transparência e controle das contratações.

§1º. O PCA poderá ser:
I – centralizado no âmbito do Consórcio;
II – setorial, por Programa, Projeto ou Coordenadoria;
III – integrado aos PCAs dos Municípios consorciados.

§2º. O PCA servirá de base para:
I – definição das estratégias de contratação direta, pregão eletrônico ou concorrência;
II – gestão de riscos, priorização de demandas e estimativas de custos;
III – atuação do controle interno e externo.

§3º. As contratações diretas deverão, sempre que possível, guardar compatibilidade com o PCA, admitida motivação específica para situações supervenientes, emergenciais ou não previstas.

Seção IV – Da contratação direta e demais formas

Art. 118. O CONSCENSUL poderá utilizar, de forma preferencial quando juridicamente cabível, os mecanismos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que configurados os pressupostos legais, especialmente para:
I – contratações interadministrativas;
II – serviços técnicos especializados;
III – profissionais ou entidades de notória especialização;
IV – hipóteses de inviabilidade de competição;
V – situações emergenciais ou de urgência, nos limites legais,
VI – outras, na forma da lei.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. A preferência referida neste artigo não afasta a obrigatoriedade de licitação quando caracterizada a viabilidade de competição, devendo as contratações diretas ser devidamente motivadas, planejadas e compatíveis com o PCA e com os entendimentos dos Tribunais de Contas.

Art. 119. O pregão eletrônico será adotado como modalidade preferencial para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de forma regionalizada.

§1º. A concorrência, o diálogo competitivo, a contratação integrada ou semi-integrada serão utilizados prioritariamente nos casos legalmente exigidos, especialmente em:
I – concessões e permissões de serviços públicos;
II – parcerias público-privadas;
III – grandes obras e empreendimentos estruturantes;
IV – projetos de elevada complexidade técnica, econômica ou jurídica.

Art. 120. O CONSCENSUL poderá estruturar Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMI, estudos, modelagens e projetos destinados à implantação de concessões, permissões e parcerias público-privadas, em favor dos Entes Consorciados, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo único. A participação em PMI não gerará direito subjetivo à contratação, servindo exclusivamente para subsidiar decisões técnicas e estratégicas da Assembleia Geral.

Seção V – Do parecer jurídico

Art. 121. Nos termos do art. 53, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o CONSCENSUL poderá adotar pareceres jurídicos referenciais, dispensando a emissão de parecer individual em cada contratação, desde que:
I – haja padronização do objeto;
II – inexistam peculiaridades relevantes;
III – haja manifestação do controle interno quanto à aplicabilidade;
IV – outras, definidas em regulamento.

Seção VI – Das responsabilidades

Art. 122. É de responsabilidade exclusiva do Município beneficiário ou contratante, ainda que o procedimento seja conduzido pelo CONSCENSUL:
I – a correta indicação da dotação orçamentária;
II – o empenho, liquidação e pagamento;
III – a execução local do contrato;
IV – o atendimento às exigências legais e do Tribunal de Contas competente.

Parágrafo único. A responsabilidade do CONSCENSUL restringe-se à condução procedimental e à verificação de conformidade técnica e legal, salvo quando assumir formalmente a execução contratual.

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

Seção VII – Dos regulamentos e da condução do procedimento

Art. 123. Todas as atividades previstas nesta Seção observarão as legislações aplicáveis vigentes, as que as substituam, e seus respectivos regulamentos ou os regulamentos próprios, a serem editados na forma da lei, sempre observando:
I – os princípios do art. 37 da Constituição Federal;
II – a Lei Federal nº 11.107/2005 e o Decreto Federal nº 6.017/2007;
III – a Lei Federal nº 14.133/2021;
IV – as normas do TCE/SE, especialmente a Resolução nº 366/2024 ou outra que a substitua;
V – a legislação setorial aplicável.

Parágrafo único. Para condução das atividades de licitação será composta Comissão de Licitação, composta por Agente de Contratação e/ou Pregoeiro, e membros da equipe de apoio, a qual será composta por agentes preferencialmente efetivos, observada, sempre que puder, a segregação de funções e demais requisitos definidos no Estatuto Social ou por regulamento próprio.

Art. 124. O CONSCENSUL poderá celebrar convênios, acordos de cooperação técnica, ajustes, parcerias, termos de execução descentralizada, contratos de gestão, termos de colaboração com entes públicos ou privados, nacionais ou internacionais, desde que:
I – guardem relação direta com suas finalidades;
II – tenham previsão legal e orçamentária;
III – sejam aprovados pela Assembleia Geral quando envolverem contrapartida financeira;
IV – observem o regime de contabilidade pública e as normas dos órgãos de controle.

Art. 125. A Assembleia Geral, consultados os setores técnicos, jurídico, contábil e os órgãos internos responsáveis, deverá aprovar, previamente, regulamentos técnicos e normativos que tratem de:
I – padronização das licitações consorciadas;
II – regras para contratações compartilhadas;
III – metodologia de rateio específico;
IV – diretrizes de qualidade e desempenho dos serviços delegados;
V – matriz de responsabilidades;
VI – regras de governança, integridade e compliance em contratações;
VII – procedimentos para contratações urgentes e emergenciais;
VIII – Outros.

TITULO VII -DOS RECURSOS E RECEITAS

CAPÍTULO I – DOS RECURSOS FINANCEIROS, DAS RECEITAS E DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Seção I – Das receitas

LEI

Art. 126. Constituem as receitas próprias, ordinárias e extraordinárias do CONSCENSUL, necessárias à sua manutenção administrativa, operacional, técnica e institucional, bem como à execução dos programas, projetos e serviços consorciados, as seguintes fontes públicas e privadas:
I – as contribuições financeiras obrigatórias dos Entes Consorciados, fixadas anualmente pela Assembleia Geral por meio do Contrato de Rateio Ordinário com vigência coincidente com o exercício financeiro ou com a duração do programa ordinário correspondente;
II – as receitas vinculadas aos Programas Setoriais, provenientes dos Contratos de Programa e/ou de Rateio Específicos, firmados para cada política pública, obra, ação ou serviço consorciado;
III – as transferências de recursos da União, do Estado de Sergipe e de outros órgãos públicos, relativas à celebração de Convênios, Termos de Execução Descentralizada, Contratos de Repasse, Termos de Cooperação, Ajustes, Parcerias e similares, destinados à execução de projetos ou políticas consorciadas;
IV – os auxílios, subvenções econômicas ou sociais, contribuições financeiras, prêmios, fundos públicos, recursos incentivados e repasses de natureza eventual, destinados ao cumprimento das finalidades institucionais;
V – a remuneração proveniente da cobrança de tarifas, taxas, preços públicos ou contraprestações financeiras decorrentes da prestação de serviços públicos consorciados ao usuário final ou ao ente delegante, quando aplicável, devendo tais receitas ser integralmente consignadas ao serviço que as originou, em respeito ao princípio da vinculação;
VI – receitas provenientes de serviços técnicos especializados prestados pelo Consórcio aos Municípios consorciados ou a outros entes federativos, desde que aprovados pela Assembleia Geral;
VII – a remuneração decorrente da gestão de sistemas, plataformas digitais, sistemas compartilhados, registros e bases de dados regionais;
VIII – as receitas oriundas de alienação de bens móveis ou imóveis, desde que deliberada pela Assembleia, nos termos deste Contrato;
IX – as receitas próprias de aplicações financeiras de recursos disponíveis, observando-se estritamente as normas do Direito Financeiro e da Lei de Responsabilidade Fiscal;
X – doações, legados, cooperações técnico-financeiras, recursos internacionais, nacionais ou privados, desde que compatíveis com as finalidades do Consórcio Público;
XI – quaisquer outras definidas ou regulamentadas após aprovação da Assembleia.

Parágrafo único. O Consórcio editará normas específicas para regulamentação das receitas, remunerações e quaisquer outras receitas legalmente admissíveis que venham a ser instituídas, a serem aprovadas pela Assembleia Geral.

Seção II – Do Custeio Institucional, do Teto Autorizativo e da Sistemática de Rateio

Art. 127. O custeio regular, contínuo e estruturante da organização administrativa, institucional e técnica do CONSCENSUL será assegurado por meio do Rateio Ordinário, instrumento formalizado anualmente, aprovado pela Assembleia Geral e executado nos termos da legislação de consórcios públicos, das normas de direito financeiro e das autorizações legislativas municipais.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

§1º – O Rateio Ordinário:
I – possui natureza permanente e institucional;
II – independe de adesão específica do ente consorciado;
III – constitui condição indispensável para permanência no Consórcio;
IV – fundamenta-se nos princípios da solidariedade interfederativa, da sustentabilidade administrativa, da gestão associada e da responsabilidade compartilhada pela manutenção da estrutura consorcial.

§2º – Fica estabelecido o teto máximo autorizativo de até 5% (cinco por cento) sobre as receitas provenientes do:
I – Fundo de Participação dos Municípios – FPM;
II – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS ou Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, ou tributo equivalente;
III – ou outras transferências constitucionais ou legais que venham a ser indicadas na lei municipal autorizativa,

§3º - A soma do percentual do Rateio Ordinário com os percentuais relativos a Rateios Específicos não poderá ultrapassar o teto máximo de 5% da receita corrente liquida, não significando sua utilização automática ou integral, senão por deliberação e adesão específica, e cumpridas as demais formalidades legais.

§4º – Para o custeio do Rateio Ordinário, será executado, inicialmente, o percentual de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do FPM e do ICMS (ou IBS - Imposto sobre Bens e Serviços), podendo ser alterado por deliberação da Assembleia Geral, mediante resolução específica, observadas:
I – a disponibilidade orçamentária do ente consorciado;
II – a necessidade institucional do Consórcio;
III – o limite máximo estabelecido no §2º.

§5º – Os Programas Específicos ou Setoriais instituídos pelo Consórcio poderão ser custeados por meio de Rateios Específicos próprios, formalizados mediante:
I – deliberação da Assembleia Geral;
II – instrumento interadministrativo específico (Contrato de Rateio Específico ou Termo de Adesão);
III – compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual do ente consorciado.

§6º – A operacionalização do sistema de custeio observará três camadas jurídicas complementares:
I - Camada A – Base Legislativa Autorizativa
a) Lei municipal de ratificação do Protocolo de Intenções;
b) Lei municipal autorizativa de vinculação e retenção automática de receitas até o teto de 5%;
c) Compatibilidade com o art. 160 da Constituição Federal, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007, Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000.
II - Camada B – Pactuação Interadministrativa
a) Contrato de Rateio Ordinário anual;

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

b) Contratos de Rateio Específicos ou Termos de Adesão a Programas;
c) Resoluções da Assembleia Geral instituindo Programas e fixando percentuais para custeio de programa específico ou setorial, por programa;
d) Deliberações internas disciplinando governança e execução.
III - Camada C – Operacionalização Financeira
a) Formalização da retenção automática junto aos órgãos federais e estaduais competentes;
b) Comunicação à instituição financeira responsável pelo repasse do FPM e ICMS/IBS;
c) Indicação de contas específicas e segregação contábil dos recursos;
d) Cumprimento das normas da Secretaria do Tesouro Nacional e da legislação de finanças públicas.

§7º – A adesão do ente consorciado a Programas instituídos pelo Consórcio poderá ocorrer de forma simplificada, mediante:
I – Termo de Adesão ou Contrato de Rateio Específico anual;
II – deliberação interna da Assembleia Geral;
III – observância da disponibilidade orçamentária;

§8º. Será dispensada a aprovação de nova lei municipal específica para cada Programa, desde que:
a) o Programa esteja contido nas finalidades previstas no Protocolo de Intenções;
b) o custeio permaneça dentro do teto autorizativo global de 5%;
c) não implique nova delegação estrutural de serviço público além da já autorizada.

§9º – Será exigido instrumento jurídico próprio (Contrato de Programa, Convênio, PPP ou outro instrumento adequado), observada eventual necessidade de autorização legislativa específica, caso o Novo Programa implique nas seguintes situações:
I – delegação adicional relevante de serviço público;
II – compromisso plurianual extraordinário fora da moldura da lei autorizativa;
III – instituição de obrigação financeira não compatível com o teto ou com o objeto do Consórcio;

§10 – A retenção automática das receitas mencionadas neste artigo fundamenta-se:
I – no art. 160 da Constituição Federal;
II – na Lei nº 11.107/2005 (contrato de rateio);
III – no Decreto nº 6.017/2007;
IV – nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional;
V – na autorização legislativa municipal específica e regulamentos.

§11. A Assembleia Geral poderá atualizar a metodologia de cálculo do Rateio Ordinário, inclusive com base:
I – em número populacional;
II – em critérios de inversão de renda;
III – em demanda de serviços;
IV – em indicadores regionais;
V – em fórmula híbrida definida por regulamento.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

§12. A Assembleia Geral definirá a metodologia de cálculo do Rateio Específico, suficiente para o custeio do Programa Específico ou Setorial entre os entes consorciados aderentes.

§13. Caso algum Município não possua previsão orçamentária ou precise ajustar sua LOA ou LDO para cumprimento do Rateio Ordinário ou Específico, deverá fazê-lo no prazo e forma da lei, sob pena de:
I – perda temporária do direito de voto em matérias financeiras;
II – impossibilidade de celebrar novos contratos com o Consórcio;
III – comunicação ao Tribunal de Contas competente;
IV – instauração de processo de regularização ou adoção de outras medidas definidas pela Assembleia Geral;
V – responsabilização do gestor por força da legislação específica.

Art. 128. Para execução de obras, programas, políticas públicas, ações setoriais, unidades de serviço público ou sistemas operacionais específicos, o Consórcio instituirá Rateios Específicos, vinculados diretamente aos programas a que se referem.

§1º. Cada Rateio Específico dependerá de:
I – aprovação da Assembleia Geral;
II – assinatura de Contrato de Programa correspondente;
III – assinatura do Contrato de Rateio Específico;
IV – previsão orçamentária municipal;
V – possibilidade de exercício de adesão voluntária, prevista em lei ratificadora (observado o limite aprovado) ou de aprovação legislativa correspondente.

§2º O Município poderá aderir ao Programa a qualquer tempo, mediante formalização contratual e ajuste financeiro proporcional.

§3º A saída de um Programa Setorial não extinguirá:
I – obrigações financeiras já constituídas;
II – responsabilidades por contratos assinados;
III – cotas-partes relativas ao período de vigência da adesão.

§4º. O Rateio Específico preverá desconto automático nas contas FPM e ICMS/IBS, salvo se houver disposição em contrário por parte da Assembleia Geral; ficando expressamente autorizado pela lei de ratificação municipal, que o Município, por meio de Decreto Regulamentar, faça adesão à programa específico ou setorial, conceda garantia e/ou realize transferência voluntária ao Consórcio, desde que a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias ou programas a serem ou já contratadas pelo Ente Consorciado não exceda, no ano anterior, a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

§5º. Em casos de concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado tenha que ser rateada e paga pelos Entes Consorciados, dependerão de autorização legislativa específica.

Art. 129. O Consórcio poderá instituir Rateios Eventuais, destinados a despesas urgentes, extraordinárias, excepcionais ou decorrentes de:
I – emergências administrativas ou operacionais;
II – eventos climáticos extremos;
III – decisões judiciais;
IV – necessidades temporárias de reforço financeiro;
V – reequilíbrio econômico-financeiro de contratos;
VI – infortúnios estruturais ou falhas operacionais não previstas;
VII – outros definidos ela Assembleia Geral.

§1º. Os Rateios Eventuais exigirão deliberação específica da Assembleia e poderão adotar metodologia proporcional à capacidade financeira do Município, à demanda do serviço ou ao benefício direto, na forma do regulamento específico e deliberação da Assembleia.

§2º. Os Rateios Eventuais não se confundem com o Rateio Ordinário nem com os Rateios Específicos ou Setoriais.

Art. 130. Os recursos financeiros do Consórcio serão administrados em conformidade com as normas do Direito Financeiro, devendo:
I – observar os princípios orçamentários da anualidade, unidade, universalidade, especificação, legalidade e transparência;
II – obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal;
III – ser depositados exclusivamente em contas bancárias específicas;
IV – ser movimentados apenas por agentes formalmente designados;
V – possuir Plano de Contas próprio, compatível com os padrões do SIAFIC;
VI – observar os regulamentos financeiros aprovados pela Assembleia.

Art. 131. As contas do Consórcio serão submetidas:
I – a controle interno do próprio Consórcio;
II – a Comissão de Fiscalização e Controle;
III – ao Conselho Fiscal;
IV – à Assembleia Geral;
V – ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
VI – aos órgãos federais e estaduais concedentes de recursos;
VII – à fiscalização social, mediante divulgação em Portal da Transparência.

Art. 132. A responsabilidade financeira dos Municípios consorciados observará:
I – a proporcionalidade de suas cotas-partes;
II – a natureza do serviço, obra ou programa;
III – a solidariedade subsidiária prevista no art. 10, §3º, da Lei nº 11.107/2005;
IV – a responsabilização regressiva do Município que der causa ao débito ou ao passivo;
V – a proteção patrimonial do Consórcio e dos demais Municípios.

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.
GABINETE DO PREFEITO

Art. 133. São vedadas:
I – a utilização de recursos de um serviço para pagamento de outro;
II – a transferência de recursos vinculados sem autorização da Assembleia;
III – a execução de despesas sem lastro financeiro ou orçamentário;
IV – a assunção de obrigações incompatíveis com o Plano de Trabalho;
V – a realização de operações de crédito sem autorização legal.

§1º. O CONSCENSUL poderá constituir Fundo de Reserva e Garantia Consorcial (FRGC), de natureza financeira, destinado a assegurar a continuidade dos serviços consorciados em caso de inadimplência temporária de Entes Consorciados, a cobrir despesas emergenciais não previstas no orçamento anual e a garantir obrigações financeiras assumidas pelo Consórcio perante terceiros contratados.

§2º. O FRGC será constituído, gerido e utilizado nos seguintes termos:
I – a deliberação de constituição, o valor-alvo, as fontes de aporte e o regulamento de utilização serão aprovados pela Assembleia Geral por maioria absoluta;
II – os recursos serão mantidos em conta específica, separada das demais contas do Consórcio, com rendimentos revertidos ao próprio Fundo;
III – a utilização depende de deliberação da Assembleia Geral ou, em casos urgentes, de autorização conjunta do Presidente e do Conselho Fiscal, com ratificação na reunião ordinária subsequente;
IV – o FRGC não poderá ser utilizado para cobrir despesas de pessoal de caráter continuado;
V – o Conselho Fiscal fiscalizará semestralmente a adequação do Fundo e reportará à Assembleia Geral.

§3º. A constituição do FRGC é facultativa. Enquanto não constituído, o Consórcio adotará mecanismos alternativos de proteção financeira, como o débito automático, a execução extrajudicial do Contrato de Rateio e as garantias previstas nos Contratos de Programa.

Art. 134. A execução financeira do CONSCENSUL observará plano de contas, manual financeiro, regulamento geral e matriz de responsabilidades aprovados pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO II - DO DÉBITO AUTOMÁTICO, DAS GARANTIAS FINANCEIRAS E DO REGIME DE ADIMPLEMENTO

Seção I – Da forma de pagamento

Art. 135. Em estrito cumprimento ao disposto no art. 8º, §2º. , do Decreto nº 6.017/2007 e no art. 10 da Lei nº 11.107/2005, todos os Contratos de Rateio celebrados entre o CONSCENSUL e os Entes Consorciados, ao entrarem em vigor, terão autorização de Débito Automático em contas específicas vinculadas às transferências constitucionais ou legais, notadamente o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, a cota-parte do ICMS/IBS, ou outras receitas próprias, conforme autorizado na lei de ratificação municipal, independente de previsão expressa no instrumento específico.

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

§1º. A autorização do débito automático constitui condição de eficácia contratual, com natureza obrigatória, incondicional e permanente enquanto durar o vínculo consorcial, não podendo ser modificada, condicionada, limitada ou suspensa unilateralmente pelo Município.

§2º. O débito automático será operacionalizado por meio de:
I – convênio específico entre o Consórcio Público e a instituição financeira responsável pelas contas de repasse;
II – ato administrativo interno detalhando os procedimentos de execução financeira;
III – identificação do Município, do Fundo ou da rubrica a ser debitada;
IV – cronograma mensal de pagamentos aprovado pela Assembleia Geral.

§3º. A autorização do débito automático não elimina a obrigação do Município de incluir anualmente, em sua LOA, LDO e PPA, dotações suficientes para cumprir integralmente os Contratos de Rateio e de Programa.

Seção II – Da inadimplência

Art. 136. O inadimplemento do Município Consorciado será considerado:
I – Financeiro, quando houver insuficiência de saldo, falta de previsão orçamentária, atraso, suspensão, interrupção ou recusa de débito automático;
II – Contratual, quando o ente descumprir obrigações assumidas em Contrato de Programa, Rateio Ordinário, Rateio Específico ou Rateios Eventuais;
III – Regulatório, quando houver descumprimento reiterado de normas, indicadores, metas, cronogramas ou parâmetros estabelecidos pela Assembleia Geral;
IV – Estrutural, quando o Município causar, por conduta ativa ou omissiva, dano ao patrimônio, ao sistema financeiro, às unidades operacionais ou aos fundos vinculados do CONSCENSUL.

§1º. Considera-se configurado o inadimplemento financeiro quando:
I – o débito automático for rejeitado, devolvido ou insuficiente por três vezes consecutivas ou cinco alternadas no período de um exercício;
II – não houver comprovação de empenho e liquidação dentro do prazo fixado no Contrato de Rateio;
III – o Município deixar de incluir a dotação correspondente em sua legislação orçamentária anual.

§2º. O inadimplemento será automaticamente comunicado:
I – ao Município inadimplente;
II – à Assembleia Geral na reunião subsequente;
III – ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
IV – aos órgãos concedentes de recursos vinculados, quando houver.

Art. 137. O Município inadimplente, tão logo verificado o fato gerador, será submetido automaticamente às seguintes consequências administrativas, financeiras e institucionais:

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

I – suspensão imediata do direito de votar em matérias financeiras, orçamentárias, tarifárias, contratuais e todas aquelas relacionadas ao programa inadimplido;
II – impossibilidade de celebrar novos Contratos de Programa ou aderir a novos Programas Setoriais enquanto perdurar a inadimplência;
III – suspensão automática da prestação dos serviços de natureza não essencial, conforme classificação aprovada pela Assembleia Geral;
IV – exigência de regularização obrigatória em até 30 (trinta) dias;
V – aplicação de multa moratória prevista no Contrato de Rateio (percentual definido anualmente pela Assembleia Geral);
VI – inclusão automática em cobrança administrativa e posterior execução judicial;
VII – inclusão do Município no CAUC ou órgãos de restrição de crédito que couberem;
VIII – responsabilidade regressiva integral pelos danos financeiros causados aos demais Municípios consorciados.

§1º. Em serviços públicos considerados essenciais, a suspensão não afetará a continuidade operacional, mas o Município permanecerá obrigado a pagar integralmente sua cota-parte e os eventuais custos adicionais causados ao Consórcio.

§2º. A suspensão das prerrogativas políticas não impede a participação do Município nas discussões, mas impede seu voto final.

Art. 138. Na hipótese de inadimplência financeira, o CONSCENSUL adotará, sucessivamente, as seguintes medidas graduais:
I – tentativa de novo débito automático após 72 (setenta e duas) horas;
II – notificação administrativa com prazo de 5 (cinco) dias;
III – inclusão automática do débito em Regime de Execução Prioritária, para cobrança administrativa e tentativa de mediação;
IV – abertura de Processo Administrativo de Inadimplemento, com direito de defesa;
V – inscrição do valor em Dívida Ativa do Consórcio;
VI – Execução Judicial, preferencialmente por meio de cumprimento de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.107/2005.

§1º. Todos os encargos legais, custas, despesas financeiras, honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais serão de responsabilidade exclusiva do Município inadimplente.

§2º. A regularização do débito não elidirá eventuais penalidades regulatórias já aplicadas.

Seção III – Das responsabilidades

Art. 139. Em observância ao art. 10, §3º, da Lei nº 11.107/2005, os Entes Consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pelo CONSCENSUL, exclusivamente:
I – quando o Município inadimplente não possuir patrimônio, fundos ou receitas disponíveis;
II – para garantir a continuidade de serviços essenciais;

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

III – em caso de dissolução do consórcio;
IV – para cumprir decisões judiciais irrecorríveis.

§1º. A responsabilidade subsidiária:
I – respeitará a proporção de participação de cada Município no Rateio Ordinário;
II – não poderá ser acionada antes de esgotados todos os meios de cobrança contra o inadimplente;
III – não exonera o Município inadimplente de responsabilidade regressiva total.

§2º. Todos os Municípios que contribuírem subsidiariamente terão direito de regresso integral, proporcional e imediato contra o Município causador do prejuízo.

Art. 140. O Consórcio poderá instituir Fundos de Reserva Financeira, destinados a garantir a execução contínua dos serviços consorciados, especialmente:
I – saneamento básico e resíduos sólidos;
II – saúde consorciada;
III – transporte escolar e logística regional;
IV – licenciamento ambiental e fiscalização integrada;
V – serviços submetidos a risco regulatório;
VI – créditos de carbono;
VII – outros alusivos às suas finalidades.

§1º. Os Fundos de Reserva poderão ser alimentados por:
I – sobras financeiras de exercícios anteriores;
II – aplicações financeiras;
III – Percentual definido do Rateio Ordinário;
IV – contribuições eventuais dos Municípios;
V – receitas extraordinárias.

§2º. Os Fundos possuirão regulamento próprio aprovado pela Assembleia Geral.

Art. 141. Fica vedado ao Município Consorciado:
I – impedir, restringir, condicionar ou atrasar o débito automático;
II – alterar unilateralmente a conta destinatária sem prévia autorização;
III – revogar a lei municipal de rateio antes da deliberação da Assembleia Geral sobre sua regular retirada;
IV – revogar a lei municipal de que autorizou o débito automático sem prévia retirada formal do Consórcio;
V – se apropriar de receitas vinculadas;
VI – influenciar politicamente a execução operacional dos serviços em razão de eventual inadimplência.

Art. 142. A Assembleia Geral aprovará, mediante Resolução:
I – o Regulamento Geral de Execução Financeira;
II – o Manual de Procedimentos Orçamentários e Financeiros;
III – o Modelo Padrão de Contrato de Rateio;

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

IV – a Matriz de Responsabilidades, com níveis de ação para cada cenário de inadimplência;
V – a metodologia de cálculo de custos, tarifas e preços públicos;
VI – outras, definidas neste Contrato, no Estatuto Social, Regimento Interno ou regulamento específico.

Seção IV – Da Transparência

Art. 143. O Consórcio manterá Portal da Transparência próprio para publicação e divulgação de documentos na forma da lei; devendo ser publicados no Diário Oficial Eletrônico do Consórcio àqueles documentos que a lei ou regulamento específico exijam e condicionem sua validade jurídica e eficácia formal à publicação.

CAPÍTULO III - DA CONTABILIDADE, PRESTAÇÃO DE CONTAS, AUDITORIA, CONTROLE INTERNO E RESPONSABILIZAÇÃO

Seção I – Da contabilidade

Art. 144. A contabilidade do CONSCENSUL será executada em estrita observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, às resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e às determinações específicas dos Tribunais de Contas competentes, devendo assegurar:
I – a fidedignidade dos registros;
II – o registro tempestivo de atos e fatos;
III – a evidenciação completa da execução orçamentária, financeira e patrimonial;
IV – a clareza das demonstrações contábeis;
V – a rastreabilidade e controle integral dos recursos vinculados, carimbados e fundos por Câmara Técnica.

§1º. A contabilidade será centralizada na sede do Consórcio, sob supervisão direta do Assessor Contábil e Financeiro, do Superintendente e do Presidente.

§2º. Todos os lançamentos deverão ser acompanhados de documentação comprobatória idônea, física ou eletrônica, devidamente indexada.

Art. 145. As demonstrações contábeis mínimas obrigatórias, a serem elaboradas ao final de cada exercício financeiro, são:
I – Balanço Orçamentário;
II – Balanço Financeiro;
III – Balanço Patrimonial;
IV – Demonstração das Variações Patrimoniais;
V – Demonstrativo de Fluxo de Caixa;
VI – Demonstrativo do Resultado Econômico;
VII – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
VIII – Notas Explicativas detalhadas;
IX – Relatório de Gestão Fiscal, quando exigido pela LRF;

LEI

X – Relatório de Execução dos Fundos de Reserva, quando houver.

Parágrafo único. Todas as demonstrações contábeis deverão ser disponibilizadas em plataforma eletrônica própria, com certificação digital e histórico de versões.

Seção II – Da prestação de contas

Art. 146. A prestação de contas anual será composta obrigatoriamente pelos seguintes documentos:
I – Relatório Anual de Gestão elaborado pela Presidência;
II – Relatório Gerencial, Financeiro e Operacional da Superintendência;
III – Relatório do Controlador Interno;
IV – Parecer Conclusivo e Prévio do Conselho Fiscal;
V – Parecer Técnico do Assessor Contábil e Financeiro;
VI – Encaminhamento formal ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
VII – disponibilização pública em site oficial do Consórcio.

Seção III – Da auditoria

Art. 147. A auditoria interna será exercida de forma contínua e sistemática pela Controladoria Interna do Consórcio, dotada de autonomia funcional, e terá como atribuições fundamentais:
I – avaliar a legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência dos atos administrativos;
II – aferir a execução dos Contratos de Rateio, Contratos de Programa e programas setoriais;
III – acompanhar licitações, contratos, convênios e ajustes;
IV – emitir relatórios trimestrais e anuais;
V – comunicar impropriedades relevantes à Presidência, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Tribunal de Contas;
VI – recomendar providências administrativas, financeiras e gerenciais.

Parágrafo único. O Controlador-Geral terá acesso ilimitado a todos os bancos de dados, documentos, sistemas e registros do Consórcio.

Art. 148. A auditoria externa poderá ser realizada:
I – pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, de forma ordinária ou extraordinária;
II – por instituição ou empresa especializada, contratada por licitação, quando aprovado em Assembleia Geral.

§1º. As auditorias externas abrangerão:
I – avaliação das demonstrações financeiras;
II – análise dos regimes de débito automático, rateios e fundos de reserva;
III – conformidade legal dos contratos administrativos;
IV – aferição de resultados de programas setoriais.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

§2º. Os relatórios finais serão públicos e obrigatoriamente disponibilizados na plataforma eletrônica do Consórcio.

Art. 149. O Sistema de Controle Interno do CONSCENSUL será estruturado com base nos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, e compreenderá:
I – a Controladoria Interna (auditoria interna);
II – o Conselho Fiscal;
III – os controles contábeis e financeiros;
IV – o Comitê de Riscos e Integridade, quando instituído;
V – os mecanismos de prevenção, detecção e correção de irregularidades.

Art. 150. A Presidência, o Superintendente, os Diretores, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, o Controlador Interno e todos os agentes públicos do Consórcio responderão pelos seus atos, na forma da Lei.

Seção IV – Das regras de transparência

Art. 151. A transparência ativa será obrigatória e compreenderá:
I – publicação dos atos, demonstrações e documentos, na forma da lei e das normas dos órgãos de controle;
II – disponibilização de contratos, licitações, atas, extratos e editais no sítio eletrônico;
III – apresentação de relatórios de execução orçamentária e financeira;
IV – apresentação de relatório da situação de adimplência de cada Município;
V – painel de indicadores de desempenho;
VI – outros, exigidos por lei.

Art. 152. Caberá ao CONSCENSUL manter sistema eletrônico próprio de:
I – gestão orçamentária e financeira;
II – gestão de contratos;
III – acompanhamento dos Contratos de Programa;
IV – gestão documental com certificação digital;
V – integração com o PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas;
VI – integração com sistemas dos Entes Consorciados;
VII – outros, definidos em regulamento.

Art. 153. O encerramento do exercício financeiro seguirá estritamente:
I – as normas fiscais, tributárias e financeiras;
II – as determinações do Tribunal de Contas;
III – o cronograma anual aprovado pela Assembleia Geral;
IV – os prazos máximos definidos na legislação nacional;
V – outras.

Art. 154. Todos os atos, relatórios, demonstrações, prestações de contas e pareceres deverão ser armazenados:
I – em arquivo digital;
II – em meio físico, quando necessário;
III – com backup integral em nuvem e cópias redundantes;

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

IV – em observância às regras de temporalidade baseadas na legislação de arquivos públicos e normas fiscais, geralmente variando entre 5 e 10 anos para a maioria dos documentos operacionais; salvo documentos com valor histórico cujo armazenamento deverá ser permanente.

Art. 155. A Assembleia Geral aprovará Resolução específica instituindo:
I – o Manual de Prestação de Contas do CONSCENSUL;
II – o Plano Anual de Auditoria;
III – o Regimento da Controladoria Interna;
IV – o Regulamento das Demonstrações Contábeis e Financeiras;
V – a Política de Integridade, Compliance e Gestão de Riscos.

Art. 156. O CONSCENSUL observará, em suas atividades administrativas, operacionais, técnicas e institucionais, o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), assegurando o tratamento lícito, transparente, seguro e adequado dos dados pessoais a que tiver acesso ou que venha a tratar no exercício de suas competências legais e contratuais.

§ 1º O tratamento de dados pessoais pelo CONSCENSUL limitar-se-á às finalidades públicas legítimas, necessárias à execução de políticas públicas, à gestão associada de serviços, ao cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, e ao exercício regular de suas competências institucionais, observadas as bases legais previstas na LGPD.

§ 2º O compartilhamento de dados pessoais entre o CONSCENSUL e os Entes Consorciados, bem como com terceiros, observará os princípios da finalidade, necessidade, adequação, segurança e responsabilização, sendo realizado exclusivamente quando indispensável à execução das finalidades consorciadas ou ao atendimento de exigências legais.

§ 3º O CONSCENSUL adotará medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, compatíveis com o porte da instituição, a natureza das operações e os riscos envolvidos.

§ 4º As disposições específicas sobre governança de dados, segurança da informação, classificação da informação, gestão de incidentes, exercício de direitos dos titulares, bem como a definição de responsabilidades institucionais, inclusive quanto ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, serão disciplinadas em regulamento próprio, aprovado na forma deste Contrato.

§ 5º A aplicação da LGPD no âmbito do CONSCENSUL será compatibilizada com os princípios da Administração Pública, com a Lei de Acesso à Informação e com as normas de controle e fiscalização, observado regulamento específico, sem prejuízo da transparência ativa e do interesse público.

Art. 157. Todos os Municípios poderão ter acesso, por senha individual e intransferível, ao módulo eletrônico de acompanhamento contábil-financeiro, com:

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

I – relatórios específicos;
II – dashboards de indicadores;
III – posição diária do débito automático;
IV – posição mensal dos rateios;
V – extratos conciliados;
VI – documentos digitalizados.

Art. 158. Caberá ainda ao Consórcio instituir política formal de:
I – integridade;
II – governança;
III – prevenção à corrupção;
IV – conflito de interesses;
V – gestão documental;
VI – sigilo, proteção e privacidade de dados (conforme LGPD);
VII – outras, a serem definidas ou regulamentadas por instrumento específico.

Art. 159. Toda e qualquer omissão ou lacuna referente a procedimentos contábeis, financeiros ou de auditoria será suprida pela:
I – legislação federal aplicável;
II – normas dos Tribunais de Contas;
III – resoluções da Assembleia Geral;
IV – princípios do direito público;
V – outras, definidas em regulamento específico.

CAPÍTULO IV - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DO FLUXO FINANCEIRO E DO REGIME DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Art. 160. A execução orçamentária do CONSCENSUL observará integralmente as normas da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, das instruções dos Tribunais de Contas e das Resoluções da Assembleia Geral, sendo estruturada em:
I – receitas próprias;
II – receitas vinculadas a Contratos de Rateio;
III – receitas provenientes de convênios e transferências voluntárias;
IV – receitas de delegação de serviços ou tarifas vinculadas;
V – fundos específicos por área setorial (quando instituídos).

Art. 161. O orçamento anual será elaborado pela Superintendência, em conjunto com a Assessoria Contábil e Financeira, e submetido à Presidência para envio à Assembleia Geral, devendo:
I – ser compatível com o Plano Plurianual do CONSCENSUL;
II – discriminar receitas e despesas por fonte de recurso, por Câmara Técnica e por programa;
III – conter reservas para manutenção administrativa mínima;
IV – prever dotações específicas para auditoria, controle interno e transparência ativa;
V – apresentar demonstrativo do impacto das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

Art. 162. A execução da despesa ficará condicionada:
I – à existência de Contrato de Rateio válido;
II – ao efetivo ingresso financeiro das cotas de participação;
III – ao regime de débito automático implementado pelo Município consorciado;
IV – ao registro prévio da dotação orçamentária correspondente;
V – ao cumprimento das exigências da Lei nº 14.133/2021, quando aplicável.

Art. 163. Para efeitos deste Contrato, considera-se:
I – Despesa Ordinária Consorcial: aquela destinada à manutenção administrativa, técnica e institucional do Consórcio, contínua e permanente, custeada pelo Contrato de Rateio Ordinário.
II – Despesa Específica Consorcial: aquela destinada a programas, projetos ou serviços setoriais adotados voluntariamente pelos Municípios, custeada por Contrato de Rateio Específico.
III – Despesa Eventual Consorcial: aquela necessária à execução de ações pontuais, emergenciais ou extraordinárias, que não possuam caráter continuado, custeada por Contrato de Rateio Eventual ou instrumento congênere.

Art. 164. A ordem cronológica de pagamento observará:
I – o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
II – regras específicas deliberadas pela Assembleia Geral;
III – prioridade de pagamentos vinculados a Convênios e Termos de Execução Descentralizada;
IV – prioridade absoluta para despesas essenciais ao funcionamento institucional mínimo do Consórcio.

Parágrafo único. O Presidente poderá, mediante justificativa formal e parecer da Superintendência, alterar a ordem cronológica em hipóteses excepcionais previstas na legislação.

Art. 165. O CONSCENSUL poderá instituir Fundos de Natureza Específica, individual ou conjuntamente por grupo, dentre outros para:
I – Saneamento Básico, Limpeza Urbana e Manejo Regional de Resíduos Sólidos;
II – Infraestrutura, Mobilidade Urbana, Obras Públicas e Desenvolvimento Urbano;
III – Iluminação Pública e Eficiência Energética;
IV – Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Fiscalização Integrada;
V – Licenciamento Ambiental;
VI – Desenvolvimento Rural, Agropecuário e Abastecimento;
VII – Serviço de Inspeção Intermunicipal;
VIII –Tecnologia da Informação, Governança e Inovação Administrativa;
IX – Iluminação Pública;
X – Saúde Pública Regional e Vigilância em Saúde;
XI – Educação Pública Regional e Formação Continuada;
XII – Segurança Pública, Guarda Municipal e Defesa Social;
XIII – Ação Social, Desenvolvimento Humano e Políticas Públicas de Proteção Social;

LEI

XIV – Gestão de Pessoas, Capacitação, Governança Institucional e Qualificação dos Serviços Públicos;
XV – Mudança Climática, Governança Climática e Resiliência Territorial;
XVI – Crédito de Carbono e Ativos Ambientais;
XVII – outros que venham a ser criadas por regulamento específico, conforme as finalidades do Consórcio.

§1º. Os fundos terão contabilidade própria, separação por fonte e destinação vinculada.

§2º. A criação ou extinção de fundo depende de aprovação expressa da Assembleia Geral.

§3º. Nenhum fundo poderá ser utilizado para cobrir despesas gerais do Consórcio, salvo autorização formal da Assembleia.

Art. 166. O Superintendente será o gestor da execução orçamentária, cabendo-lhe:
I – empenhar despesas;
II – liquidar despesas;
III – propor suplementações, remanejamentos e anulações;
IV – controlar restos a pagar;
V – emitir relatórios mensais de execução.

Parágrafo único. A movimentação financeira somente ocorrerá com assinatura conjunta do Presidente e do Superintendente, ou na forma definida em regulamento.

Art. 167. A abertura de créditos adicionais obedecerá ao seguinte regime:
I – créditos suplementares dependem de autorização da Assembleia Geral;
II – créditos especiais dependem de aprovação pela Assembleia e compatibilidade com o PPA;
III – créditos extraordinários poderão ser abertos pela Presidência *ad referendum* da Assembleia, quando presente situação definida no art. 167, §3º, da Constituição Federal.

Art. 168. A renúncia de receitas pelo Consórcio é vedada, exceto quando:
I – prevista em lei federal específica;
II – autorizada pela Assembleia mediante análise do impacto compensatório, nos termos da LRF.

Art. 169. Os Municípios permanecerão responsáveis pela inclusão regular e tempestiva das dotações próprias em seus respectivos orçamentos, nos seguintes termos:
I – o rateio ordinário deverá constar como despesa obrigatória de caráter continuado;
II – o rateio específico deverá constar conforme adesão a programas setoriais;
III – nenhum Município poderá excluir dotações consorciadas sem prévia deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo único. O descumprimento do caput caracteriza inadimplência grave, nos termos deste contrato.

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

Art. 170. A execução de programas, contratos, convênios e parcerias observará rigorosamente:
I – o plano de trabalho aprovado;
II – o cronograma físico-financeiro;
III – a segregação de recursos por fonte;
IV – o registro documental completo de cada fase;
V – o acompanhamento técnico pela Câmara setorial correspondente;
VI – o controle interno e externo.

Art. 171. A criação de despesa obrigatória de caráter continuado, no âmbito do Consórcio, dependerá:
I – de resolução da Assembleia Geral;
II – de estudo de impacto econômico-financeiro;
III – de manifestação prévia da Superintendência;
IV – de comprovação de sustentabilidade fiscal por, no mínimo, cinco exercícios.

Art. 172. As despesas consignadas em contratos de PPP, concessões, terceirizações ou delegações consorciadas deverão:
I – obedecer ao princípio da modicidade tarifária;
II – prever matriz de alocação de riscos;
III – conter estudos de viabilidade econômico-financeira;
IV – ser aprovadas pela Assembleia Geral antes do lançamento do edital.

Art. 173. É vedado ao CONSCENSUL:
I – contrair obrigações superiores à capacidade de pagamento prevista no orçamento;
II – empenhar despesas sem prévio lastro financeiro;
III – comprometer receitas do exercício seguinte sem previsão no Plano Plurianual;
IV – descumprir o limite prudencial de despesa com pessoal, quando existente.

Art. 174. Os relatórios de execução orçamentária serão:
I – mensais (relatório simplificado);
II – trimestrais (gestão fiscal, quando aplicável);
III – anuais (prestação de contas);
IV – disponibilizados simultaneamente aos Municípios e ao público em geral na forma da lei.

Art. 175. Os Municípios consorciados poderão ter acesso, por meio de perfil eletrônico, aos seguintes documentos:
I – posição diária da execução orçamentária;
II – extratos bancários conciliados;
III – relatórios de empenhos, liquidações e pagamentos;
IV – situação de adimplência;
V – execução de contratos e convênios;
VI – painéis de acompanhamento por Câmara Técnica.

Art. 176. Nenhuma despesa poderá ser executada sem:
I – prévia dotação orçamentária;

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

II – contrato administrativo ou instrumento congênere;
III – certificação de regularidade fiscal do Município consorciado, quando aplicável.

Art. 177. Os restos a pagar serão classificados, processados e pagos conforme:
I – disponibilidade financeira;
II – priorização aprovada pela Assembleia;
III – natureza continuada da despesa;
IV – obrigações de convênios e contratos vinculados.

Art. 178. É obrigatória a conciliação bancária mensal, assinada pelo:
I – Presidente;
II – Superintendente;
III – Assessor Contábil e Financeiro;
IV – Controlador Interno.

Art. 179. Toda execução orçamentária irregular, lesiva ou incompatível com os objetivos do Consórcio poderá ensejar:
I – responsabilização pessoal do agente;
II – recomendação de ajuste pelo Conselho Fiscal;
III – instauração de tomada de contas especial;
IV – bloqueio cautelar de despesas;
V – exclusão do Município consorciado;
VI – outras.

Art. 180. Os casos omissos neste Capítulo serão supridos pela legislação federal, pelas resoluções da Assembleia Geral e pelos princípios da gestão fiscal responsável.

CAPÍTULO V - DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONSCENSUL (PPA-C, LDO-C, LOA-C e PAT)

Art. 181. A gestão administrativa, financeira e estratégica do CONSCENSUL será orientada pelos instrumentos de planejamento próprios da entidade consorciada, denominados formalmente como Plano Plurianual Consorcial – PPA-C, Lei de Diretrizes Orçamentárias Consorcial – LDO-C, Lei Orçamentária Anual Consorcial – LOA-C, e Programa Anual de Trabalho – PAT, os quais constituirão o arcabouço jurídico de planejamento de médio e curto prazo para a organização, execução e monitoramento dos serviços públicos regionais consorciados.

Parágrafo único. Os Entes Consorciados deverão encaminhar ao Consórcio as minutas da LDO, do PPA e da LOA, assim como as legislações respectivas tão logo sejam promulgadas.

Art. 182. O PPA-C será o instrumento estruturante de planejamento regional do Consórcio Público, com vigência quadrienal e elaboração sempre no primeiro ano de mandato dos Chefes do Poder Executivo dos Entes Consorciados, devendo:
I – definir metas estruturantes, indicadores regionais de desempenho e objetivos estratégicos para cada uma das Câmaras Técnicas e Coordenadorias de Serviços;

LEI

II – estabelecer diretrizes de médio e longo prazo para a expansão da atuação multifinalitária, considerando sustentabilidade financeira, capacidade operacional e prioridades regionais;
III – apresentar avaliação técnico-econômica preliminar dos programas setoriais, estimativa de custos e impacto fiscal para os exercícios subsequentes;
IV – dispor sobre parâmetros mínimos de gestão, eficiência, integridade e governança consorcial;
V – integrar-se aos PPAs municipais, permitindo alinhamento interfederativo, sem que haja subordinação entre instrumentos;
VI – ser elaborado pela Superintendência, validado pelo Conselho de Administração e submetido à aprovação final da Assembleia Geral.

Art. 183. A LDO-C será o instrumento de articulação anual entre o PPA-C e a LOA-C, devendo:
I – estabelecer prioridades e metas operacionais para o exercício subsequente;
II – definir parâmetros para limitação de empenho, contingenciamento e gestão de riscos fiscais;
III – fixar regras específicas de criação, expansão e aperfeiçoamento de programas consorciados;
IV – orientar a distribuição das cotas de rateio entre Municípios participantes de programas específicos ou setoriais;
V – conter regras de transparência ativa, integridade, governança e controle interno aplicáveis ao exercício;
VI – ser aprovada pela Assembleia Geral no prazo e forma da legislação específica ou regulamento do Consórcio.

Art. 184. A LOA-C compreenderá o orçamento anual do Consórcio Público e deverá:
I – compatibilizar-se integralmente com o PPA-C e com a LDO-C;
II – discriminar receitas e despesas por fonte, programa, Câmara Técnica e Coordenadoria de Serviço;
III – prever dotações específicas para cada Contrato de Rateio Ordinário e Específico;
IV – destacar dotações mínimas para o funcionamento administrativo essencial, integridade e controle interno;
V – incluir reservas de contingência e margem técnica para execução de convênios e termos de execução descentralizada;
VI – apresentar quadros detalhados de execução físico-financeira vinculados a programas, quando aplicável.

§1º. Nenhuma despesa poderá ser realizada, em qualquer hipótese, à margem da LOA-C.

§2º. Alterações da LOA-C, por crédito adicional, obedecerão ao regime disposto neste contrato de consórcio.

§3º. A LOA-C será enviada pela Superintendência ao Presidente no prazo e forma da legislação específica ou regulamento do Consórcio para submissão à Assembleia Geral.

LEI

Art. 185. O Programa Anual de Trabalho – PAT constitui o instrumento operacional e detalhado de implementação das metas previstas no PPA-C, na LDO-C e na LOA-C, devendo conter:
I – plano físico detalhado de ações, cronogramas, produtos, metas e responsáveis;
II – cronograma financeiro por fonte de recurso, programa e contrato de rateio;
III – metas individualizadas por Câmara Técnica e Coordenadoria;
IV – detalhamento dos indicadores de desempenho e metas de eficiência;
V – plano de aplicação de fundos específicos instituídos pela Assembleia Geral;
VI – avaliação anual de resultados, riscos e pendências do exercício anterior.

Art. 186. O PAT deverá ser elaborado anualmente pela Superintendência, ouvido o Conselho de Administração e todas as Câmaras Técnicas Permanentes, devendo ser:
I – submetido ao Conselho Fiscal para análise prévia;
II – votado pela Assembleia Geral anualmente, no prazo e forma da lei específica ou regulamento do Consórcio;
III – executado obrigatoriamente a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente, salvo se houver atraso justificável e aprovado formalmente pela Assembleia.

Art. 187. A execução do PAT observará:
I – compatibilidade estrita com a LOA-C;
II – disponibilidade financeira dos Contratos de Rateio;
III – acompanhamento mensal pela Superintendência;
IV – apresentação de relatórios trimestrais à Assembleia Geral;
V – parecer semestral do Conselho Fiscal;
VI – auditorias internas e externas quando deliberadas pela Assembleia.

Art. 188. Para fins de monitoramento e avaliação contínua dos instrumentos de planejamento consorcial, serão adotados:
I – indicadores de desempenho anuais e quadrienais, alinhados às metas setoriais;
II – sistema eletrônico de acompanhamento físico-financeiro de obras, serviços e programas;
III – relatórios de conformidade de metas (RCO), encaminhados trimestralmente ao Presidente e ao Conselho de Administração;
IV – matriz de riscos anual do Consórcio, com plano de mitigação e contingência;
V – avaliação de sustentabilidade fiscal dos programas de longo prazo.

Art. 189. A revisão do PPA-C poderá ocorrer:
I – anualmente, quando necessária atualização das metas regionais;
II – extraordinariamente, quando houver mudança legislativa relevante, calamidade pública, alteração estrutural do Consórcio ou criação de novo programa de grande impacto;
III – mediante iniciativa da Superintendência, parecer do Conselho de Administração e aprovação qualificada pela Assembleia Geral.

Art. 190. A revisão da LDO-C será admitida apenas quando:
I – houver necessidade de ajuste das metas fiscais em decorrência do comportamento real das receitas;

LEI

II – forem criados programas específicos que modifiquem as prioridades estabelecidas;
III – houver alteração significativa no cenário econômico, validada por parecer técnico da Superintendência.

Art. 191. O acompanhamento dos instrumentos de planejamento será integrado ao sistema de controle interno, e caberá ao Controlador Interno:
I – monitorar, de modo contínuo, o cumprimento das metas do PAT;
II – avaliar a legalidade, legitimidade e economicidade da execução orçamentária;
III – emitir recomendações preventivas à Superintendência e ao Presidente;
IV – instaurar auditorias internas sempre que houver indício de risco ou desvio;
V – encaminhar relatórios circunstanciados ao Conselho Fiscal e à Assembleia.

Art. 192. A Assembleia Geral poderá, por Resolução, determinar:
I – suspensão cautelar de programas ou ações que estejam em desconformidade com o PPA-C, a LDO-C ou a LOA-C;
II – ajustes obrigatórios de execução para retorno ao equilíbrio fiscal;
III – reorganização de metas e fluxos financeiros;
IV – responsabilização dos gestores quando constatada execução irregular ou temerária.

Art. 193. Os Municípios consorciados terão acesso irrestrito, por meio de portal eletrônico autenticado, a:
I – versões consolidadas do PPA-C, LDO-C, LOA-C e PAT;
II – painéis de desempenho por programa;
III – relatórios trimestrais de execução;
IV – relatórios de riscos e auditorias;
V – dados consolidados de receitas, despesas, rateios e fundos setoriais.

Art. 194. Todos os instrumentos de planejamento – PPA-C, LDO-C, LOA-C e PAT – deverão ser publicados integralmente:
I – no portal de transparência do CONSCENSUL;
II – no Diário Oficial eletrônico adotado pelo Consórcio;
III – comunicados formalmente a cada Município consorciado;
IV – encaminhados aos Tribunais de Contas competentes.

Art. 195. Os casos omissos relativos aos instrumentos de planejamento serão resolvidos com base:
I – na LC nº 101/2000;
II – na Lei nº 4.320/1964;
III – no Decreto nº 6.017/2007;
IV – nas normas técnicas do MCASP;
V – nos princípios de planejamento, eficiência e responsabilidade fiscal.

CAPÍTULO VI - DO SISTEMA DE INTEGRIDADE, COMPLIANCE, GOVERNANÇA, CONTROLE E PREVENÇÃO DE RISCOS

Art. 196. O CONSCENSUL instituirá, manterá e aperfeiçoará de maneira contínua um Sistema Integrado de Integridade, Compliance e Governança Consorcial, destinado a

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

assegurar que toda a gestão administrativa, contratual, financeira, operacional e funcional esteja permanentemente alinhada aos princípios constitucionais da Administração Pública, às normas federais aplicáveis aos consórcios públicos, aos padrões de integridade fixados pelos Tribunais de Contas, e às melhores práticas de governança e controle instituídas pelos órgãos centrais de controle interno e externo.

Art. 197. O Sistema de Integridade abrangerá um conjunto estruturado, permanente e articulado de mecanismos, diretrizes e procedimentos formais, destinados a:
I – prevenir, detectar e corrigir atos de fraude, corrupção, desvios de finalidade, favorecimentos indevidos, fraudes licitatórias, acordos anticompetitivos e quaisquer outras infrações administrativas, cíveis ou penais contra o patrimônio público;
II – assegurar plena transparência ativa e passiva de todos os atos do Consórcio;
III – reforçar a cultura organizacional de ética, probidade, zelo com o patrimônio público e gestão responsável dos recursos consorciados;
IV – padronizar fluxos decisórios e procedimentos administrativos;
V – ampliar a confiança institucional entre os Municípios consorciados e entre o Consórcio e a sociedade;
VI – proteger a integridade dos programas setoriais e dos Contratos de Rateio e de Programa;
VII – promover a segurança jurídica e reduzir riscos operacionais, financeiros, regulatórios e reputacionais.

Art. 198. O Sistema de Integridade poderá compreender, dentre outros, os seguintes pilares estruturantes:
I – Código de Ética e Conduta Consorcial, aprovado pela Assembleia Geral, vinculante a todos os agentes públicos, empregados, terceirizados e colaboradores;
II – Mapa de Riscos Consorcial, com identificação de riscos por área, Câmara Técnica, Coordenadoria e programa;
III – Plano Anual de Integridade (PAI), com metas, responsáveis, prazos e indicadores;
IV – Canal Permanente de Denúncias, sigiloso, protegido e acessível ao público;
V – Auditoria Interna e Controle Interno fortificados, vinculados diretamente ao Conselho Fiscal e à Presidência;
VI – Comissão Permanente de Integridade e Ética (CPIE);
VII – Política de Prevenção de Conflitos de Interesses;
VIII – Programa de Integridade nas Contratações Públicas, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
IX – Política de Governança de Dados e Transparência Digital;
X – Plano de Continuidade Administrativa e Recuperação de Desastres.

Art. 199. A Comissão Permanente de Integridade e Ética (CPIE) será órgão colegiado técnico e independente, com competência para:
I – receber, analisar e instruir denúncias relativas a infrações éticas, administrativas ou disciplinares;
II – conduzir procedimentos preliminares e recomendar abertura de sindicância, processos administrativos disciplinares ou auditorias específicas;
III – emitir recomendações vinculantes de integridade para a Superintendência, Presidência e demais órgãos;

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

IV – avaliar riscos decorrentes de irregularidades procedimentais, contratuais, funcionais ou financeiras;
V – acompanhar a execução do Plano Anual de Integridade;
VI – articular-se com o Controle Interno, com o Conselho Fiscal e com órgãos externos de controle.

§1º. A CPIE será nomeada pela Presidência, com referendo obrigatório da Assembleia Geral.

§2º. A composição, funcionamento e procedimentos serão definidos no Estatuto e no Regimento de Integridade ou norma regulamentar.

Art. 200. Todos os processos administrativos, licitatórios, contratuais, financeiros, patrimoniais e funcionais do Consórcio observarão, sempre que possível e observadas as exigências mínimas legais:
I – a segregação mínima de funções;
II – dupla assinatura em processos de despesa, contratação, liquidação e pagamento;
III – rastreabilidade de documentos e decisões;
IV – transparência plena dos atos;
V – vedação de decisões administrativas sigilosas ou sem fundamento formal;
VI – motivação explícita, clara e comprovável para todos os atos decisórios.

Art. 201. A Superintendência instituirá, em conjunto com o Presidente e com o Conselho de Administração, uma Matriz de Riscos Consorcial, contendo:
I – identificação dos riscos jurídicos, financeiros, contábeis, regulatórios, operacionais e reputacionais;
II – avaliação de probabilidade, impacto e criticidade;
III – plano de mitigação e resposta;
IV – responsáveis diretos e indiretos;
V – cronograma de monitoramento permanente;
VI – reavaliação trimestral e anual.

Art. 202. As Câmaras Técnicas poderão elaborar, anualmente, seus próprios Mapas Setoriais de Risco, compatibilizados com a Matriz Geral de Riscos, especialmente para:
I – obras e serviços de engenharia;
II – licenciamento ambiental e fiscalização;
III – compras compartilhadas;
IV – transporte escolar e saúde regional;
V – inspeção sanitária e desenvolvimento rural;
VI – iluminação pública e mobilidade urbana.

Art. 203. O CONSCENSUL buscará instituir Política Permanente de Prevenção de Conflitos de Interesse, que englobará:
I – declaração anual obrigatória de potenciais conflitos pelos agentes públicos;
II – vedação de participação em processos ou decisões quando houver impedimento;
III – mecanismos de substituição e redistribuição processual transparente;
IV – responsabilização administrativa, civil e penal por omissão.

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

Art. 204. O CONSCENSUL buscará implementar sistema eletrônico de governança e integridade que:
I – registre todos os atos administrativos, de compras e contratações;
II – disponibilize ao público informações essenciais para controle social;
III – permita auditoria em tempo real por entes consorciados;
IV – integre informações contábeis, financeiras, patrimoniais e operacionais;
V – mantenha trilha de auditoria (log) inviolável.

Art. 205. O Controle Interno do Consórcio deverá:
I – emitir relatórios trimestrais de conformidade;
II – realizar auditorias preventivas em processos sensíveis;
III – acompanhar execução de contratos de grande impacto;
IV – recomendar correções imediatas quando houver risco de dano ao erário;
V – comunicar ao Conselho Fiscal e à Assembleia casos graves de irregularidade;
VI - outras.

Art. 206. O Conselho Fiscal, com base nos relatórios da Controladoria e/ou das Câmaras Técnicas, emitirá parecer anual conclusivo sobre:
I – gestão financeira;
II – execução do PAT;
III – cumprimento do PPA-C e da LOA-C;
IV – consistência da Matriz de Riscos;
V – efetividade dos mecanismos de integridade;
VI – eventuais responsabilizações;
VII - outros.

Art. 207. Os contratos administrativos do CONSCENSUL terão, sempre que possível, cláusula expressa de integridade, prevendo:
I – sanções administrativas por fraude, corrupção, conluio, obstrução de investigação ou descumprimento de obrigações de compliance;
II – possibilidade de rescisão unilateral por violação grave;
III – obrigação de cooperar com investigações e auditorias;
IV – obrigação de manter programas mínimos de integridade quando aplicável (art. 25 da Lei nº 14.133/2021).

Art. 208. O Sistema de Integridade do CONSCENSUL será revisado e aprimorado regularmente, considerando:
I – recomendações dos Tribunais de Contas;
II – relatórios da CGU, CNM, MDR, MS, MEC e demais órgãos federais;
III – boas práticas de consórcios consolidados;
IV – exigências de financiadores públicos e multilaterais;
V – padrões internacionais de compliance aplicáveis ao setor público.

Art. 209. A inobservância dolosa ou culposa dos mecanismos de integridade constituirá:
I – infração administrativa grave;
II – falta funcional;

LEI

III – fundamento para responsabilização pessoal dos envolvidos;
IV – motivo para instauração de sindicância, PAD ou auditoria extraordinária.

Art. 210. O CONSCENSUL observará, no que couber, as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 12.846/2013, das normas dos Tribunais de Contas e das boas práticas nacionais e internacionais de governança pública, integridade e controle.

§ 1º As atividades de compliance, integridade e controle interno atuarão de forma articulada com a Controladoria Interna, a Ouvidoria e os órgãos de governança do Consórcio, preservada a independência funcional de cada instância.

§ 2º O detalhamento do programa de integridade, dos fluxos de controle, dos instrumentos de monitoramento e dos procedimentos de apuração serão disciplinados em regulamento próprio, aprovado pela Assembleia Geral, sem prejuízo das competências legais dos órgãos de controle externo.

TÍTULO VIII - PATRIMONIO

CAPITULO I - DO PATRIMÔNIO, DA GESTÃO PATRIMONIAL E DA DESTINAÇÃO DOS BENS

Art. 211. O patrimônio do CONSCENSUL será constituído pelo conjunto diversificado de bens, direitos e obrigações com valor econômico, dividindo-se fundamentalmente em:
I. Bem material (tangível):
a) bens imóveis adquiridos a qualquer título, inclusive por compra, doação, dação em pagamento, cessão, permuta, incorporação, reversão, ou oriundos de ajustes, termos, acordos, compromissos ou transações celebradas com entes públicos, privados ou órgãos de controle, destinados à consecução de suas finalidades institucionais, observadas as regras definidas em regulamento específico.
b) bens móveis, tais como veículos, máquinas, computadores, móveis e obras de arte, adquiridos a qualquer título.
II. Bem imaterial (intangível): marcas, patentes, direitos autorais, títulos, ativos financeiros ou outros documentos.

§1º. Integram o patrimônio do Consórcio, dentre outros, os móveis e/ou imóveis destinados à implantação, operação e apoio de equipamentos, instalações e unidades vinculadas às políticas públicas consorciadas, especialmente:
I – centros de triagem, seleção e beneficiamento de resíduos sólidos;
II – unidades de tratamento e destinação de resíduos orgânicos, inclusive compostagem e biodigestão;
III – áreas e instalações destinadas ao manejo de resíduos da construção civil – RCC;
IV – Pontos de Entrega Voluntária – PEVs e estruturas correlatas;
V – usinas, plantas e instalações de geração de energia, inclusive por fontes renováveis;
VI – áreas operacionais, administrativas, logísticas ou de apoio técnico;
VII – outros bens móveis, imóveis, maquinários ou utensílios;
VIII – outros.

LEI

§2º. Os bens móveis e imóveis do CONSCENSUL terão gestão patrimonial centralizada, devendo ser cadastrados, registrados, inventariados, avaliados e controlados em sistema próprio, observadas as normas de contabilidade pública, as regras de controle interno e externo e os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, transparência e rastreabilidade patrimonial.

§3º. A administração, utilização, conservação, manutenção, regularização dominial, licenciamento, guarda e destinação dos bens móveis e imóveis observarão regulamento específico aprovado pela Assembleia Geral, que disporá, no mínimo, sobre:
I – critérios de uso institucional e vinculação às finalidades consorciadas;
II – responsabilidade pela gestão operacional e manutenção;
III – controle de acesso, ocupação e compartilhamento;
IV – registro de benfeitorias, depreciação e reavaliação patrimonial;
V – seguros de proteção patrimonial ou em favor de terceiros, sempre que cabíveis;
VI – mecanismos de fiscalização e auditoria patrimonial;
VII – outros definidos no regulamento.

§4º. O CONSCENSUL poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral e nos termos da legislação aplicável, autorizar:
I – a cessão de uso gratuita ou onerosa de bens móveis ou imóveis a Entes Consorciados, a outros entes públicos ou a entidades parceiras, quando compatível com as finalidades consorciadas;
II – a locação, permissão de uso ou concessão de uso de bens móveis ou imóveis, observadas as normas legais e os princípios da administração pública;
III – a utilização compartilhada de móveis ou imóveis para execução de programas, projetos ou serviços consorciados.

§5º. A cessão não onerosa ou a utilização compartilhada de bens móveis ou imóveis poderá ser condicionada, conforme regulamento, à assunção, pelo cessionário ou usuário, de encargos relativos à conservação, manutenção, consumo, operação, limpeza, segurança, seguros, combustíveis, desgaste natural, apoio operacional e demais custos indiretos, sem caracterizar remuneração pelo uso do bem.

§6º. O CONSCENSUL poderá, de forma eventual e não continuada, prestar serviços específicos e pontuais compatíveis com suas finalidades institucionais — a exemplo de empréstimo/cessão onerosa de máquinas e equipamentos, realização de cursos e capacitações, e serviços técnicos correlatos — a entes federados não consorciados, bem como a pessoas físicas ou jurídicas, mediante cobrança de preço público, tarifa, ressarcimento de custos ou outra contraprestação financeira admitida, cujos requisitos, critérios, valores e formas de cobrança serão definidos e atualizados por Resolução, desde que essa prestação não comprometa o regular desenvolvimento das ações e programas consorciados, assegurada preferência e prioridade de atendimento aos entes consorciados.

§7º. O CONSCENSUL poderá, igualmente, receber em cessão ou doação, adquirir, alugar, arrendar, ceder ou autorizar o uso de bens móveis, veículos, máquinas, equipamentos e implementos, próprios ou de terceiros, para atendimento de suas atividades

LEI

institucionais ou apoio aos Entes Consorciados, observadas as normas legais, os regulamentos internos e os ajustes específicos quanto a:
I – fornecimento de combustível;
II – responsabilidade por manutenção e desgaste;
III – disponibilização de operadores ou motoristas;
IV – seguros e responsabilidades por danos;
V – controle de uso e rastreabilidade;
VI – outras, definidas em regulamento.

§8º. Os bens móveis ou imóveis e demais ativos patrimoniais vinculados a programas, projetos ou serviços específicos deverão, sempre que possível, conter cláusula expressa de vinculação funcional, identificando sua origem, finalidade, fonte de recursos e regime de uso, inclusive para fins de reversão ou redistribuição.

§9º. Na hipótese de extinção ou dissolução do CONSCENSUL, os bens móveis ou imóveis integrantes de seu patrimônio serão destinados conforme deliberação da Assembleia Geral e nos termos do art. 11 da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, observando-se:
I – a origem dos recursos utilizados para sua aquisição;
II – as cláusulas de doação, cessão ou reversão existentes;
III – a vinculação funcional do bem às políticas públicas consorciadas;
IV – a proporcionalidade da participação financeira dos Entes Consorciados;
V – outras definidas pela Assembleia Geral quando da liquidação.

§10. Os bens móveis, imóveis, tecnológicos, operacionais e financeiros adquiridos com recursos do CONSCENSUL ou transferidos pelos Municípios ao patrimônio consorciado:
I – integram patrimônio público consorciado;
II – permanecem afetados ao interesse comum regional;
III – são insuscetíveis de apropriação exclusiva por um único ente consorciado;
IV – não serão revertidos ao Município de origem em caso de retirada, salvo previsão expressa no instrumento de transferência ou deliberação unânime da Assembleia Geral.

§11. Aprovada a extinção, dissolução ou retirada, salvo disposição expressa em contrário:
I - os bens imóveis adquiridos com recursos exclusivamente de determinado Ente Consorciado ou transferidos com cláusula de reversão retornarão ao respectivo ente de origem;
II - os bens adquiridos com recursos comuns serão redistribuídos entre os Entes Consorciados ou transferidos a outro consórcio público, entidade pública ou arranjo institucional que assegure a continuidade das políticas públicas correspondentes; sem qualquer direito à indenização pelo ente retirante.

§12. É vedada a alienação, oneração ou destinação de bens móveis ou imóveis do Consórcio em desacordo com suas finalidades institucionais ou sem prévia autorização da Assembleia Geral, observadas as exigências legais, orçamentárias e de controle externo.

LEI

TÍTULO IX - DA RETIRADA, EXCLUSÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I - DA RETIRADA VOLUNTÁRIA E DA EXCLUSÃO DE ENTES CONSORCIADOS

Seção I – Da retirada

Art. 212. A permanência de cada Ente Consorciado no CONSCENSUL decorre exclusivamente de sua vontade política autônoma, manifestada mediante lei específica de ratificação, conforme exigem os artigos 5º e 6º da Lei Federal nº 11.107/2005.

§1º. A retirada voluntária de Ente Consorciado dar-se-á na forma prevista neste Contrato de Consórcio, mediante provocação do interessado anterior à apresentação da Lei Municipal autorizativa respectiva; ficando condicionada a aceitação de sua saída específica ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato a serem verificadas pela Assembleia Geral, que, uma vez cumpridos deliberará por maioria simples; sendo nulas as disposições legislativas em contrário ou que desconsiderem o devido processo administrativo; e desde que não implique em prejuízo à continuidade de serviços públicos essenciais, à execução de contratos em vigor em que o Ente retirante seja aderente, ou ao equilíbrio econômico-financeiro das obrigações assumidas; não implicando em alteração substancial que exija nova ratificação pelos demais Entes Consorciados. O procedimento completo e a sequência obrigatória dos atos são disciplinados no art. 213 deste Contrato, cuja ordem é vinculante: a Resolução da Assembleia Geral precede e condiciona a aprovação legislativa municipal.

§2º. Quando a retirada de Ente Consorciado originário envolver funções originárias ou impactar serviços públicos essenciais regionalizados, contratos de programa específicos ou setoriais, contratos de concessão, parcerias público-privadas, financiamentos estruturantes ou investimentos de longo prazo; a retirada do Ente solicitante somente produzirá efeitos após aprovação por quórum qualificado da Assembleia Geral e posterior ratificação por lei específica do Ente retirante, nulas as disposições legislativa em sentido contrário; e ainda sem prejuízo da plena responsabilização do Ente retirante pelas obrigações financeiras, contratuais e patrimoniais já assumidas ou decorrentes, a ser apurada em liquidação específica; e, caso implique em alteração substancial, será exija nova ratificação pelos demais Entes Consorciados remanescentes.

§3º. Não obstante a intenção de retirada ou extinção manifestada por parte dos consorciados, o Consórcio Público poderá subsistir caso um percentual mínimo de 30% (trinta por cento) dos entes originários ou remanescentes manifeste, formalmente e por lei específica, o interesse na continuidade das atividades e na assunção das obrigações e direitos correspondentes; quando os municípios que optarem pela retirada terão suas

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

responsabilidades apuradas e liquidadas na forma da legislação vigente. A deliberação pela extinção em razão de retirada de número de Entes superior ao limite de permanência previsto neste parágrafo equivale a alteração substancial do Consórcio, exigindo o quórum qualificado previsto no art. 4º deste Contrato e a consequente ratificação legislativa pelos Entes remanescentes.

§4º. Será preservada a autonomia federativa de cada Município em sua decisão, a qual deverá considerar a importância da unidade na gestão consorciada, sendo-lhe, de qualquer forma, assegurado o direito de retirar-se voluntariamente do Consórcio; desde que respeitados, integralmente e sem ressalvas, os requisitos, ônus, procedimentos, prazos, responsabilidades e condições estabelecidos neste Contrato, no Estatuto Social, nos Contratos de Programa e nos Contratos de Rateio firmados durante sua permanência.

Art. 213. A retirada voluntária de Ente Consorciado somente produzirá efeitos jurídicos após:
I – apresentação de comunicação formal e motivada do Chefe do Poder Executivo à Assembleia Geral, manifestando intenção expressa de retirada;
II – instrução obrigatória de procedimento administrativo interno de desligamento, instaurado pela Superintendência, contendo relatório detalhado de:
a) obrigações financeiras pendentes, vencidas e vincendas;
b) compromissos assumidos em Contratos de Rateio e Programas específicos;
c) responsabilidades compartilhadas em contratos, convênios, obras ou serviços em execução;
d) situação de bens reversíveis, cedidos ou incorporados ao patrimônio consorcial;
e) riscos jurídicos e regulatórios decorrentes do desligamento;
III – posterior deliberação da Assembleia Geral sobre o pedido, observadas as condições deste Capítulo;
IV – quitação integral, pelo ente requerente, de todas as obrigações financeiras já constituídas, especialmente as referentes:
a) às cotas de rateio ordinário até o fim do exercício;
b) às cotas de rateio específico dos programas dos quais participou;
c) aos ajustes financeiros junto a fundos setoriais de reequilíbrio;
d) a valores contratualmente assumidos e ainda não executados pelo Consórcio;
V – preenchidos os requisitos, a Assembleia Geral deverá ratificar a retirada, com a publicação de Resolução formal autorizando o desligamento quando, somente após, o Município providenciará aprovação legislativa específica.

§1º. O simples pedido/comunicação de retirada não suspende, em hipótese alguma, o dever do Município de efetuar os pagamentos mensais decorrentes dos Contratos de Rateio vigentes.

§2º. Não será admitida retirada durante a execução de projetos, obras, serviços ou convênios cujo encerramento dependa da participação daquele Município, exceto se houver aprovação expressa da Assembleia Geral, acompanhada do parecer técnico da Superintendência avaliando o impacto financeiro, operacional e jurídico.

LEI

§3º. A retirada somente se torna eficaz ao término do exercício financeiro em que ocorreu a comunicação formal, salvo deliberação expressa da Assembleia Geral em sentido diverso.

Art. 214. A retirada voluntária não extingue, reduz ou transforma as obrigações assumidas pelo Ente Consorciado até a data de sua desvinculação, sendo o Município obrigado a:
I – adimplir integralmente todas as cotas-parte de rateio já previstas até o encerramento anual;
II – honrar a sua parcela nos passivos financeiros e contratados já consolidados;
III – assegurar o cumprimento das obrigações assumidas perante financiadores, órgãos de controle ou parceiros institucionais;
IV – manter responsabilidade solidária, até a liquidação dos passivos gerados durante sua permanência, nas formas e limites definidos neste Contrato, sem prejuízo do direito de regresso;
V – regularizar eventuais pendências de bens, equipamentos, veículos, sistemas ou investimentos financiados com recursos consorciados.

Art. 215. Permanecem integralmente válidas, mesmo após a retirada, as responsabilidades:
I – trabalhistas e previdenciárias referentes ao período em que o Município participou dos programas ou contratos consorciados;
II – de execução de contratos cujo objeto envolva diretamente o Município, ainda que o contrato seja regional;
III – relacionadas ao equilíbrio econômico-financeiro de contratos de longo prazo (PPP, concessões, convênios complexos), quando o Município tiver sido parte participante da delegação;
IV – vinculadas ao pagamento de indenizações, multas, sanções, ajustes ou glosas apontadas por órgãos de controle.

Art. 216. Os bens, sistemas, veículos, equipamentos, infraestrutura e investimentos incorporados ao patrimônio do CONSCENSUL não serão revertidos ao Ente Consorciado que se retira, observando-se estritamente o princípio da irreversibilidade previsto no artigo 12, §1º, da Lei Federal nº 11.107/2005, salvo se:
I – houver previsão expressa no instrumento de transferência ou doação;
II – a reversibilidade for deliberada por quórum qualificado da Assembleia Geral;
III – o bem for singularmente vinculado a um programa específico ou setorial do qual o Município foi o único participante, e sua manutenção não seja mais necessária ao Consórcio.

Seção II – Da exclusão compulsória

Art. 217. O Consorciado poderá ser excluído compulsoriamente do CONSCENSUL quando:
I – descumprir reiterada e injustificadamente obrigações financeiras de rateio, inclusive o débito automático;

LEI

II – incorrer em conduta dolosa ou negligente que comprometa a execução de serviços regionais;
III – descumprir comandos vinculantes deste Contrato, do Estatuto, do Regulamento de Integridade ou de deliberações da Assembleia;
IV – praticar atos fraudulentos, ilícitos, lesivos ao erário ou incompatíveis com a cooperação interfederativa;
V – criar embaraços graves ao funcionamento institucional, à execução dos programas regionais ou à captação de recursos.

Art. 218. A exclusão compulsória observará procedimento administrativo formal, contendo:
I – instauração de processo específico pela Superintendência;
II – notificação do Município para defesa em prazo não inferior a 15 dias úteis;
III – emissão de parecer da Superintendência e do Conselho Fiscal;
IV – deliberação final da Assembleia Geral, exigido quórum qualificado de 2/3 dos Entes Consorciados adimplentes, conforme Lei nº 11.107/2005.

Art. 219. A exclusão não gerará qualquer direito de indenização ao Município excluído, nem reversão de bens ou transferências, e não afetará:
I – o dever de adimplir integralmente todas as obrigações pendentes;
II – a responsabilidade por passivos trabalhistas, previdenciários, contratuais e financeiros constituídos durante sua permanência;
III – a responsabilidade solidária nos termos legais;
IV – o direito de regresso do Consórcio caso a conduta do Município tenha gerado prejuízo.

Art. 220. O Município excluído permanecerá obrigado a:
I – pagar integralmente as cotas de rateio referentes ao exercício financeiro em que ocorrer a exclusão;
II – ressarcir danos, prejuízos, glosas ou sanções decorrentes de sua conduta;
III – cooperar com o encerramento de atividades, programas ou contratos dos quais tenha participado.

Art. 221. A readmissão de Município anteriormente retirado ou excluído dependerá de:
I – nova lei municipal de ratificação;
II – pedido formal do Chefe do Poder Executivo;
III – parecer técnico da Superintendência;
IV – aprovação da Assembleia Geral por maioria, quando se tratar de Ente Municipal originário; ou por maioria absoluta nos demais casos;
V – quitação integral de eventuais pendências remanescentes.

CAPÍTULO II - DA EXTINÇÃO, LIQUIDAÇÃO, RESPONSABILIDADES REMANESCENTES E DESTINAÇÃO DOS BENS

Art. 222. A extinção ou dissolução total e definitiva do CONSCENSUL somente poderá ocorrer mediante deliberação expressa da Assembleia Geral, observando-se obrigatoriamente:

LEI

I – a aprovação por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) de todos os Entes Consorciados adimplentes;
II – a elaboração formal de Instrumento de Extinção, que descreva de forma minuciosa as condições de encerramento das atividades, liquidação de bens e responsabilidades pendentes;
III – a ratificação mediante lei específica por todos os Municípios consorciados, na forma do artigo 12, §2º, da Lei Federal nº 11.107/2005;
IV – publicação integral, oficial e transparente do instrumento de extinção, acompanhada da consolidação das situações jurídicas pendentes.
V – após a liquidação completa das obrigações e responsabilidades financeiras, patrimoniais, administrativas e trabalhistas.

Parágrafo único. Até a conclusão definitiva do processo de liquidação, os Municípios Fundadores responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito regressivo conforme a participação e a responsabilidade de cada ente.

Art. 223. A deliberação pela extinção somente poderá ocorrer após apresentação detalhada pela Superintendência de:
I – relatório técnico de exequibilidade, demonstrando que não subsiste viabilidade financeira, operacional ou institucional para continuidade da autarquia interfederativa;
II – levantamento completo de bens móveis, imóveis, equipamentos, veículos, sistemas, ativos permanentes e intangíveis;
III – identificação de bens reversíveis ou vinculados a programas custeados por fontes federais, estaduais ou multilaterais, com as obrigações de devolução, prestação de contas e compensações;
IV – quadro completo dos passivos trabalhistas, previdenciários, tributários, contratuais e financeiros;
V – avaliação dos impactos sobre contratos regionais de prestação de serviços, convênios, parcerias, PPPs, concessões ou ajustes de delegação;
VI – parecer do Conselho Fiscal, com recomendações expressas para o encerramento;
VII – parecer jurídico conclusivo sobre riscos, responsabilidades e etapas procedimentais.

Art. 224. Após a deliberação pela extinção, a Assembleia Geral deverá nomear um Liquidante, preferencialmente servidor estável de algum dos Municípios consorciados ou profissional técnico especializado, com experiência comprovada em:
I – contabilidade pública;
II – liquidação de entidades;
III – auditoria e controle interno;
IV – gestão de patrimônio;
V – encerramento de contratos e passivos.

§1º. A nomeação deverá ser referendada por maioria absoluta da Assembleia Geral.

§2º. O Liquidante atuará sob supervisão do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral, devendo apresentar relatórios mensais de avanço da liquidação.

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

§3º. O Liquidante responderá civil, administrativa e penalmente por atos dolosos, omissões graves ou negligência na execução de suas funções.

Art. 225. O processo de liquidação compreenderá, obrigatoriamente, as seguintes etapas formais:
I – suspensão de novos contratos e de novas admissões, salvo as indispensáveis à execução da liquidação;
II – levantamento integral dos bens e direitos do Consórcio;
III – cancelamento, encerramento ou liquidação de contratos vigentes;
IV – apuração, consolidação e pagamento dos passivos financeiros;
V – encerramento de programas, fundos, unidades operacionais, câmaras técnicas e coordenadorias;
VI – devolução de bens reversíveis obtidos com recursos vinculados;
VII – extinção formal das unidades administrativas e operacionais;
VIII – publicação de atos de encerramento e de prestação de contas final.

Art. 226. Todos os contratos administrativos firmados pelo Consórcio terão tratamento diferenciado na liquidação:
I – contratos com bens reversíveis deverão ser encerrados mediante vistoria formal e devolução aos órgãos concedentes;
II – contratos de execução continuada ou serviços essenciais deverão ser encerrados mediante plano de transição pactuado com os Municípios;
III – contratos com execução financeira pendente deverão ser liquidados segundo as regras da Lei nº 4.320/1964 e da Lei nº 14.133/2021;
IV – contratos de delegação de serviços públicos requererão:
a) parecer regulatório;
b) plano de reversão do serviço aos Municípios;
c) reequilíbrio final quando aplicável.

Art. 227. Os passivos financeiros, trabalhistas, previdenciários e tributários deverão ser liquidados conforme a seguinte ordem de prioridade:
I – obrigações trabalhistas e previdenciárias de empregados do Consórcio;
II – débitos decorrentes de contratos administrativos regulares;
III – obrigações tributárias;
IV – devoluções a entes financiadores;
V – indenizações decorrentes de decisões judiciais ou administrativas;
VI – demais passivos de menor risco institucional.

Parágrafo único. O Liquidante deverá realizar a quitação com base em disponibilidade financeira confirmada, sendo vedada a assunção de novas dívidas ou obrigações.

Art. 228. Os bens remanescentes, após liquidação dos passivos, terão a seguinte destinação:
I – bens adquiridos com recursos exclusivamente do Consórcio: poderão ser alienados e o produto da venda será distribuído proporcionalmente às cotas históricas de rateio;
II – bens adquiridos com recursos de Municípios específicos: poderão ser revertidos aos Municípios financiadores, se previsto no instrumento original;

LEI

III – bens adquiridos com recursos compartilhados, mas sem vinculação específica: deverão ser destinados à partilha entre os Entes Consorciados, mediante critérios aprovados pela Assembleia Geral;
IV – bens reversíveis financiados por União, Estado ou organismos internacionais: deverão ser devolvidos ao respectivo concedente, conforme normas aplicáveis.

Art. 229. Durante o processo de liquidação:
I – cessam automaticamente os efeitos dos Contratos de Rateio e dos Contratos de Programa;
II – não se admite ingresso de novos Municípios;
III – todas as receitas ingressadas serão exclusivamente aplicadas para quitação de obrigações pendentes;
IV – é vedado qualquer repasse financeiro aos Municípios consorciados antes do encerramento dos passivos.

Art. 230. Após conclusão da liquidação, o Liquidante apresentará:
I – relatório patrimonial final;
II – balanço de encerramento;
III – relatório circunstanciado de execução de passivos;
IV – demonstração da destinação final dos bens;
V – parecer final do Conselho Fiscal;
VI – minuta do ato de extinção formal.

Art. 231. O ato de extinção somente será válido após:
I – aprovação do relatório final pela Assembleia Geral;
II – emissão de parecer conclusivo do Conselho Fiscal;
III – aprovação legislativa (leis municipais de ratificação);
IV – publicação da resolução de extinção;
V – arquivamento do ato no órgão competente, conforme natureza jurídica da autarquia interfederativa.

Art. 232. Concluída a extinção, os Municípios consorciados permanecerão responsáveis:
I – solidariamente pelos passivos remanescentes vinculados à gestão associada;
II – proporcionalmente por passivos específicos gerados por programas dos quais participaram;
III – subsidiariamente por obrigações cuja inadimplência derive da insuficiência patrimonial remanescente do Consórcio.

Art. 233. A extinção do Consórcio não afetará:
I – procedimentos judiciais ou administrativos já instaurados;
II – responsabilização civil, administrativa ou penal de agentes públicos;
III – dever de ressarcimento ao erário em caso de irregularidades;
IV – responsabilidades contratuais ou financeiras que tenham repercussão posterior ao encerramento.

Art. 234. Os casos omissos relativos à extinção e liquidação serão resolvidos:
I – conforme regulamentação específica da Assembleia Geral;

LEI

II – à luz da Lei nº 11.107/2005;
III – com aplicação subsidiária da Lei nº 6.404/1976 (liquidação societária), no que couber;
IV – conforme diretrizes dos Tribunais de Contas;
V – segundo princípios de continuidade administrativa, segurança jurídica, moralidade e boa-fé federativa.

CAPÍTULO III - DA ALTERAÇÃO DESTE PROTOCOLO DE INTENÇÕES E DO CONTRATO DE CONSÓRCIO

Art. 235. O presente Protocolo de Intenções, que se constitui formalmente como Contrato de Consórcio Público Multifinalitário, somente poderá ser alterado por iniciativa de qualquer dos Entes Consorciados, do Presidente, do Conselho de Administração ou da Superintendência, desde que a proposta de alteração seja apresentada por escrito, devidamente fundamentada, e respeite, integralmente, a forma e os requisitos de aprovação previstos tanto neste instrumento quanto na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto Federal nº 6.017/2007.

Art. 236. A proposta de alteração deverá conter, obrigatoriamente:
I – exposição de motivos, com fundamento técnico, jurídico ou institucional;
II – indicação precisa e individualizada dos dispositivos a serem alterados, suprimidos ou acrescidos;
III – demonstração de compatibilidade da proposta com:
a) os objetivos multifinalitários do Consórcio;
b) a legislação federal aplicável;
c) o Estatuto Social vigente;
d) os Contratos de Programa e de Rateio atualmente em execução;
IV – avaliação de impacto financeiro, orçamentário, administrativo e operacional;
V – análise de riscos e eventuais repercussões sobre responsabilidades solidárias e subsidiárias dos Municípios;
VI – parecer técnico da Superintendência, quando solicitado pela Presidência.

Art. 237. As propostas de alteração serão encaminhadas à Assembleia Geral pelo Presidente ou pelo Superintendente, acompanhadas de parecer jurídico e de parecer técnico-administrativo, sendo vedada sua deliberação antes do conhecimento prévio e integral por todos os Municípios consorciados.

§1º. A proposta deverá ser disponibilizada aos Entes Consorciados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data da sessão deliberativa.

§2º. Em caso de urgência comprovada e fundamentada, a Assembleia poderá reduzir o prazo para 5 (cinco) dias úteis ou outro, desde que haja anuência escrita prévia de maioria absoluta.

§3º. A urgência jamais poderá ser invocada para alterar dispositivos estruturantes que modifiquem governança, obrigações financeiras, regime de rateio ou competências essenciais.

LEI

Art. 238. A Assembleia Geral deliberará sobre as propostas de alteração mediante quórum qualificado de 2/3 (dois terços) de todos os Entes Consorciados adimplentes, salvo quando se tratar de alterações para adequação, por simetria, à alteração posterior de legislação referenciada; alteração meramente redacionais; correções formais, atualização de terminologia legal ou ajustes não substanciais, os quais poderão ser aprovados por maioria absoluta dos presentes.

§1º. Serão consideradas alterações substanciais, somente aprováveis por quórum qualificado, aquelas que impliquem:
I – modificação do objeto principal relacionado à atividade ordinária do consórcio;
II – alteração da estrutura de governança;
III – criação, extinção ou modificação relevante das competências das Câmaras Técnicas ou Coordenadorias;
IV – mudanças no regime de rateio ordinário ou específico;
V – modificação das regras de débito automático;
VI – novas obrigações financeiras para os Municípios em valores acima do rateio aprovado;
VII – alteração do regime de pessoal, carreira ou remuneração;
VIII – alteração das regras de retirada, exclusão ou extinção;
IX – redefinição das responsabilidades solidárias ou subsidiárias.

§2º. As alterações substanciais não poderão ser deliberadas em sessões extraordinárias convocadas exclusivamente por urgência.

Art. 239. Aprovada a alteração pela Assembleia Geral, será obrigatoriamente elaborado o respectivo Instrumento de Alteração do Contrato de Consórcio, que deverá conter redação consolidada e atualizada, sendo vedada a existência simultânea de versões paralelas, com redações dispersas ou conflitantes.

Art. 240. Nenhuma alteração poderá:
I – subverter a autonomia federativa dos Municípios;
II – violar os princípios constitucionais da legalidade, transparência, impessoalidade, eficiência ou moralidade;
III – ampliar indevidamente competências, atribuições ou obrigações financeiras dos Municípios sem autorização legislativa;
IV – extinguir direitos adquiridos dos Municípios em programas consorciados já concluídos;
V – comprometer o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Programa ou de Rateio vigentes.

Art. 241. As alterações deste Contrato de Consórcio deverão, sempre que necessário, ser acompanhadas de ajustes complementares no:
I – Estatuto Social;
II – Regimento Interno;
III – Regulamentos das Câmaras Técnicas;
IV – Regulamentos Financeiros;

LEI

V – Regulamento de Licitações e Contratações (Lei nº 14.133/2021);
VI – PCCV;
VII – Programas Setoriais e seus respectivos contratos.

Parágrafo único. Nenhuma alteração infralegal poderá contrariar ou flexibilizar normas do Protocolo de Intenções; os atos normativos secundários deverão apenas regulamentar, detalhar e operacionalizar suas disposições.

Art. 242. Os casos omissos quanto ao procedimento de alteração serão solucionados com base na legislação federal aplicável aos consórcios públicos, aplicando-se subsidiariamente:
I – a Lei nº 14.133/2021, no que tange à governança e ao regime de riscos;
II – o Decreto nº 6.017/2007 ou outro que o substitua;
III – os princípios da cooperação interfederativa;
IV – interpretação teleológica, sistêmica e finalística deste Contrato;
V – as resoluções, normas e decisão da Assembleia Geral.

TÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, INTERPRETATIVAS E DE APLICAÇÃO SISTÊMICA

Art. 243. Todas as cláusulas, obrigações, prerrogativas, limitações de atuação, competências e regimes jurídicos previstos no presente Contrato de Consórcio Multifinalitário deverão ser interpretados de forma teleológica, sistemática e finalística, observando-se rigorosamente os seguintes fundamentos e princípios estruturantes do consorciamento público:
I – Autonomia Federativa e Autoadministração: A atuação do CONSCENSUL deverá respeitar, de modo absoluto e inafastável, a autonomia política, administrativa e financeira dos Municípios consorciados, sendo vedado ao Consórcio impor medidas que extrapolem as competências delegadas por lei ou que interfiram indevidamente na esfera de governo dos entes municipais.
II – Cooperação Interfederativa e Solidariedade Administrativa: O CONSCENSUL constitui instrumento jurídico e político de cooperação entre Municípios limítrofes ou com identidade regional, devendo a atuação consorciada pautar-se pela complementaridade de esforços, pelo compartilhamento de capacidades institucionais e pela solidariedade ativa entre os entes federativos.
III – Eficiência, Economicidade e Racionalidade Administrativa: Toda decisão de investimento, contratação administrativa ou alocação de recursos deverá demonstrar previamente sua viabilidade técnico-econômica, observando-se os princípios da economicidade, da eficiência, da adequação orçamentária e da sustentabilidade financeira de cada programa ou serviço associado.
IV – Transparência e Publicidade Ampliada: As atividades administrativas, contábeis, operacionais, regulatórias e financeiras do CONSCENSUL observarão a obrigação de transparência ativa e passiva, garantindo acesso pleno e irrestrito às informações pelos Municípios consorciados, órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil, conforme a Lei nº 12.527/2011.

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

V – Segurança Jurídica, Estabilidade Institucional e Continuidade Administrativa: As normas deste Contrato de Consórcio serão interpretadas de forma a assegurar coerência, estabilidade e continuidade dos programas e políticas públicas consorciadas, especialmente aqueles vinculados a serviços essenciais ou estruturantes, reduzindo-se riscos de descontinuidade abrupta decorrentes de alternância de gestões municipais.

Art. 244. Todas as referências deste Contrato de Consórcio às competências delegadas, à gestão associada de serviços públicos, aos Contratos de Programa e aos Contratos de Rateio deverão ser interpretadas conforme a Lei Federal nº 11.107/2005, seu Decreto regulamentador nº 6.017/2007 e a Lei Federal nº 14.133/2021 e seus regulamentos; ou outras que as substitua, aplicando-se subsidiariamente:
I – Lei nº 4.320/1964 (normas gerais de direito financeiro);
II – Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
III – Lei nº 8.666/1993, ou outras leis de licitação, exclusivamente para hipóteses residuais previstas em lei;
IV – jurisprudência e normativos dos Tribunais de Contas competentes;
V – princípios gerais do Direito Público;
VI – os regulamentos específicos aprovados pela Assembleia.

Art. 245. O presente Contrato de Consórcio integra, como parte indissociável, o conjunto normativo composto por:
I – o Estatuto Social do CONSCENSUL;
II – o Regimento Interno;
III – os Regimentos Internos específicos aprovados pela Assembleia Geral;
IV – o Regulamento Geral das Câmaras Técnicas e Coordenadorias;
V – os Planos Plurianuais de Gestão Associada (PPGAs);
VI – os Programas Anuais de Trabalho (PATs);
VII – os Contratos de Programa;
VIII – os Contratos de Rateio;
IX – todas as Resoluções da Assembleia Geral;
X – os atos normativos internos expedidos pela Presidência ou Superintendência;
XI – outras normas técnicas estruturantes.

Art. 246. O presente Contrato de Consórcio constitui contrato administrativo especial, com natureza de convênio interfederativo qualificado, vinculando jurídica e financeiramente os Municípios consorciados à totalidade das obrigações assumidas, inclusive:
I – financeiras;
II – patrimoniais;
III – técnicas;
IV – regulatórias;
V – administrativas;
VI – operacionais.

Art. 247. A adesão de novos Municípios ao CONSCENSUL dependerá de:
I – aprovação prévia da Assembleia Geral;
II – edição de Lei Municipal de ratificação;

LEI

III – assinatura do Contrato de Consórcio e do respectivo Termo de Adesão;
IV – celebração de Contrato de Rateio e de Contrato de Programa Ordinário, se houver;
V – inclusão nas programações orçamentárias dos exercícios subsequentes.

Parágrafo único. Os Municípios originários ficam dispensados do previsto no inciso I deste artigo.

Art. 248. Os casos omissos serão resolvidos:
I – pela Assembleia Geral;
II – conforme a legislação federal ou estadual aplicável;
III – mediante aplicação analógica de normas de Direito Administrativo;
IV – conforme princípios gerais da administração pública;
V – utilizando-se, quando pertinente, critérios de interpretação previstos na legislação eleitoral vigente para dirimir conflitos de representação ou sucessão em mandatos no âmbito consorciado.

CAPÍTULO II - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, ADAPTATIVAS E DE INTEGRAÇÃO NORMATIVA

Art. 249. As disposições deste Contrato de Consórcio Multifinalitário aplicar-se-ão integralmente a partir da data de sua ratificação por todos os Municípios consorciados, observados os regimes de transição necessários à adequação administrativa, financeira, operacional, institucional e organizacional do Consórcio Público, conforme previsto neste Capítulo.

Art. 250. Fica assegurada a continuidade administrativa do CONSCENSUL, ainda que haja alteração dos Chefes do Poder Executivo municipal, sendo vedada qualquer interrupção dos serviços consorciados por mudança de gestão, salvo decisão expressa da Assembleia Geral, observados os requisitos legais e os quóruns qualificados previstos neste Contrato ou no Estatuto Social.

Parágrafo único. A mudança de mandato municipal não afetará a vigência de contratos de programa, contratos de rateio, planos de trabalho, regulamentos setoriais, convênios, licitações e demais instrumentos celebrados pelo Consórcio, salvo se houver decisão deliberativa da Assembleia Geral, devidamente fundamentada e compatível com as normas federais aplicáveis.

Art. 251. Até que seja realizada a eleição da nova Presidência e dada posse a(à)o Presidente, o Superintendente assumirá imediatamente a representação administrativa e institucional do CONSCENSUL, garantindo-se continuidade, estabilidade e regularidade dos atos consorciados.

§1º. O Superintendente, nesse período, exercerá apenas os atos necessários à gestão ordinária, sendo-lhe vedado praticar atos de caráter extraordinário, estrutural, inovador, oneroso ou que possam comprometer política, financeira ou juridicamente a próxima Presidência.

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

§2º. A Assembleia Geral deverá ser convocada pelo Superintendente no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a diplomação ou posse dos novos Chefes do Executivo, exclusivamente para a eleição da Presidência e Conselho Fiscal, e nomeações respectivas inclusive do Conselho de Administração.

Art. 252. A implementação e plena operacionalização da estrutura administrativa prevista neste Contrato ocorrerá de forma progressiva, observados:
I – a capacidade orçamentária e financeira do Consórcio no primeiro exercício subsequente à ratificação;
II – a disponibilidade técnica e funcional dos Municípios consorciados;
III – o cronograma de implantação a ser aprovado pela Assembleia Geral;
IV – a necessidade de preservar a continuidade mínima dos serviços enquanto a nova estrutura é implementada.

Art. 253. Os programas, serviços e funções que já se encontrem em execução no âmbito do CONSCENSUL antes da aprovação deste Contrato permanecerão vigentes, observada a compatibilidade das normas desta nova redação com a redação anterior.

§1º. Na forma prevista neste contrato, serão mantidas as obrigações do Consórcio e dos Entes Consorciados em relação à gestão ordinária que tem por base o Contrato de Consórcio, em sua versão anterior, e respectivo programa ordinário e respectivo rateio ordinário; os quais independem de novo rateio e permanecem vigentes, no que couber, aplicando-se de forma supletiva ou subsidiária até que haja disposição em contrário ou nova ratificação.

§2º. Os Programas que não se compatibilizem com a estrutura multifinalitária ou com as novas normas jurídicas do Consórcio deverão ser extintos, transformados ou substituídos, de forma graduada e continuada, para adequação às normas deste Contrato.

§3º. Em caso de omissão ou conflito normativo, prevalecerá a norma mais benéfica ao Consórcio, podendo os atos, programas e contratos:
I – ser revisados pela Superintendência;
II – receber parecer técnico e jurídico;
III – ser reenquadrados em uma das Câmaras Técnicas ou Coordenadorias;
IV – ser submetidos à homologação da Assembleia Geral.

Art. 254. Os atos normativos, estatutários, regimentais, financeiros e administrativos do CONSCENSUL, atualmente vigentes, permanecerão aplicáveis até que sejam revogados, substituídos ou consolidados expressamente pela Assembleia Geral, que deverá aprovar:
I – novo Estatuto Social;
II – novo Regimento Interno da Assembleia;
III – novo Regimento Interno do Conselho Fiscal;
IV – Regulamento Geral das Câmaras Técnicas;
V – Regulamento Geral das Coordenadorias;
VI – Regulamento de Licitações e Contratos do CONSCENSUL;
VII – Regulamento de Integridade, Controle Interno e Compliance Consorciado;

LEI

VIII – Plano Plurianual de Gestão Associada (PPGA);
IX – Programa Anual de Trabalho (PAT);
X – demais normas estruturantes e/ou regulamentares previstas neste Contrato.

Art. 255. A migração dos atuais empregados, contratados, servidores cedidos e demais agentes públicos que exercem funções no CONSCENSUL para as estruturas novas, revistas ou ampliadas deverá observar:
I – o regime jurídico próprio de cada categoria (CLT, estatutário municipal, contratação temporária etc.);
II – a continuidade do serviço público;
III – a vedação à criação de direitos trabalhistas retroativos;
IV – as regras previstas neste Contrato, Estatuto ou regulamentos quanto ao quadro de pessoal;
V – a preservação dos requisitos de moralidade, qualificação e compatibilidade de funções.

§1º. Os contratos existentes e as cessões já formalizadas serão mantidos temporariamente pelo prazo de transição fixado no contratou ou definidos pela Assembleia Geral.

§2º. A Assembleia Geral poderá determinar a substituição, readequação, extinção ou transformação de funções, desde que observadas as regras trabalhistas e as limitações legais.

Art. 256. Fica autorizada, durante o período de transição, a contratação temporária de pessoal por prazo determinado, para assegurar:
I – a estrutura mínima do Consórcio até a implantação do quadro permanente;
II – a continuidade de programas específicos continuados ou sazonais;
III – a execução de projetos financiados por convênios;
IV – a formação inicial das Câmaras Técnicas e Coordenadorias;
V – outros, definidos pela Assembleia.

§1º. Essas contratações observarão a legislação federal e municipal aplicável e dependerão sempre de Processo Seletivo Simplificado – PSS, salvo hipóteses legais de contratação por excepcional interesse público, devidamente fundamentadas.

§2º. Findo o prazo de transição, a manutenção dessas funções dependerá de concurso público ou de sua absorção por programas de natureza temporária, quando assim definidos pela Assembleia Geral.

Art. 257. Os Municípios consorciados terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias, ou outro definido em regulamento, contado da publicação da lei de ratificação, para ajustar:
I – suas leis orçamentárias anuais;
II – seus planos plurianuais;
III – suas leis de diretrizes orçamentárias;
IV – seus sistemas de controle interno;
V – suas normas de licitações e contratos;

LEI

VI – suas estruturas administrativas necessárias à interlocução com o Consórcio.

Art. 258. Durante o período de transição, a Presidência poderá editar Atos Normativos Transitórios para garantir a operacionalidade imediata do Consórcio, desde que:
I – limitados ao essencial;
II – não impliquem aumento de despesas de caráter permanente;
III – não alterem a estrutura de governança;
IV – tenham vigência máxima até a aprovação definitiva dos novos regulamentos.

Art. 259. A Assembleia Geral revisará, no prazo máximo de 12 (doze) meses da transformação do Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio; todos os contratos, convênios, instrumentos de cooperação, termos de fomento, acordos intermunicipais e parcerias em curso, a fim de:
I – reconhecer sua compatibilidade com o novo Contrato de Consórcio;
II – propor ajustes ou aditivos;
III – rescindir instrumentos incompatíveis;
IV – consolidar normas complementares;
V – outras, definidas pela Assembleia.

Parágrafo único. Após a revisão, as alterações não substanciais terão validade após aprovação da Assembleia Geral e publicação nos diários oficiais do Consórcio e/ou dos Entes Consorciados, e independem de alteração legislativa.

Art. 260. A presente redação consolidada substitui integralmente todas as versões anteriores do Contrato de Consórcio do CONSCENSUL. Permanecem válidos e eficazes até o término de sua vigência natural ou encerramento por deliberação da Assembleia Geral, independentemente de nova ratificação legislativa:
I – atos formalmente ratificados por lei;
II – decisões Assembleares expressamente mantidas;
III – Contratos de Rateio ordinários e específicos, Contratos de Programa e demais ajustes formalizados, em execução ou com vigência futura pactuada, desde que compatíveis com as finalidades e princípios desta nova redação, podendo ser objeto de adaptação pelo instrumento de aditamento adequado quando necessário ao alinhamento.

Art. 261. No início de cada ano, ou quando da ocorrência de fato superveniente, os Municípios consorciados poderão atualizar seus representantes institucionais junto ao Consórcio, indicando formalmente o(a):
I – titular;
II – suplente;
III – responsáveis técnicos setoriais;
IV – equipe de integração administrativa;
V – outros, na forma deste Contrato ou regulamentos.

§1º. O Município deverá manter o Consórcio ciente com dados atualizados de todos representantes, inclusive o contato por e-mail e telefone; presumindo-se válidos os anteriormente disponibilizados para todos os fins.

LEI

§2º. O Consórcio poderá proceder de forma eletrônica com as convocações, notificações e demais formas de comunicação, utilizando-se dos meios e contatos oficiais disponibilizados, observando ainda o regulamento específico.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO ENCERRAMENTO FORMAL DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Art. 262. Todas as disposições previstas neste Contrato de Consórcio Multifinalitário possuem força normativa obrigatória entre os Municípios Consorciados, equivalendo, após a ratificação legislativa, a contrato administrativo plurilateral de caráter público, regido pelo Direito Público e dotado de personalidade jurídica própria nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto nº 6.017/2007, ou outros que os substituam.

Art. 263. A interpretação e aplicação deste Contrato observarão, de forma integrada e indissociável:
I – a Constituição Federal;
II – a Lei Federal nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos);
III – o Decreto Federal nº 6.017/2007 (Regulamentação dos Consórcios Públicos);
IV – a Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
V – a Lei Federal nº 14.026/2020 (Marco Legal do Saneamento Básico), quando aplicável;
VI – a Lei Complementar nº 140/2011 (Competências Ambientais);
VII – legislações setoriais pertinentes a cada área de atuação do Consórcio;
VIII – princípios constitucionais da administração pública;
IX – princípios específicos da cooperação interfederativa: solidariedade, eficiência regional, economicidade, subsidiariedade, interesse comum e equivalência federativa.

Art. 264. Os Entes Consorciados, o CONSCENSUL e os demais partícipes de instrumentos firmados no âmbito deste Contrato de Consórcio comprometem-se a priorizar a solução consensual de controvérsias decorrentes da interpretação, execução ou extinção das obrigações consorciadas, mediante mecanismos adequados de prevenção e resolução de conflitos, especialmente a mediação.

§ 1º Sempre que possível e juridicamente viável, as partes envidarão esforços para a composição amigável da controvérsia, mediante negociação direta ou mediação, nos termos da Lei Federal nº 13.140, de 26 de junho de 2015, e da legislação aplicável.

§ 2º Persistindo o conflito e desde que verse sobre direitos patrimoniais disponíveis, poderá ser adotada a arbitragem como meio de solução da controvérsia, na forma da Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, observadas as normas aplicáveis à Administração Pública, inclusive quanto à motivação do ato, à publicidade dos procedimentos e à preservação do interesse público.

§ 3º A utilização da mediação ou da arbitragem não constitui condição obrigatória nem requisito de admissibilidade para o acesso ao Poder Judiciário, mas configura diretriz preferencial de atuação institucional, com vistas à redução da judicialização, à celeridade na solução de conflitos e à eficiência administrativa.

LEI

§ 4º A escolha do procedimento, da câmara de mediação ou arbitragem, bem como a definição das regras aplicáveis, dependerá de ajuste específico, observado o disposto neste Contrato, no Estatuto Social e na legislação vigente.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, às controvérsias entre o CONSCENSUL e os Entes Consorciados, bem como àquelas decorrentes de contratos, convênios, contratos de programa, contratos de rateio, concessões, parcerias público-privadas e demais instrumentos celebrados no âmbito da atuação consorciada.

Art. 265. Os casos omissos deste Protocolo/Contrato serão resolvidos:
I – pelo Estatuto Social;
II – pelas legislações complementares, normas e regulamentos internos do Consórcio;
III – por deliberação fundamentada da Assembleia Geral;
IV – subsidiariamente, pela legislação federal aplicável aos consórcios públicos ou específicas à determinado assunto;
V – e, quando não houver solução normativa direta, pelos princípios gerais do Direito Público e da cooperação interfederativa.

Parágrafo único. Em situações que envolvam processos eleitorais internos (eleição de Presidência, Conselhos ou órgãos de governança), aplicar-se-ão os regulamentos próprios ou, subsidiariamente, os critérios da legislação eleitoral nacional vigente, naquilo que forem compatíveis com a natureza de associação pública intermunicipal.

Art. 266. Este Contrato de Consórcio constitui título executivo extrajudicial para:
I – a cobrança das cotas-parte dos Contratos de Rateio;
II – a execução das obrigações pecuniárias assumidas pelos Entes Consorciados;
III – a exigibilidade das obrigações decorrentes de convênios, ajustes, repasses ou delegações;
IV – a responsabilização de Municípios inadimplentes pelos prejuízos causados ao Consórcio.

Art. 267. A publicação oficial deste Protocolo, após sua ratificação pelos Municípios, deverá ser:
I – registrada em cartório competente;
II – publicada integralmente no Portal da Transparência do Consórcio;
III – publicada, pelo menos, a sua ementa no Diário Oficial, com link ativo para download;
III – disponibilizada ao Órgãos de Fiscalização e Tribunais de Contas;
IV – divulgada às Câmaras Técnicas, Coordenadorias e setores administrativos.

Art. 268. Este Contrato de Consórcio entra em vigor na data da publicação da última lei municipal de ratificação, conforme determina o artigo 5º da Lei Federal nº 11.107/2005.

§ 1º. A partir da entrada em vigor deste Contrato e pelo prazo mínimo de 04 (quatro) anos, é vedada a retirada voluntária de Ente Consorciado, salvo deliberação unânime da Assembleia Geral, nos seguintes casos excepcionais devidamente justificados:
I – superveniência de vedação legal ao Município de participar do Consórcio;

LEI

II – mudança formal das finalidades do Consórcio, aprovada sem a anuência do Ente requerente;
III – comprovada e grave incapacidade financeira do Município, atestada pelo Tribunal de Contas competente.

§ 2º. A vigência minima prevista neste artigo visa assegurar a estabilidade institucional necessária à plena implementação da estrutura multifinalitária prevista neste Contrato e à conclusão dos programas e investimentos em curso, protegendo os interesses dos demais Entes e dos beneficiários dos serviços consorciados.

Art. 269. Por se tratar de instrumento público de cooperação interfederativa, sua vigência é indeterminada e se estende automaticamente a todos os serviços, programas e ações que, presentes ou futuros, sejam objeto de gestão associada, regulação, execução, fiscalização ou planejamento comum no âmbito do CONSCENSUL.

Art. 270. Em sinal de plena concordância, aprovação recíproca e compromisso institucional federativo, subscrevem o presente instrumento os Chefes do Poder Executivo dos Municípios Consorciados, abaixo assinados, para que produza seus devidos efeitos legais, administrativos, financeiros, políticos e institucionais, passando a constituir marco jurídico fundamental da cooperação regional estruturada.

Em Pedrinhas/SE.

Presidente do CONSCENSUL –

Superintendente do CONSCENSUL –

Advogado contratado pelo CONSCENSUL –

Prefeito(a) do Município de Arauá –

Prefeito(a) do Município de Boquim –

Prefeito(a) do Município de Cristinápolis –

Prefeito(a) do Município de Estância –

Prefeito(a) do Município de Indiaroba –

Prefeito(a) do Município de Itabaianinha –

Prefeito(a) do Município de Lagarto –

Prefeito(a) do Município de Pedrinhas –

Prefeito(a) do Município de Poço Verde –

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

Prefeito(a) do Município de Riachão do Dantas –

Prefeito(a) do Município de Salgado –

Prefeito(a) do Município de Santa Luzia do Itanhy –

Prefeito(a) do Município de Simão Dias –

Prefeito(a) do Município de Tobias Barreto –

Prefeito(a) do Município de Tomar do Geru –

Prefeito(a) do Município de Umbaúba –

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

I – Quadro Referencial de Cargos e/ou funções.

Cargo / Função	Órgão / Estrutura	Natureza do Vínculo	Forma de Provimento	Exige Concurso	Base Contratual
SEÇÃO A — ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA POLÍTICO-INSTITUCIONAL					
Presidente	Presidência	Político-institucional	Eleição pela Assembleia Geral	Não	Arts. 26 a 31
Vice-Presidente / Ouvidor-Geral	Presidência / Ouvidoria	Político-institucional / Função institucional	Eleição pela Assembleia Geral	Não	Arts. 26, 30, 51
Membro do Conselho de Administração	Governança	Função colegiada	Indicação	Não	Arts. 32 a 35
Diretor Geral	Gabinete	Emprego em comissão	Indicação / Nomeação	Não	Art. 35
Diretor Financeiro	Diretoria Financeira	Emprego em comissão	Indicação / Nomeação	Não	Art. 35
Secretário-Geral	Diretoria	Emprego em comissão	Indicação / Nomeação	Não	Art. 35
Membro do Conselho Fiscal	Governança	Função colegiada	Eleição pela Assembleia Geral	Não	Art. 36 a 38
Membro de Câmara Técnica	Governança Técnica	Função colegiada / honorífica	Indicação	Não	Arts. 48 a 52
Membro de Coordenadoria / Ponto Focal	Operacional	Função cooperativa	Indicação municipal	Não	Art. 67
SEÇÃO B — CARGOS EM COMISSÃO — DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO					
Superintendente	Superintendência	Emprego em comissão	Nomeação + referendo da Assembleia	Não	Arts. 43 a 45
Controlador-Geral	Controladoria	Emprego em comissão	Nomeação	Não	Art. 54
Procurador-Geral / Assessor Jurídico-Chefe	Procuradoria	Emprego em comissão ou contrato	Nomeação ou Inexigibilidade	Não	Arts. 49, 108
Assessor Contábil e Financeiro	Presidência / Sup.	Emprego em comissão	Nomeação	Não	Arts. 23, 49
Assessor de Comunicação / Mídia	Presidência / Sup.	Emprego em comissão	Nomeação	Não	Art. 49
Assessores da Superintendência	Gabinete	Emprego em comissão	Nomeação	Não	Art. 49
Secretário(a) Executivo(a) da Ouvidoria	Ouvidoria	Emprego em comissão	Nomeação	Não	Art. 51
Secretário(a)-Geral das Câmaras Técnicas	Superintendência	Emprego em comissão	Nomeação	Não	Art. 60
Coordenador-Geral de Coordenadoria	Coordenadorias	Emprego em comissão	Nomeação	Não	Arts. 54, 67, 68
Coordenador de Serviços Consorciados	Operacional	Emprego em comissão / Cedido	Nomeação	Não	Arts. 67, 68
Assessor Executivo de Serviços Consorciados	Operacional	Emprego em comissão / Cedido	Nomeação	Não	Art. 67
Diretor Executivo	Coordenadoria	Emprego em comissão	Nomeação	Não	Art. 49
Fiscal de Contrato / Gestor de Contrato	Licitações e Contratos	Função Gratificada (designação por Portaria)	Designação do Superintendente	Não	Art. 123 c/c Lei 14.133/2021, art. 117.
Coordenador de Licitações	Licitações	Emprego em comissão	Nomeação	Não	Art. 123
Agente de Contratação / Pregoeiro	Licitações	Emp. comissão / CLT / Cedido	Nomeação / Concurso	Não (comissão) / Sim (CLT)	Art. 123
Presidente de Câmara Técnica	Governança Técnica	Emprego em comissão	Nomeação + referendo da AG	Não	Arts. 48 a 52
SEÇÃO C — EMPREGOS PÚBLICOS PERMANENTES (CLT) — ÁREA TÉCNICA SUPERIOR					
Controlador-Interno	Controladoria	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Arts. 49, 54

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

Analista Administrativo	Administração	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Técnico Financeiro / Contábil	Financeiro	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Contador	Financeiro	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Técnico em Licitações e Contratos	Licitações	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Arts. 102, 109
Analista de TI / Geoprocessamento	TI	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Analista de Projetos e Captação	Planejamento	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Engenheiro Civil	Técnico / Obras	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Engenheiro Ambiental / Sanitarista	Técnico / Meio Ambiente	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Engenheiro Agrônomo	Técnico / Rural	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Geólogo	Técnico / Meio Ambiente	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Tecnólogo em Saneamento Ambiental	Técnico / Saneamento	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Técnico Ambiental	Técnico / Meio Ambiente	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Biólogo(a)	Técnico / Meio Ambiente	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Veterinário	Saúde Animal / Zoonoses	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Assistente Social	Social / Saúde	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
SEÇÃO D — EMPREGOS PÚBLICOS PERMANENTES (CLT) — ÁREA TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO E OPERACIONAL					
Agente Financeiro	Financeiro	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Assistente Administrativo	Administração	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Balanceiro	Apoio Operacional	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Operador de Máquinas	Apoio Operacional	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Motorista	Apoio Operacional	Emprego público (CLT)	Concurso público	Sim	Art. 102
Vigilante	Apoio Operacional	Emprego público (CLT) / Terceirizado	Concurso / Licitação	Sim (CLT) / Não (Terc.)	Arts. 102, 108
Auxiliar de Serviços Gerais	Apoio Operacional	Emprego público (CLT) / Terceirizado	Concurso / Licitação	Sim (CLT) / Não (Terc.)	Arts. 102, 108
SEÇÃO E — FUNÇÕES DE ROTINA ADMINISTRATIVA — SEM CONCURSO (CONFIANÇA, CONTRATO, TERCEIRIZAÇÃO)					
Assistente (Administrativo / Executivo)	Administração / Gabinetes	Emprego em comissão / PSS / Terceirizado	Nomeação / PSS / Licitação	Não	Arts. 49, 96, 105, 108
Motorista (rotina administrativa)	Presidência / Superintendência	Emprego em comissão / PSS / Terceirizado	Nomeação / PSS / Licitação	Não	Arts. 49, 96, 105, 108
Profissional de Comunicação e Mídia	Comunicação Institucional	Emprego em comissão / PSS / Terceirizado	Nomeação / PSS / Licitação	Não	Arts. 49, 96, 108
Vigilante (Segurança Patrimonial)	Instalações / Operacional	Terceirizado / PSS	Licitação / PSS	Não	Arts. 96, 108
Serviços Gerais (limpeza e conservação)	Instalações	Terceirizado / PSS	Licitação / PSS	Não	Arts. 96, 108
Auxiliar de Serviços Gerais (rotina)	Instalações / Operacional	Terceirizado / PSS	Licitação / PSS	Não	Arts. 96, 108
Copeiro(a)	Instalações / Apoio	Terceirizado / PSS	Licitação / PSS	Não	Arts. 96, 108
Pedreiro / Manutencista Predial	Manutenção / Obras	Terceirizado / PSS / Contrato eventual	Licitação / PSS / Dispensa	Não	Arts. 96, 108, 109
Eletricista	Manutenção / Instalações	Terceirizado / PSS / Contrato eventual	Licitação / PSS / Dispensa	Não	Arts. 96, 108, 109
Mecânico / Manutencista de Máquinas	Manutenção / Frota	Terceirizado / PSS / Contrato eventual	Licitação / PSS / Dispensa	Não	Arts. 96, 108, 109
SEÇÃO F — VÍNCULOS FLEXÍVEIS E COLABORATIVOS (CESSÃO, PSS, TERCEIRIZAÇÃO, CONTRATOS ESPECIAIS)					
Servidor Municipal Cedido	Diversos	Cessão de servidor	Ato do ente de origem	Não	Art. 106

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

LEI

Contratado por PSS (Programa, Projeto ou Serviço)	Programas / Projetos / AG	Contrato temporário (PSS)	Processo Seletivo Simplificado	Não	Arts. 96, 105
Profissional Especializado (Contrato Específico)	Diversos	Contrato administrativo	Dispensa / Inexigibilidade	Não	Art. 109
Serviços Técnicos Terceirizados	Diversos — Técnico / Operação	Contrato administrativo	Licitação	Não	Arts. 108, 109
Serviços de Apoio Terceirizados	Diversos — Apoio Operacional	Contrato administrativo	Licitação / Dispensa	Não	Art. 108
Estagiário	Diversos	Estágio (Lei nº 11.788/2008)	Seleção simplificada	Não	Arts. 96, 105
Voluntário	Programas Sociais / Educativos	Serviço voluntário (Lei nº 9.608/1998)	Termo de adesão	Não	Arts. 96, 105
SEÇÃO G — FUNÇÕES ESPECIAIS E TRANSITÓRIAS					
Liquidante	Extinção / Encerramento	Função temporária	Nomeação pela Assembleia Geral	Não	Art. 224
Interventor	Intervenção Administrativa	Função temporária	Nomeação pela Assembleia Geral	Não	Arts. 12, 212

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II

SUMÁRIO

TÍTULO I — DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS 1
CAPÍTULO I — DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1
Seção I - Dos subscritores 1
Seção II – Denominação e natureza jurídica 2
Seção III – Ratificação e alteração do Contrato de Consórcio Público 3
Seção IV – Alteração substancial do Contrato 4
Seção V – Relação Jurídica Intrafederativa e Estrutura Administrativa Interfederativa 4
CAPÍTULO II — DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE 5
CAPÍTULO III - DOS CONCEITOS 6
TÍTULO II — DA GESTÃO ASSOCIADA 12
CAPITULO I - DOS OBJETIVOS, DAS FINALIDADES PRECÍPUAS E DA AUTORIZAÇÃO DA GESTÃO ASSOCIADA 12
Seção I – Dos objetivos e finalidades 12
Seção II - Da Autorização Geral para Adesão a Programas, Delegação de Serviços e Estruturação de Modelos de Prestação 25
CAPITULO II – DA GESTÃO ASSOCIADA E DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS 26
Seção I – Delegação Regulatória 26
Seção II – Remuneração da Função Regulatória 26
Seção III – Da Implementação do Arranjo Regulatório e da Delegação da Regulação dos Serviços de Saneamento Básico 27
TÍTULO III - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DA GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA28
CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL 28
CAPÍTULO II - DOS ÓRGÃOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO 29
Seção I – Da Assembleia Geral 29
Seção II – Da presidência 31
Seção III – Do Conselho de Administração (Diretoria) 34
Seção IV – Do Conselho Fiscal 36
Seção V – Da Superintendência 39
Seção VI – Da Ouvidoria 43
Seção VII – Da Controladoria Interna 45
CAPITULO IV – DA CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE E DAS COORDENADORIAS DE SERVIÇOS CONSORCIADOS 46
Seção I – Da Câmara Técnica Permanente (CTP) 47

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

Seção II – Das Coordenadorias de Serviços Consorciados 50
Subseção I - Da Natureza, Finalidade e Regime Jurídico 50
TÍTULO IV - DOS DIREITOS, DEVERES E CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO 53
CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS 53
Seção I – Dos direitos 53
Seção II - Do direito à tutela coletiva do Consórcio 53
Seção III - Dos deveres essenciais dos Consorciados 53
Seção IV - Da responsabilidade interfederativa 54
Seção V - Da observância à representação qualificada 54
CAPÍTULO II - DOS CRITÉRIOS PARA REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL 55
Seção I - Diárias 57
CAPÍTULO III - DAS GARANTIAS, VEDAÇÕES E DO REGIME DE RESPONSABILIDADE 58
TÍTULO V – DOS AGENTES PÚBLICOS E DO REGIME DE PESSOAL 61
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO REGIME JURÍDICO DE PESSOAL 61
Seção I - Do Regime Jurídico Aplicável e da Estrutura de Pessoal 61
Seção II - Dos Limites de Despesa com Pessoal 63
Seção III – Da Acumulação de Cargos e Declaração Formal 63
Seção IV – Da dedicação Exclusiva 63
Seção V – Do Exercício em Regime Remoto ou Híbrido 63
Seção VI – Dos Empregos Públicos Permanentes 64
Seção VII - Da Transição para a Estrutura Permanente e do Concurso Público 66
Seção VIII - Dos Empregos em Comissão (EC) 67
Seção IX - Das Contratações por Prazo Determinado (PSS) 68
Seção X - Da Cessão de Servidores Municipais 69
Seção XI – Do pessoal especializado contratado por inexibilidade 70
Seção XII - Da Contratação de Serviços Terceirizados 72
Seção XIII - Da Execução e Fiscalização do Regime de Pessoal 74
Seção XIV - Da Prevalência do Interesse Público 74
TÍTULO VI - DA GESTÃO ADMINISTRATIVA, CONTRATUAL E FINANCEIRA DO CONSÓRCIO 74
CAPÍTULO I - DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS, DOS CONTRATOS INSTRUMENTAIS E DAS LICITAÇÕES CONSORCIADAS 74
CAPITULO II - DA LICITAÇÃO 76
Seção I – Do procedimento licitatório 76
Seção II – Da dispensa 77
Seção III – Do Plano de Contratação Anual (PCA) 78

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

Seção IV – Da contratação direta e demais formas 78
Seção V – Do parecer jurídico 79
Seção VI – Das responsabilidades 79
Seção VII – Dos regulamentos e da condução do procedimento 80
TITULO VII -DOS RECURSOS E RECEITAS 80
CAPÍTULO I – DOS RECURSOS FINANCEIROS, DAS RECEITAS E DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA 80
Seção I – Das receitas 80
Seção II – Do Custeio Institucional, do Teto Autorizativo e da Sistemática de Rateio 81
CAPÍTULO II - DO DÉBITO AUTOMÁTICO, DAS GARANTIAS FINANCEIRAS E DO REGIME DE ADIMPLEMENTO 86
Seção I – Da forma de pagamento 86
Seção II – Da inadimplência 87
Seção III – Das responsabilidades 88
Seção IV – Da Transparência 90
CAPÍTULO III - DA CONTABILIDADE, PRESTAÇÃO DE CONTAS, AUDITORIA, CONTROLE INTERNO E RESPONSABILIZAÇÃO 90
Seção I – Da contabilidade 90
Seção II – Da prestação de contas 91
Seção III – Da auditoria 91
Seção IV – Das regras de transparência 92
CAPÍTULO IV - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DO FLUXO FINANCEIRO E DO REGIME DE RESPONSABILIDADE FISCAL 94
CAPÍTULO V - DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONSCENSUL (PPA-C, LDO-C, LOA-C e PAT) 98
CAPÍTULO VI - DO SISTEMA DE INTEGRIDADE, COMPLIANCE, GOVERNANÇA, CONTROLE E PREVENÇÃO DE RISCOS 101
TÍTULO VIII - PATRIMONIO 105
CAPITULO I - DO PATRIMÔNIO, DA GESTÃO PATRIMONIAL E DA DESTINAÇÃO DOS BENS 105
TÍTULO IX - DA RETIRADA, EXCLUSÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO 108
CAPÍTULO I - DA RETIRADA VOLUNTÁRIA E DA EXCLUSÃO DE ENTES CONSORCIADOS 108
CAPÍTULO II - DA EXTINÇÃO, LIQUIDAÇÃO, RESPONSABILIDADES REMANESCENTES E DESTINAÇÃO DOS BENS 111
TÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS 117

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

LEI

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

Simão Dias

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, INTERPRETATIVAS E DE APLICAÇÃO SISTÊMICA 117
CAPÍTULO II - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, ADAPTATIVAS E DE INTEGRAÇÃO NORMATIVA 119
CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO ENCERRAMENTO FORMAL DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES 123

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

DECRETO

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 178/2026
DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a exoneração da servidora por Aposentadoria.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS/SE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, I, "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a servidora, **EUNICE BARRETO SANTANA,** portadora da Carteira de Identidade nº. 9*6.**3 SSP/SE, e do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 515.***.70*-*3, do Cargo de Professora.

Art. 2º. Esta decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SERGIPE,
em 18 de setembro de 2026.

CRISTIANO VIANA MENESES
Prefeito Municipal

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

PORTARIA

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 474/2026
DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Mudança de Lotação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 23, Inciso II, alínea "c".

RESOLVE:

Art. 1º. Mudar lotação para a E.M. João Paulo de Santana, do servidor, **JOELIO SILVA DOS SANTOS**, porteiro, matrícula nº 5540, portador da Carteira de Identidade nº. 1*8.***-7 SSP/SE, e do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº 829.***.30*-*0, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme oficio nº 249/2026 SEMED/RH**.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a dia 10/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SERGIPE,
em 18 de setembro de 2026.

CRISTIANO VIANA MENESES
Prefeito Municipal

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

PORTARIA

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 475/2026
DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a Concessão de Adicional de 1/3 por 25 anos de trabalho.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS/SE**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 23, Inciso II, alínea "c".

CONSIDERANDO o art. 107 da Lei nº 481/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Adicional de 1/3** por 25 anos de trabalho aos servidores:

SERVIDORES	MATRÍCULA	DATA DE ADMISSÃO
SILVANUZIA LEOCARDO DE SANTANA	5400	09/05/2000
ADRIANA ALMEIDA SANTANA BARRETO	665	27/07/2001

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SERGIPE, **em 18 de setembro de 2026.**

CRISTIANO VIANA MENESES
Prefeito Municipal

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

EDITAL

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO (SEMCULT)

Simão Dias

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 082/2026/SEMCULT

PARTES: Prefeitura Municipal de Simão Dias/SE, CNPJ nº 13.108.089/0001-56, representada pelo Prefeito Cristiano Viana Meneses e o Sr. José Adilson de Jesus Ribeiro, representante do Grupo Musical "Marcos Castro e Adilson Teclas", CPF nº 878.577.665-34. **OBJETO:** Repasse de Incentivo Financeiro para execução de uma apresentação musical em um Evento Cultural no Povoado Jacaré, 5ª Cavalgada das Mulheres, no dia 19 de setembro de 2026, às 18h, em decorrência da agenda de atividades do Município de Simão Dias, conforme Edital de Chamada Pública Nº 001/2026/SEMCULT "Vozes de Simão Dias", nos termos da Lei Municipal nº 1.033/2023. **VALOR:** R$ 1.000,00 (um mil reais), a ser pago em conta bancária de titularidade do BENEFICIÁRIO. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** A partir da assinatura e término conforme previsto no Edital de Chamada Pública nº 001/2026/SEMCULT. **DISPOSIÇÕES GERAIS:** As partes firmam o presente Termo em conformidade com as obrigações e contrapartidas especificadas. A fiscalização será realizada pela SEMCULT, e a prestação de contas deverá ser apresentada em até 30 (trinta) dias após o evento.

Simão Dias/SE, em 18 de setembro de 2026

CRISTIANO VIANA MENESES
Prefeito Municipal

Avenida Coronel Loiola S/N, Clube Cultural Caiçara, Centro, Simão Dias/SE - 49480-000
semel@simaodias.se.gov.br

PORTARIA

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 476/2026
DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a Concessão de Adicional de 1/3 por 25 anos de trabalho.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS/SE**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 23, Inciso II, alínea "c".

CONSIDERANDO o art. 107 da Lei nº 481/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Adicional de 1/3** por 25 anos de trabalho aos servidores:

SERVIDORES	MATRÍCULA	DATA DE ADMISSÃO
JOSEFA EDJANE SANTOS SOUZA	5438	27/07/2001
ADRIANA ALMEIDA SANTANA BARRETO	665	27/07/2001
MARIA EDIVANEIDE MORAIS SOUZA	5440	27/07/2001

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SERGIPE, **em 18 de setembro de 2026.**

CRISTIANO VIANA MENESES
Prefeito Municipal

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

PORTARIA

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 477/2026
DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a Concessão de Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 23, Inciso II, alínea "c".

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, aos seguintes servidores:

SERVIDORES	CARGO/ MATRÍCULA	PERÍODO
MARIA ELZA FARIAS DA SILVA	Servente 5276	03/08/2026 a 31/10/2026
DULCINEIDE DOS SANTOS DA PEIDADE	Professora 5564	13/07/2026 a 10/10/2026
ZENIA MARTA CARREGOSA RIBEIRO	Professora 5417	17/08/2026 a 14/11/2026
LAUDISSE FERREIRA DOS SANTOS	Professora 5433	03/08/2026 a 31/10/2026
GILDO DAS VIRGENS OLIVEIRA	Motorista I 5397	30/08/2026 a 28/11/2026
JOSEFA LEAL DOS SANTOS	Professora 5228	24/08/2026 a 21/11/2026
JOSENEIDE FERREIRA DOS SANTOS	Professora 5574	03/08/2026 a 31/10/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SERGIPE,
em 18 de setembro de 2026.

CRISTIANO VIANA MENESES
Prefeito Municipal

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEMAP)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO 113/2025/PMSD

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS, ESTADO DE SERGIPE, representada por seu Gestor, **CRISTIANO VIANA MENESES**, torna público a celebração do 1º Termo Aditivo ao **CONTRATO DE Nº.113/2025/PMSD**, conforme as seguintes informações: **PROCESSO**: **CONCORRENCIA SOB O Nº. 010/2025 - PMSD– CONTRATO 113/2025/PMSD**. **OBJETO DO PROCESSO**: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE PAVIMENTAÇÃO DE TRECHO DA ESTRADA DO POVOADO CURRAL DOS BOIS, COM EXTENÇÃO DE 2 KM E 600 METROS, LOCALIZADA NA ZONA RURAL DO MUNICPIPIO DE SIMÃO DIAS. – CONTRATADA:** VIBAL CONSTRUÇÕES LTDA– CNPJ: 32.815.029/0001-18. **ADITIVO:** Majoração do valor contratual de aproximadamente **9,79%,** em decorrência do acréscimo quantitativo de seu objeto, com fulcro no Art. 124, inciso I, Alinea "b" c/c com caput do Artigo 125 da Lei 14.133. **VALOR DO ADITIVO**: **R$302.028,09(Trezentos e dois mil vinte e oito reais e nove centavos**). **FUNDAMENTO:** ARTIGO 124, inciso I, Alinea "b" c/c com caput do Artigo 125 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 02008** – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, **Ação: – 1030** – Abertura Pavimentação e/ou Recuperação de Vias e Logradouros, **Elemento de Despesa**: 449051 – Obras e Instalações, **Fonte de recursos:** 17480000 – Outras Vinculações de Transferências dos Estados

Simão Dias/SE, 12 de agosto de 2026.

CRISTIANO VIANA MENESES
Prefeito Municipal

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 adm@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEMAP)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 096/2022/PMSD

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS, ESTADO DE SERGIPE, representada por seu Prefeiro Municipal o Sr. CRISTIANO VIANA MENESES, torna público a celebração do 4º Termo Aditivo ao **CONTRATO DE Nº. 096/2022/PMSD**, conforme especificações que seguem: **PROCESSO**: **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº **023/2022/PMSD** CONTRATO Nº **096/2022/PMSD**. **OBJETO DO PROCESSO**: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO E EXECUÇÃO DO TRANSPORTE DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS CONTRATADO: PRISCILA NASCIMENTOS DOS SANTOS SERVIÇOS E LOCAÇÕES- ME**, CNPJ: 38.819.960/0001-50. **ADITIVO:** Prorrogação da Vigência contratual para mais 12 (doze) meses, alterando a Cláusula Quinta do citado instrumento contratual de **nº 096/2022/PMSD**, com fulcro no Art. 57, *§ 1º*, II, da Lei Federal de nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações. **VALOR**: **R$ 165.102,00(**Cento e sessenta e cinco mil, cento e dois reais**)**, DOTAÇÃO: **UO: 02012 –** Secretaria Municipal de Educação, **Ação: 2034 –** Manutenção do Serviço da Educação, **Elemento: 339039000 –** Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, **Fonte de Recursos –** 15001001 – Identificação das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Simão Dias/SE, 14 de setembro de 2026.

CRISTIANO VIANA MENESES
Prefeito Municipal

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 adm@simaodias.se.gov.br

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

EXTRATO

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEMAP)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO 019/2026 – FMS
Parágrafo Único, do art. 72 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2023

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **Nº. 008/2026 - FMS**. **CONTRATO: 019/2026 - FMS**. **OBJETO**: **LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NA RODOVIA LOURIVAL BATISTA, Nº 2007, CENTRO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, SERGIPE, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) MARIA EUNICE FRAGA SILVA**. **DATA DA CELEBRAÇÃO:** 11 de setembro 2026. **VIGÊNCIA: 06** (seis) MESES. **CONTRATADO: CLEDSON HENRIQUE DA SILVA SANTOS** – CPF: 626.058.955-72. **VALOR:** R$ 18.000,00(Dezoito mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03001– 2023 – 33903600 - 15001002**.

Simão Dias (SE), 11 de setembro de 2026.

CLAUDIANO SOARES DE SANTANA
Secretário Municipal de Saúde

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 adm@simaodias.se.gov.br

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

EXTRATO

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEMAP)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA DISPENSA Nº007/2026/FMS
Parágrafo Único, do art. 72 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2023

PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO **Nº.007/2026 - FMS**. **OBJETO**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DOS VEÍCULOS MOTO XTZ CROSSER S ABS DE COR VERMELHA MAGENTA 2026/2026 DE PLACA TOA8I71, MOTO XTZ CROSSER S ABS DE COR VERMELHA MAGENTA 2026/2026 DE PLACA TOA8J14 E MOTO XTZ CROSSER S ABS DE COR VERMELHA MAGENTA 2026/2026 DE PLACA TOA8J02, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS SERGIPE**. **DATA DA RATIFICAÇÃO:** 08 de setembro de 2026. **CONTRATADO: CONCORDE MOTOS LTDA – CNPJ 05.476.456/0004-99**. **VALOR: R$504,00(QUINHENTOS E QUATRO REAIS)**. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03001 – 2023 – 33903900 e 33903000 - 15001002**.

Simão Dias/SE, 08 de setembro de 2026.

CLAUDIANO SOARES DE SANTANA
Secretário Municipal de Saúde

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 adm@simaodias.se.gov.br

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

EXTRATO

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEMAP)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA DISPENSA Nº008/2026/FMS
Parágrafo Único, do art. 72 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2023

PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO **Nº.008/2026 - FMS**. **OBJETO**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DO VEÍCULO COMPASS LONGITUDE T270 DE COR PRETA CARBON, MODELO 2026, PLACA TOB3J85DA, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS SERGIPE**. **DATA DA RATIFICAÇÃO:** 08 de maio de 2026. **CONTRATADO: SAMAM VEICULOS LTDA – CNPJ 05.476.456/0004-99**. **VALOR: R$ 2.222,48** (Dois mil duzentos e vinte e dois reais e quarenta e oito). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03001 – 2023 – 33903900 e 33903000 - 15001002**.

Simão Dias/SE, 11 de setembro de 2026.

CLAUDIANO SOARES DE SANTANA
Secretário Municipal de Saúde

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 adm@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEMAP)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA DISPENSA Nº009/2026/FMS
Parágrafo Único, do art. 72 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2023

PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO **Nº.009/2026 - FMS**. **OBJETO**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DOS VEÍCULOS** MOTO XTZ CROSSER S ABS DE COR VERMELHA MAGENTA 2026/2026 DE PLACA TOA8I92**,** MOTO XTZ CROSSER S ABS DE COR VERMELHA MAGENTA 2026/2026 DE PLACA TOA8J13 E MOTO XTZ CROSSER S ABS DE COR VERMELHA MAGENTA 2026/2026 DE PLACA TOA8I74 E MOTO XTZ CROSSER S ABS DE COR VERMELHA MAGENTA 2026/2026 DE PLACA TOA8J12**, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS SERGIPE**. **DATA DA RATIFICAÇÃO:** 15 de setembro de 2026. **CONTRATADO: CONCORDE MOTOS LTDA – CNPJ 05.476.456/0004-99**. **VALOR: R$378,00(TREZENTOS E SETENTA E OITO REAIS)**. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03001 – 2023 – 33903000 - 15001002**.

Simão Dias/SE, 15 de setembro de 2026.

CLAUDIANO SOARES DE SANTANA
Secretário Municipal de Saúde

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 adm@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **018/2026/FMS**, QUE FAZEM PARTE ENTRE SI O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS.** E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A.

O MUNICÍPIO DE **SIMÃO DIAS,** por intermédio do(a) **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS**, com sede na Rua Francino da Silveira Deda, 88, Centro de SIMÃO DIAS - Sergipe, inscrito no CNPJ nº 11.634.081/0001-06, neste ato representada por seu Secretário o Sr. **CLAUDIANO SOARES DE SANTANA**, doravante denominado CONTRATANTE, e a GENTE SEGURADORA S.A. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02, sediada na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº450 Edif/ Centro Histórico na cidade de Porto Alegre/RS CEP 49.480-000, doravante designado CONTRATADO(A), neste ato representada por Daniel Cunha De Oliveira, CPF: 922..125.810-68, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **098/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão na forma Eletrônica sob o nº 024/2026/FMS**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃODE EMPRESA SPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR , VISANDO COBERTURA TOTAL CONTRA COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO, FURTO, DANOS MATERIAIS, CORPORAIS E MORAIS A TERCEIROS, BEM COMO ASSISTENCIA 24 HORAS E SERVIÇOS CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS VEICULOS PERETENCENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SIMÃO DIAS, SERGIPE.**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Dos itens que compõem o objeto:

Lote	Quant	Unid	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
1	1,00	SV	SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR PARA FROTAS.	SEGURO	APOLICE	R$21.400,00	R$21.400,00
Total R$ 21.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais)							

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
1.3.3. A Proposta do Contratado; e
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um)** no contados do(a) data de sua assinatura, **prorrogável por até 10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de **R$ 21.400,00 (Vinte e um mil e quatrocentos reais)**

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados e/ou fornecimentos efetivamente executados.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

5.4. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
5.4.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.9.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha (quando houver), no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

5.5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

5.5.1. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviço. (Art. 145, caput, Lei 14.133/2021).

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IGP-M** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
7.1.7. Cientificar o setor jurídico municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
8.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço ou do fornecimento para representá-lo na execução do contrato.
8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência (nos casos em que couber);
8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços ou fornecimentos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto contratado;
8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
8.1.6. Não contratar, para execução contratual, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
8.1.7. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ou no ato da entrega do material com nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante (nos casos em que couber);
8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços e/ou fornecimento.
8.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

8.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, exposta em processo que deu origem ao presente contrato;
8.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
8.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou execução do contrato;
i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
iv) Multa:
(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

(2) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
(3) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
(4) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)
10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE	ATIVIDADE	ELEMENTO	FONTE
03001	2023	33903900	15001002

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS

16.1. Em conformidade com o disposto no artigo 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 1.095/2024, o contratado reconhece e concorda que, sobre o valor global deste contrato, incidirá a **Taxa de Administração de Contrato**, correspondente a **1,5% (um vírgula cinco por cento)**, a ser recolhida no ato da consolidação dos pagamentos realizados pelo Município.

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

§1º. A cobrança da referida taxa tem como fato gerador a assinatura deste contrato e será destinada ao Fundo Municipal Desenvolve Simão Dias, nos termos da legislação municipal vigente.

§2º. A efetivação do pagamento ao contratado está condicionada à comprovação de regularidade com os preceitos de sustentabilidade econômica, social e ambiental estabelecidos na legislação municipal, mediante a emissão de **certidão específica** pela administração pública, conforme §1º do art. 5º da Lei Complementar nº 1.095/2024.

§3º. Nos termos do §2º do art. 5º da Lei Complementar nº 1.095/2024, **estão isentos da incidência da Taxa de Administração de Contrato** os seguintes casos:

I – contratos de prestação de serviços públicos explorados mediante concessão, quando dispensados de procedimento licitatório para contratação com o Município;

II – contratos cujo valor seja **inferior a 01 (um) salário mínimo nacional vigente** à época da contratação

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. É eleito o Foro da Comarca de **Simão Dias (SE)** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Simão Dias/SE, 09 de setembro de 2026

CLAUDIANO SOARES DE SANTANA
Secretário Municipal de Saúde

GENTE SEGURADORA S.A.
Daniel Cunha De Oliveira
Representante legal

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 69/2026- FMS

O MUNICÍPIO DE **SIMÃO DIAS** por intermédio do(a) **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS**, com sede na Rua Francino da Silveira Deda, 88 – Centro de SIMÃO DIAS - Sergipe, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 11.634.081/0001-06, neste ato representada por seu Gestor o Sr. CLAUDIANO SOARES DE SANTANA, doravante denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **018/2026**, processo administrativo n.º **077/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ANIMAIS SÃO FRANCISCO DE ASSIS E CENTRO DE EQUOTERAPIA JOSÉ NUNES DOS SANTOS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, SERGIPE** , especificado(s) no Termo de Referência, anexo I do Edital do PREGÃO na forma ELETRÔNICA de nº **018/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: PHOENIX SOLUCOES E REALIZACOES LTDA CNPJ: 46.740.385/0001-24
Representante: JOAO JOAQUIM SANTANA NETO
Telefone: (79) 3022-3180
E-mail: phoenixsr22@gmail.com
Endereço: RUA CÂNDIDO PORTINARI, 193 - MOISÉS GOMES, Barra dos Coqueiros - Sergipe - 49140-000

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	ValorR$	Total R$
1	50,00	AMP	ACEPROMAZINA 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	VETNIL	VETNIL	R$20,00	R$1.000,00
2	25,00	FRC	ACURA INJETÁVEL 25 ML	CLARION	CLARION	R$50,00	R$1.250,00
3	400,00	CX	ANTI-INFLAMATÓRIO 0,5	LABORATÓRIO	LABORATÓRIO	R$7,00	R$2.800,00

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

			MG PARA CÃES E GATOS ANTI-INFLAMATÓRIO 0,5MG PARA CÃES E GATOS 10 COMPRIMIDOS				
4	400,00	CX	ANTI-INFLAMATÓRIO ACETATO DE DEXAMETASONA CORTVET PET PARACÃES	LABORATÓRIO	LABORATÓRIO	R$11,00	R$4.400,00
5	80,00	ML	ANTIBIÓTICO ENROFLOXACINO 5 PARA CÃES E GATOS INJETÁVEL 20 MLANTIBIÓTICO ENROFLOXACINO 5 PARA CÃES E GATOS INJETÁVEL 20 ML.	LABORATÓRIO	LABORATÓRIO	R$30,00	R$2.400,00
6	40,00	CX	ANTIBIOTICO INJETAVEL PENICILINA 20000UI - 50ML	Penfort	Penfort	R$38,00	R$1.520,00
7	50,00	FRC	ANTIBIÓTICO OXITETRACICLINA. SPRAY 250 ML	LABORATÓRIO	LABORATÓRIO	R$55,00	R$2.750,00
8	100,00	CX	ANTIPULGAS PARA CÃES E GATOS	ZOEIS	ZOEIS	R$130,00	R$13.000,00

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

			20,1 - 40 KG - 3 COMPRIMIDOSANTIPULGAS PARA CÃES E GATOS 20,1 - 40 KG - 3 COMPRIMIDOS				
9	25,00	FRC	CALMANTE PARA EQUINOS SUPLEMENTO TRIPTOCALM LAVIZOO 35G	Triptocalm	Triptocalm	R$24,00	R$ 600,00
10	400,00	CX	CAPSTAR 57MG: ANTIPULGAS PARA CÃES DE 11,4 A 57 KG CAPSTAR 57MG:ANTIPULGAS PARA CÃES DE 11,4 A 57 KG 1 COMPRIMIDO	LABORATÓRIO	LABORATÓRIO	R$15,00	R$6.000,00
11	50,00	UND	CATÉTER NÚMERO 14	Solidor	Solidor	R$1,00	R$ 50,00
12	50,00	UND	CATÉTER NÚMERO 16	Solidor	Solidor	R$1,07	R$ 53,50
13	500,00	CX	CEFADROXILA 220MG ANTIMICROBIANO PARA CÃES E GATOS 10COMPRIMIDOS	LABORATÓRIO	LABORATÓRIO	R$24,40	R$12.200,00
14	400,00	CX	CEFALEXINA CEFALEXINA,150	Falexyl	Falexyl	R$24,00	R$9.600,00

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

			MG/12 COMPRIMIDOS				
15	100,00	AMP	CEFALEXINA INJETÁVEL VETERINÁRIA 100 mg/ml.- FRASCO-AMPOLA 10ML	Falexyl	Falexyl	R$66,00	R$6.600,00
16	70,00	CX	CITONEURIN 5000 INJETÁVEL	PERINI	PERINI	R$18,99	R$1.329,30
17	80,00	FRC	DEXAMETASONA INJETÁVEL 50 ML DEXAMETASONA INJETÁVEL 50 ML	CHEMITEC	CHEMITEC	R$7,80	R$ 624,00
18	300,00	AMP	Diazepam injetável 10 mg/2 mL ampola 2 mL	neoquímica	neoquímica	R$1,70	R$ 510,00
19	50,00	FRC	DIPIRONA SÓDICA 500MG D-500 ANALGÉSICO INJETÁVEL	neoquímica	neoquímica	R$7,00	R$ 350,00
20	50,00	CX	DORAMECTINA INJETÁVEL 1 50ML	Doragold	Doragold	R$23,00	R$1.150,00
21	50,00	CX	DOXICICLINA COMPRIMIDO 100 MG CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS	BIOVET	BIOVET	R$23,00	R$1.150,00
22	25,00	FRC	ELOXICAM 0,2 20 ML INJETÁVEL	CHEMITEC	CHEMITEC	R$16,90	R$ 422,50
23	200,00	CX	ENROFLOXACINA 50MG	DECHRA	DECHRA	R$4,90	R$ 980,00

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

			ENROFLOXACINA 50MG 10 COMPRIMIDOS				
24	30,00	FRC	FLUNIXINA MEGLUMINA INJETÁVEL 50MG/ML (5)	Flunixina	Flunixina	R$41,00	R$1.230,00
25	20,00	FRC	GENTASILSOL INJETÁVEL 100 ML	VANSI L	VANSIL	R$ 20,00	R$ 400,00
26	50,00	FRC	IVERMECTINA INJETÁVEL 50 ML IVERMECTINA INJETÁVEL 50 ML	MICROSUL ES	MICROSULES	R$ 7,00	R$ 350,00
27	200,00	CX	IVERMECTINA MECTMAX 3MG AGENER UNIÃO PARA CÃES E GATOS IVERMECTINA MECTMAX 3MG AGENER UNIÃO PARA CÃES E GATOS - 4 COMPRIMIDOS	MECTIMAX	MECTIMAX	R$ 7,00	R$ 1.400,00
28	50,00	CX	IVERMECTINA ORAL 6MG CAIXA COM 4	MICROSUL ES	MICROSULES	R$ 7,80	R$ 390,00
29	80,00	FRC	KETAMINA 50 ML. KETAMINA 50 ML	Syntec	Syntec	R$ 107,00	R$ 8.560,00
30	80,00	AMP	MAXICAM INJETÁVEL 2 - 50 ML	BIOFA RM	BIOFA RM	R$ 90,00	R$ 7.200,00

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

31	200,00	CX	Maxicam Ourofino 2mg 10 Comprimidos Para Cães Porte Médio e Grande	Maxic am	Maxica m	R$ 13,00	R$ 2.600,00
32	50,00	CX	MERCEPTON INJETÁVEL, 20 ML ANTITÓXICO DE USO MERCEPTON INJETÁVEL, 20 ML ANTITÓXICO DE USO VETERINÁRIO	Merce pton	Mercep ton	R$ 7,00	R$ 350,00
33	20,00	FRC	MERCEPTON ORAL 20 ML, ANTITÓXICO DE USO VETERINÁRIO	Merce pton	Mercep ton	R$ 9,00	R$ 180,00
34	200,00	AMP	Morfina injetável veterinária 10 mg/mL ampola 1 mL	Dimorf	Dimorf	R$ 2,00	R$ 400,00
35	25,00	FRC	OCITOCINA, ESTIMULANTE DE PARTO-UCBVET 50 ML	LABORATÓRIO	LABORATÓRIO	R$ 6,00	R$ 150,00
36	40,00	CX	PENTABIÓTICO 6.000.000/ 15 ML CADA FRASCO-AMPOLA (8,6G) COMPÓ CONTÉM:BENZILPENICILINA BENZATINA 3.000.000 UI: BENZILPE	LABORATÓRIO	LABORATÓRIO	R$ 19,00	R$ 760,00

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

			N PENTABIÓTICO 6.000.000/ 15 ML CADA FRASCO-AMPOLA (8,6G) COM PÓ CONTÉM:BENZILPENICILINA BENZATINA 3.000.000 UI: BENZILPENICILINA PROCAÍNA 1.500.00 UI: BENZIPENICILINA POSTÁSSICA 1.500.000 UI:DIIDROESTREPTOMICINA BASE (SULFATO) 1.250MG:ESTREPTOMICINA BASE (SULFATO) 1.250 MG: AMPOLA COM DILUENTE ÁGUA DESTILADA ESTÉRIL 15 ML.INDICAÇÃO:BRUCELOSE,DIARRÉIAS,MASTITES,ACTINOMICOSE,RINITES, PEUMONIAS, MENINGITES, LESPTOSPIROSE,VIBRIOSE,ARTRITE,ABORT				

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

			OS,ERISIPELA,CARBUNCULO E TUBERCULOSE.USADO EM BOVINIOS, EQUINOS,SUÍNOS,CARPRINOS,OVINOS, CÃES EGATOS. CAIXA COM 25 UNIDADES.				
37	100,00	BIS	POMADA ANTI-INFECCIOSA, EPITELISANTE E CICATRIZANTE POMADA ANTI-INFECCIOSA, EPITELISANTE E CICATRIZANTE PARA CÃES E GATOS, 20 G.	Vetagl os	Vetaglo s	R$ 27,00	R$ 2.700,00
38	100,00	CX	Prednizolona 20mg, oral /comprimido cx	Predn on	Predno n	R$ 7,00	R$ 700,00
39	100,00	CX	PROBIÓTICO EQUINOS 34 GR PARA CAVALO	Vetnil	Vetnil	R$ 17,00	R$ 1.700,00
40	240,00	UND	PROBIÓTICO PARA CÃES E GATOS COM 14G	ZOETI S	ZOETI S	R$ 14,00	R$ 3.360,00
41	80,00	AMP	Propofol injetável 10 mg/mL frasco-	Propo vet	Propov et	R$ 70,00	R$ 5.600,00

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

			ampola 20 mL				
42	25,00	CX	REVOLUTION GATOS 2 À 8 KG. REVOLUTION GATOS 2 À 8 KG	ZOETI S	ZOETI S	R$ 55,00	R$ 1.375,00
43	40,00	FRC	SEDATIVO ORAL ACEPRAN 10 ML	VETNI L	VETNIL	R$ 20,00	R$ 800,00
44	30,00	FRC	SORO ANTITETÂNICO LIOFILIZADO PARA EQUINOS, BOVINOS-5ML	Sorofa rm	Sorofar m	R$ 13,53	R$ 405,90
45	50,00	FRC	SORO VITAMINADO PARA EQUINOS 500ML	Sorofa rm	Sorofar m	R$ 20,00	R$ 1.000,00
46	25,00	FRC	SPRAY PRATA 200ML KONIG LARVICIDA E CICATRIZANTE	ORGANNAC T	ORGANNACT	R$ 15,00	R$ 375,00
48	50,00	FRC	TANIDIL EM PÓ 200 G	Tanicid	Tanicid	R$ 20,00	R$ 1.000,00
49	100,00	AMP	TILETAMINA ZOLAZEPAM, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL CONCENTRAÇÃO: 50 MG DE TILETAMINA 50 TILETAMINA ZOLAZEPAM, FORMA FARMACÊ	Telazol	Telazol	R$ 330,00	R$ 33.000,00

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

			UTICA: PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL CONCENTRAÇÃO: 50 MG DE TILETAMINA 50 MG DE ZOLAZEPAM POR FRASCO (OU EQUIVALENTE) APRESENTAÇÃO: FRASCO-AMPOLA ACOMPANHADO DE DILUENTE, USO: ANESTÉSICO DISSOCIATIVO DE USO VETERINÁRIO,INDICAÇÃO: CONTENÇÃO E ANESTESIA GERAL EM PEQUENOS E GRANDES ANIMAIS				
50	30,00	CX	UNGUENTO 200G CICATRIZANTE REPELENTE CAVALO	Chemi tec	Chemit ec	R$ 21,00	R$ 630,00
51	50,00	AMP	VACINA ANTIRRÁBICA MULTI 50ML (25 DOSES VACINA ANTIRRÁBICA MULTI	Labov et	Labove t	R$ 99,46	R$ 4.973,00

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

			50ML (25 DOSES				
52	50,00	AMP	VACINA CONTRA A ENCEFALO MIELITE PARA EQUINOS	Labov et	Labove t	R$ 96,47	R$ 4.823,50
53	50,00	AMP	VACINA LEPTO EQUUS 2ML	Labov et	Labove t	R$ 33,68	R$ 1.684,00
54	2.000,00	AMP	Vacina múltipla canina V12 dose 1 mL	Labov et	Labove t	R$ 67,00	R$ 134.000,00
55	70,00	FRC	VERMIFUG O PARA CÃES E GATOS FILHOTES 20 ML	LABO RATÓ RIO	LABOR ATÓRI O	R$ 9,00	R$ 630,00
56	100,00	FRC	VERMÍFUG O SUSPENSÃ O ORAL CÃES ADULTOS 20ML	VANSI L	VANSIL	R$ 22,00	R$ 2.200,00
57	30,00	FRC	VITAMINA B12 50.000 PARA CAVALOS	Monov in	Monovi n	R$ 100,00	R$ 3.000,00
58	50,00	FRC	VITAMINA K FRASCO DE 20 ML VITAMINA K ;SOLUÇÃO INJETÁVE L A BASE DE MENADIO NA. FRASCO COM 20 ML	LABO VET	LABOV ET	R$ 14,00	R$ 700,00
59	80,00	FRC	XILAZINA 50 ML. XILAZINA 50 ML	SYNT EC	SYNTE C	R$ 60,00	R$ 4.800,00
Total R$ 304.165,70 (Trezentos e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e setenta centavos)							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

3.1. O órgão gerenciador será a **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS.**

4. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste certame por órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento inicial pois a legislação vigente autoriza essa prática sob a condição de não participantes garantindo a economicidade e a eficiência administrativa.
4.2. Para que essa adesão seja efetivada o órgão interessado deverá apresentar uma justificativa clara que demonstre a vantagem dessa medida abrangendo inclusive situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público além de comprovar formalmente que os valores registrados nesta ata permanecem compatíveis com os preços praticados pelo mercado local na forma exigida pela lei.
4.3. É imperioso também que o órgão interessado realize consulta prévia e obtenha a aceitação expressa tanto deste órgão gerenciador quanto do fornecedor registrado pois a adesão não pode prejudicar as obrigações inicialmente assumidas com a nossa Administração.
4.4. A faculdade de aderir a esta ata de registro de preços poderá ser exercida por órgãos e entidades da Administração Pública federal estadual distrital e municipal considerando as alterações legais recentes que ampliaram essas possibilidades.
4.5. No caso específico de adesão por outros órgãos e entidades da Administração Pública municipal a esta ata gerenciada por nosso município a operação é perfeitamente legal e permitida desde que o nosso sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante processo licitatório prévio como é o caso deste certame garantindo assim a ampla concorrência e a transparência exigidas pela norma.
4.6. Para manter o equilíbrio contratual e não sobrecarregar a capacidade de fornecimento da empresa vencedora as aquisições ou contratações adicionais decorrentes dessas adesões não poderão exceder de forma individualizada para cada órgão ou entidade aderente o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório que foram originalmente registrados nesta ata para o órgão gerenciador e para os eventuais órgãos participantes.
4.7. Além do limite individual o quantitativo global decorrente das adesões a esta ata de registro de preços não poderá exceder na sua totalidade ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes independentemente do número de órgãos não participantes que venham a formalizar a adesão pois essa trava legal garante que o objeto principal da licitação não seja desvirtuado e que o fornecedor consiga honrar com excelência todos os compromissos assumidos.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano** contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) podendo ser prorrogada por igual período mediante a anuência expressa do fornecedor e desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados para a Administração. A efetivação dessa prorrogação de vigência importará expressamente na renovação integral dos quantitativos inicialmente registrados para o novo período garantindo assim o reabastecimento contínuo do órgão gerenciador e

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

dos possíveis participantes conforme as necessidades estimadas no planejamento da contratação e desde que a renovação quantitativa permaneça justificada frente à realidade do mercado.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. **DAS PENALIDADES**

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATO

11.1. Em observância ao disposto no artigo 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 1.095/2024, fica desde já estabelecido que, quando da formalização de contrato, emissão de nota de empenho, autorização de fornecimento ou ordem de execução decorrentes desta Ata de Registro de Preços, incidirá a **Taxa de Administração de Contrato**, correspondente a **1,5% (um vírgula cinco por cento)** sobre o valor da contratação, a ser recolhida no ato da consolidação dos respectivos pagamentos realizados pelo Município de Simão Dias/SE.

§1º. A referida taxa será destinada ao Fundo Municipal Desenvolve Simão Dias, nos termos da legislação municipal vigente.

§2º. A efetivação dos pagamentos aos fornecedores/contratados estará condicionada à comprovação de regularidade com os preceitos de sustentabilidade econômica, social e ambiental estabelecidos pela legislação municipal, mediante a emissão de **certidão específica de regularidade**, conforme §1º do art. 5º da Lei Complementar nº 1.095/2024.

§3º. Nos termos do §2º do art. 5º da Lei Complementar nº 1.095/2024, **não incidirá a Taxa de Administração de Contrato** nas hipóteses abaixo:

I – quando se tratar de contrato de prestação de serviços públicos explorados mediante concessão, dispensados de procedimento licitatório para contratação com o Município;

II – quando o valor do contrato, fornecimento ou serviço for **inferior a 01 (um) salário mínimo nacional vigente** à época da formalização

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste,

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS

encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **2 (duas)** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Simão Dias, 14 de setembro de 2026

_____
Sr. CLAUDIANO SOARES DE SANTANA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIMÃO DIAS
ORGAO GERENCIADOR

_____
PHOENIX SOLUCOES E REALIZACOES LTDA
CNPJ: 46.740.385/0001-24
FORNECEDOR

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2026 - PMSD

O MUNICÍPIO DE **SIMÃO DIAS.** por intermédio do(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS**, com sede na Rua Presidente Vargas, 129 – Centro de SIMÃO DIAS - Sergipe, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 13.108.089/0001-56, neste ato representada por seu Prefeito o Sr. CRISTIANO VIANA MENESES, doravante denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **032/2026**, processo administrativo n.º **071/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS, SERGIPE**, especificado(s) no Termo de Referência, anexo I do Edital do PREGÃO na forma ELETRÔNICA de nº **032/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: JOSE EVANILDO DE JESUS SOUZA CNPJ: 19.102.027/0001-13
Representante: JOSE EVANILDO DE JESUS SOUZA
Telefone: (79) 9935-4415
E-mail: anninha1997@icloud.com
Endereço: TRAVESSA JOAO ANTONIO DE SANTANA, 885 - CENTRO, Simão Dias - Sergipe - 49480-000

Lote	Quant	Unid	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
1	660,00	UND	FORÇA DE PNEU CATEGORIA LEVE A QUENTE. PNEUS ARO R13, R14, R15 E R16FORÇA DE PNEU CATEGORIA LEVE A	SERVIÇO	SERVIÇO	R$22,00	R$14.520,00

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

			QUENTE. PNEUS ARO R13, R14, R15 E R16.SERVIÇO COM USO DE TÉCNICA CONSISTENTE COM INSERIR INTERNAMENTE DISCO DE BORRACHA COM PRESSÃO QUENTE E SELANTE VEDANDO A AVARIA DOPNEU.				
1	200,00	UND	FORÇA DE PNEU CATEGORIA MÁQUINAS AGRÍCULAS A QUENTE. PNEUS ARO R30,R32 E R34 (TRASEIRO) E ARO R18 E R24 (DIANTEIRO). FORÇA DE PNEU CATEGORIAMÁ QUINAS AGRÍCULAS A QUENTE. PNEUS ARO R30, R32 E R34 (TRASEIRO) E AROR18 E R24 (DIANTEIRO). SERVIÇO COM USO DE TÉCNICA CONSISTENTE COMINSERIR INTERNAMENTE DISCO DE BORRACHA COM PRESSÃO QUENTE ESELANTE	SERVIÇO	SERVIÇO	R$70,00	R$14.000,00

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

			VEDANDO A AVARIA DO PNEU.				
1	205,00	UND	FORÇA DE PNEU CATEGORIA PESADO A QUENTE. PNEUS ARO R17.5, R20 E R22.5.FORÇA DE PNEU CATEGORIA PESADO A QUENTE. PNEUS ARO R17.5, R20 E R22.5.SERVIÇO COM USO DE TÉCNICA CONSISTENTE COM INSERIR INTERNAMENTE DISCO DE BORRACHA COM PRESSÃO QUENTE E SELANTE VEDANDO A AVARIA DOPNEU.	SERVIÇO	SERVIÇO	R$55,00	R$11.275,00
1	12,00	SV	RECAPAGEM DE PNEU DA RETROESCAVADEIRA DIANTEIRO, XCMG 12.5/80 18	SERVIÇO	SERVIÇO	R$650,00	R$7.800,00
1	90,00	UND	RECAPAGEM DE PNEU PARA CAÇAMBA E ÔNIBUS 275/80 R22.5	SERVIÇO	SERVIÇO	R$480,00	R$43.200,00
1	32,00	SV	RECAPAGEM DE PNEU TRASEIRO DA PATROL E PÁ CARREGADEIRA ,17.5/25	SERVIÇO	SERVIÇO	R$1.050,00	R$33.600,00

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

1	12,00	SV	RECAPAGEM DO PNEU TRASEIRO DA RETROESCAVADEIRA XCMG,19-5-24	SERVIÇO	SERVIÇO	R$1.100,00	R$13.200,00
1	175,00	UND	SERVIÇO DE FORÇA DE PNEUS DE GRANDE PORTE COM DESLOCAMENTO SERVIÇODE FORÇA DE PNEUS DE GRANDE PORTE COM DESLOCAMENTO PARA SERVIÇOSIN-LOCO. DESLOCAMENTO RELATIVO AO ATENDIMENTO DE BORRACHARIA FORADE SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL, EM TODO TERRITÓRIO DO MÚNICIPIO.SEM LIMITES DE DISTANCIA.	SERVIÇO	SERVIÇO	R$120,00	R$21.000,00
1	20,00	UND	TIP TOP DE PNEU CATEGORIA MÁQUINAS AGRÍCULAS E TRATORES COMMANCHÕES DE DANOS PASSANTES E NÃO	SERVIÇO	SERVIÇO	R$25,50	R$ 510,00

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

			PASSANTES EM ATÉ 75MM.				
1	140,00	UND	TIP TOP DE PNEU CATEGORIA MÁQUINAS PESADAS TIP TOP DE PNEU CATEGORIAMÁ QUINAS PESADAS COM MANCHÕES DE DANOS PASSANTES E NÃOPASSANTES .	SERVIÇO	SERVIÇO	R$20,00	R$2.800,00
1	620,00	UND	TIP TOP DE PNEU CATEGORIA PARA VEÍCULOS LEVES. TIP TOP DE PNEUCATEGORI A PARA VEÍCULOS LEVES COM MANCHÕES DE DANOS PASSANTES ENÃO PASSANTES.	SERVIÇO	SERVIÇO	R$15,00	R$9.300,00
1	50,00	SV	TROCA DE VÁLVULA (PITO) PARA PNEU DA LINHA AGRÍCULA TIPO TRATORES DEMÁQUINAS. INCLUSO MATERIAL.	SERVIÇO	SERVIÇO	R$12,00	R$ 600,00
1	320,00	SV	TROCA DE VÁLVULA (PITO) PARA PNEU DA LINHA LEVE TIPO CARROS DE	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 8,00	R$2.560,00

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

			PASSEIO.INCLUSO MATERIAL.				
1	80,00	SV	TROCA DE VÁLVULA (PITO) PARA PNEU DA LINHA PESADA DO TIPO CAMINÕES EÔNIBUS. INCLUSO MATERIAL.	SERVIÇO	SERVIÇO	R$12,00	R$ 960,00
1	220,00	UND	VULCANIZAÇÃO DE PNEU CATEGORIA MÁQUINAS PESADAS VULCANIZAÇÃO DEPNEU CATEGORIA MÁQUINAS PESADAS COM MANCHÕES DE DANOS PASSANTESE NÃO PASSANTES.	SERVIÇO	SERVIÇO	R$240,00	R$52.800,00
1	725,00	UND	VULCANIZAÇÃO DE PNEU CATEGORIA VEÍCULOS LEVES VULCANIZAÇÃO DE PNEUCATEGORIA VEÍCULOS LEVES COM MANCHÕES DE DANOS PASSANTES E NÃOPASSANTES.	SERVIÇO	SERVIÇO	R$35,00	R$25.375,00
1	390,00	UND	VULCANIZAÇÃO DE PNEU CATEGORIA VEÍCULOS PESADOS	SERVIÇO	SERVIÇO	R$120,00	R$46.800,00

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

			(ÔNIBUS ECAMINHÕES) VULCANIZAÇÃO DE PNEU CATEGORIA VEÍCULOS PESADOS (ÔNIBUSE CAMINHÕES) COM MANCHÕES DE DANOS PASSANTES E NÃO PASSANTES.				
1	140,00	UND	TIP TOP DE PNEU CATEGORIA PARA VEÍCULOS PESADOS (ÔNIBUS E CAMINHÕES)TIP TOP DE PNEU CATEGORIA PARA VEÍCULOS PESADOS (ÔNIBUS E CAMINHÕES)COM MANCHÕES DE DANOS PASSANTES E NÃO PASSANTES.	SERVIÇO	SERVIÇO	R$25,00	R$3.500,00
1	180,00	UND	FORÇA DE PNEU PARA MOTO	SERVIÇO	SERVIÇO	R$15,00	R$2.700,00
Total R$ 306.500,00 (Trezentos e seis mil e quinhentos reais)							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS.**

3.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

3.2.1. **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMÃO DIAS**, com sede na Rua Francino da Silveira Deda, 88, Centro de SIMÃO DIAS - Sergipe, inscrito no CNPJ nº 11.634.081/0001-06, neste ato representada por seu Secretário o Sr. **CLAUDIANO SOARES DE SANTANA.**

3.2.2. **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SIMÃO DIAS**, com sede na Praça José Barreto, 39, Centro de SIMÃO DIAS - Sergipe, inscrito no CNPJ nº 14.798.445/0001-73, neste ato representada por seu Secretário o Sr. **RICARDO JESUS DOS SANTOS.**

4. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste certame por órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento inicial pois a legislação vigente autoriza essa prática sob a condição de não participantes garantindo a economicidade e a eficiência administrativa.
4.2. Para que essa adesão seja efetivada o órgão interessado deverá apresentar uma justificativa clara que demonstre a vantagem dessa medida abrangendo inclusive situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público além de comprovar formalmente que os valores registrados nesta ata permanecem compatíveis com os preços praticados pelo mercado local na forma exigida pela lei.
4.3. É imperioso também que o órgão interessado realize consulta prévia e obtenha a aceitação expressa tanto deste órgão gerenciador quanto do fornecedor registrado pois a adesão não pode prejudicar as obrigações inicialmente assumidas com a nossa Administração.
4.4. A faculdade de aderir a esta ata de registro de preços poderá ser exercida por órgãos e entidades da Administração Pública federal estadual distrital e municipal considerando as alterações legais recentes que ampliaram essas possibilidades.
4.5. No caso específico de adesão por outros órgãos e entidades da Administração Pública municipal a esta ata gerenciada por nosso município a operação é perfeitamente legal e permitida desde que o nosso sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante processo licitatório prévio como é o caso deste certame garantindo assim a ampla concorrência e a transparência exigidas pela norma.
4.6. Para manter o equilíbrio contratual e não sobrecarregar a capacidade de fornecimento da empresa vencedora as aquisições ou contratações adicionais decorrentes dessas adesões não poderão exceder de forma individualizada para cada órgão ou entidade aderente o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório que foram originalmente registrados nesta ata para o órgão gerenciador e para os eventuais órgãos participantes.
4.7. Além do limite individual o quantitativo global decorrente das adesões a esta ata de registro de preços não poderá exceder na sua totalidade ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes independentemente do número de órgãos não participantes que venham a formalizar a adesão pois essa trava legal garante que o objeto principal da licitação não seja desvirtuado e que o fornecedor consiga honrar com excelência todos os compromissos assumidos.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano** contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) podendo ser prorrogada por igual período mediante a anuência expressa do fornecedor e desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados para a Administração. A efetivação dessa prorrogação de vigência importará expressamente na renovação integral dos quantitativos inicialmente registrados para o novo período garantindo assim o reabastecimento contínuo do órgão gerenciador e dos possíveis participantes conforme as necessidades estimadas no planejamento da contratação e desde que a renovação quantitativa permaneça justificada frente à realidade do mercado.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATO

11.1. Em observância ao disposto no artigo 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 1.095/2024, fica desde já estabelecido que, quando da formalização de contrato, emissão de nota de empenho, autorização de fornecimento ou ordem de execução decorrentes desta Ata de Registro de Preços, incidirá a **Taxa de Administração de Contrato**, correspondente a **1,5% (um vírgula cinco por cento)** sobre o valor da contratação, a ser recolhida no ato da consolidação dos respectivos pagamentos realizados pelo Município de Simão Dias/SE.

§1º. A referida taxa será destinada ao Fundo Municipal Desenvolve Simão Dias, nos termos da legislação municipal vigente.

§2º. A efetivação dos pagamentos aos fornecedores/contratados estará condicionada à comprovação de regularidade com os preceitos de sustentabilidade econômica, social e ambiental estabelecidos pela legislação municipal, mediante a emissão de **certidão específica de regularidade**, conforme §1º do art. 5º da Lei Complementar nº 1.095/2024.

§3º. Nos termos do §2º do art. 5º da Lei Complementar nº 1.095/2024, **não incidirá a Taxa de Administração de Contrato** nas hipóteses abaixo:

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

EXTRATO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS

I – quando se tratar de contrato de prestação de serviços públicos explorados mediante concessão, dispensados de procedimento licitatório para contratação com o Município;

II – quando o valor do contrato, fornecimento ou serviço for **inferior a 01 (um) salário mínimo nacional vigente** à época da formalização

12. **CONDIÇÕES GERAIS**

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **2 (duas)** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Simão Dias, 28 de agosto de 2026

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS- SE
Sr. CRISTIANO VIANA MENESES
ORGAO GERENCIADOR

_____
JOSE EVANILDO DE JESUS SOUZA
CNPJ: 19.102.027/0001-13
FORNECEDOR

RUA PRESIDENTE VARGAS CEP: 49.480-000
TELEFONE: (79)36111-211
EMAIL: gabinete@simaodias.se.gov.br

DECRETO

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 179/2026
DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Regulamenta o processo de concessão de subvenção econômica a empreendedores no âmbito do Programa Desenvolve Simão Dias, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 1.095, de 18 de dezembro de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS/SE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, I, alínea "b" da Lei Orgânica do Município e o art. 8º da Lei Complementar Municipal nº 1.095, de 18 de dezembro de 2024, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, inciso XVI, da Lei Complementar Municipal nº 1.095/2024, que autoriza expressamente a concessão de subvenção econômica, total ou parcial, de projetos e ações voltados ao desenvolvimento econômico do Município de Simão Dias/SE, no âmbito do Programa Desenvolve Simão Dias;

CONSIDERANDO o art. 2º, § 2º, da mesma Lei, que condiciona o acesso dos empreendedores ao benefício aos termos de regulamentação específica, tornando necessária a edição do presente Decreto para dar plena eficácia ao referido dispositivo;

CONSIDERANDO o art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que condiciona a destinação de recursos públicos ao setor privado a autorização legal específica, ao atendimento das condições da lei de diretrizes orçamentárias e à previsão orçamentária, requisitos todos satisfeitos pela Lei Complementar Municipal nº 1.095/2024 e pela Lei Orçamentária Anual vigente;

CONSIDERANDO os arts. 12, § 3º, inciso II, e 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, que disciplinam as subvenções econômicas como instrumento legítimo de fomento público ao setor produtivo;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer regras claras, transparentes e isonômicas para a seleção de beneficiários, a formalização dos repasses, a execução dos projetos, a prestação de contas e a restituição de recursos, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, nos termos do art. 8º e do art. 2º, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 1.095, de 18 de dezembro de 2024, o processo de concessão de subvenção econômica a empreendedores no âmbito do Programa Desenvolve Simão Dias, disciplinando

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

DECRETO

as condições de acesso, os critérios de seleção, a formalização dos repasses, a execução, a prestação de contas e as sanções aplicáveis.

Art. 2º. A concessão de subvenção econômica de que trata este Decreto tem por finalidade fomentar o empreendedorismo e o fortalecimento de pequenos negócios inovadores no Município de Simão Dias/SE, contribuindo para a geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico local, em consonância com os objetivos do Programa Desenvolve Simão Dias.

Art. 3º. Para os fins deste Decreto, consideram-se:

I – empreendedor: a pessoa física, a pessoa jurídica enquadrada como Microempreendedor Individual (MEI) ou qualquer forma associativa de micro e pequeno porte que tenha por função básica a produção de bens ou a prestação de serviços, na forma do art. 2º, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 1.095/2024;
II – subvenção econômica: a transferência de recursos públicos municipais ao setor privado, a fundo perdido, destinada à cobertura de despesas vinculadas ao desenvolvimento, à modernização e à inovação de negócios selecionados por chamamento público;
III – Termo de Outorga de Subvenção Econômica: instrumento jurídico de direito público que formaliza a concessão individual da subvenção entre o Município, por intermédio da SEMDE, e o empreendedor beneficiário;
IV – chamamento público: procedimento administrativo de seleção, regido por edital público, destinado à escolha das melhores propostas de negócios a serem apoiadas com recursos do Fundo Municipal Desenvolve Simão Dias;
V – prestação de contas: conjunto de documentos técnicos e financeiros apresentados pelo beneficiário à SEMDE para comprovação da regular aplicação dos recursos da subvenção econômica recebida.

CAPÍTULO II
DOS RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 4º. Os recursos destinados à concessão de subvenção econômica serão provenientes do Fundo Municipal Desenvolve Simão Dias, instituído pelo art. 4º da Lei Complementar Municipal nº 1.095/2024, administrado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDE) e supervisionado pelo Conselho Gestor Desenvolve Simão Dias.

Art. 5º. A realização de despesas com subvenção econômica observará, em cada exercício financeiro, a dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual, na Ação 6341 – Manutenção do Fundo Municipal Desenvolve Simão Dias, Elemento de Despesa 33604500 – Subvenções Econômicas, Fonte de Recurso 15010000 – Outros Recursos não Vinculados, ou na dotação que vier a substituí-la, respeitados os limites de empenho e os requisitos dos arts. 15, 16 e 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 6º. O valor individual da subvenção econômica por projeto selecionado será definido em cada edital de chamamento público, respeitando o montante global aprovado na dotação orçamentária específica do exercício.

DECRETO

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art. 7º. A seleção dos beneficiários da subvenção econômica será realizada exclusivamente por meio de chamamento público, instruído por edital publicado no Diário Oficial do Município, observados os princípios da isonomia, da impessoalidade, da publicidade e da motivação.

Art. 8º. O edital de chamamento público conterá, obrigatoriamente:

I – objeto, justificativa e setores ou temáticas prioritárias;
II – fundamento legal e dotação orçamentária;
III – valor global disponível e valores unitários por beneficiário;
IV – condições, critérios e requisitos para participação, observadas as disposições relativas à inclusão, à igualdade de oportunidades e ao atendimento das finalidades sociais previstas no edital;
V – vedações e impedimentos;
VI – fases e critérios de avaliação e seleção, com respectivos pesos;
VII – cronograma de execução do certame e do projeto;
VIII – itens financiáveis e não financiáveis;
IX – exigência, percentual e forma de comprovação da contrapartida financeira obrigatória;
X – condições de formalização, repasse e execução;
XI – requisitos e prazos da prestação de contas;
XII – rito de recursos administrativos;
XIII – disposições sobre proteção de dados pessoais (LGPD) e propriedade intelectual;
XIV – sanções aplicáveis em caso de inadimplemento.

Art. 9º. A avaliação e a seleção das propostas serão conduzidas por Comissão de Avaliação e Seleção (CAS), designada por ato da SEMDE, podendo contar com membros técnicos de instituições parceiras, sujeitos a compromisso formal de confidencialidade quanto ao conteúdo das propostas.

Art. 10. Os resultados preliminares e finais de cada fase do chamamento público serão publicados no Diário Oficial do Município, assegurado o direito de recurso administrativo ao proponente, nos prazos fixados no edital.

CAPÍTULO IV
DA FORMALIZAÇÃO E DO REPASSE

Art. 11. A concessão da subvenção econômica será formalizada mediante a celebração do Termo de Outorga de Subvenção Econômica entre o Município de Simão Dias/SE, representado pela SEMDE, e o empreendedor beneficiário selecionado, com publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município.

Art. 12. O Termo de Outorga de Subvenção Econômica conterá, no mínimo:

I – qualificação completa das partes;

DECRETO

II – objeto e finalidade da subvenção;
III – valor total da subvenção;
IV – plano de aplicação aprovado, com descrição dos itens financiáveis;
V – prazo de execução e data limite para apresentação da prestação de contas;
VI – dados da conta corrente específica do projeto;
VII – obrigações do beneficiário e do Município;
VIII – condições de rescisão e de restituição dos recursos;
IX – cláusula de proteção à propriedade intelectual e ao segredo de negócio;
X – cláusula de proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD);
XI – foro eleito para dirimir controvérsias.

Art. 13. Os recursos da subvenção serão repassados em parcela única, mediante crédito na conta corrente específica do projeto, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Termo de Outorga e da publicação de seu extrato, condicionado à comprovação do depósito da contrapartida financeira.

Art. 14. A movimentação da conta específica do projeto restringir-se-á às despesas aprovadas no plano de aplicação, vedados saques em espécie não vinculados a pagamento comprovado por documento fiscal idôneo.

CAPÍTULO V
DA EXECUÇÃO DO PROJETO

Art. 15. O prazo para execução do projeto será estabelecido no respectivo edital de chamamento público, observado o período mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da data do efetivo crédito dos recursos na conta corrente específica do projeto.

Art. 16. São financiáveis com recursos da subvenção econômica exclusivamente despesas realizadas após a assinatura do Termo de Outorga e o crédito dos recursos, diretamente vinculados ao desenvolvimento, à modernização e à inovação do negócio objeto do projeto aprovado, conforme plano de aplicação pactuado.

Parágrafo único. O edital de chamamento público especificará, de forma detalhada, os itens financiáveis e as vedações aplicáveis a cada processo seletivo, podendo a SEMDE autorizar, mediante justificativa técnica, remanejamentos de até 20% (vinte por cento) entre rubricas do plano de aplicação, sem alteração do valor total.

Art. 17. São vedadas, em qualquer hipótese, as seguintes destinações dos recursos da subvenção:

I – pagamento de salários, encargos sociais, gratificações ou pró-labore do proponente, de sócios ou de empregados;
II – quitação de dívidas anteriores à assinatura do Termo de Outorga;
III – despesas correntes de manutenção ordinária do negócio, não vinculadas à inovação objeto do projeto;
IV – aquisição de imóveis ou de veículos de uso geral;
V – despesas com alimentação, recepções e entretenimento;

DECRETO

VI – bens de uso pessoal sem exclusividade de emprego na atividade empresarial.

CAPÍTULO VI
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 18. O beneficiário apresentará à SEMDE a prestação de contas final, composta pelo Relatório Técnico de Execução e pelo Relatório Financeiro, após o encerramento do prazo de execução fixado no Termo de Outorga.

Art. 19. O Relatório Técnico de Execução conterá a descrição das atividades realizadas, o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, os indicadores de inovação e produtividade obtidos e o registro fotográfico das aquisições e adequações realizadas.

Art. 20. O Relatório Financeiro conterá as notas fiscais e recibos comprobatórios de todas as despesas realizadas, o extrato completo da conta específica do projeto e os documentos comprovantes da aplicação da contrapartida financeira.

Art. 21. A prestação de contas será analisada pela SEMDE, com o parecer da Secretaria Municipal de Controle Interno, e concluirá pela aprovação, pela aprovação com ressalvas ou pela reprovação, devidamente motivada.

Art. 22. O saldo de recursos não aplicados ao término da execução será restituído pelo beneficiário, em conta de titularidade do Município de Simão Dias/SE, indicada pela Secretaria Municipal de Finanças e Tributos (SEMFT), no mesmo prazo da prestação de contas, com a juntada do respectivo comprovante de recolhimento.

Art. 23. O beneficiário manterá a guarda dos documentos originais da prestação de contas pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação das contas, permanecendo à disposição da Secretaria Municipal de Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

CAPÍTULO VII
DAS SANÇÕES E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 24. Constatada a reprovação da prestação de contas, a omissão no dever de prestá-las no prazo fixado, o desvio de finalidade ou a não aplicação total ou parcial dos recursos da subvenção, observar-se-á o seguinte rito:

I – notificação formal do beneficiário, por meio eletrônico com confirmação de recebimento ou por correspondência com aviso de recebimento, para apresentação de defesa prévia ou regularização, no prazo de 15 (quinze) dias corridos;
II – análise da defesa e decisão motivada pela autoridade competente da SEMDE, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
III – mantida a irregularidade, determinação de restituição dos valores impugnados em conta de titularidade do Município de Simão Dias/SE, monetariamente atualizados desde a data do recebimento, no prazo de 15 (quinze) dias;
IV – não ocorrendo a restituição voluntária no prazo fixado: (a) instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação municipal aplicável e das normas do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe; (b) inscrição do débito em dívida ativa

DECRETO

municipal; (c) registro do beneficiário nos cadastros de inadimplentes aplicáveis; e (d) adoção das medidas judiciais cabíveis, sem prejuízo da comunicação ao órgão de controle externo e, quando for o caso, ao Ministério Público.

Art. 25. A utilização dos recursos da subvenção para finalidades vedadas neste Decreto ou no edital acarretará, sem prejuízo das sanções do artigo anterior, a rescisão imediata do Termo de Outorga, com devolução integral dos valores recebidos, monetariamente atualizados, e a proibição de participação em novos chamamentos públicos do Programa Desenvolve Simão Dias pelo prazo de 3 (três) anos.

CAPÍTULO VIII
DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 26. A participação no processo de seleção e a execução do projeto com recursos da subvenção econômica não implicam, em nenhuma hipótese, cessão, licenciamento ou transferência de direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral ao Município de Simão Dias/SE, à SEMDE ou a terceiros.

Parágrafo único. As informações técnicas, comerciais e estratégicas constantes das propostas e dos relatórios de execução serão tratadas como sigilosas e utilizadas exclusivamente para fins de avaliação, seleção, acompanhamento e prestação de contas, obrigando-se os servidores e colaboradores envolvidos ao dever de confidencialidade, sob as penas da lei.

Art. 27. O tratamento dos dados pessoais dos participantes observará a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), realizando-se exclusivamente para as finalidades de execução do chamamento público, cumprimento de obrigações legais e prestação de contas aos órgãos de controle.

Parágrafo único. A utilização de nome, voz e imagem dos beneficiários em ações de divulgação institucional do Programa dependerá de consentimento específico, livre, informado e destacado, colhido em termo próprio no ato da contratualização, podendo ser revogado a qualquer tempo pelo titular.

CAPÍTULO IX
DO MONITORAMENTO E DA GOVERNANÇA

Art. 28. A SEMDE monitorará a execução dos projetos subvencionados, podendo realizar visitas técnicas, solicitar informações complementares e determinar ajustes, sempre que necessário ao bom cumprimento dos objetivos do Programa Desenvolve Simão Dias.

Art. 29. O Conselho Gestor Desenvolve Simão Dias, exercerá a supervisão dos recursos do Fundo Municipal Desenvolve Simão Dias aplicados nos chamamentos públicos regidos por este Decreto, mediante análise periódica dos relatórios de execução e das prestações de contas consolidadas.

Art. 30. A SEMDE elaborará relatório anual de desempenho do Programa, a ser submetido ao Conselho Gestor Desenvolve Simão Dias e publicado no sítio eletrônico oficial da Prefeitura,

DECRETO

contendo, no mínimo, o número de beneficiários atendidos, os valores concedidos, os setores contemplados e os indicadores de impacto econômico local.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Os editais de chamamento público publicados no âmbito do Programa Desenvolve Simão Dias, a partir da vigência deste Decreto, deverão observar suas disposições, podendo detalhar, restringir ou ampliar os critérios e requisitos previstos neste instrumento, desde que em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 1.095/2024 e com a legislação federal aplicável.

Art. 32. Os casos omissos serão dirimidos pela SEMDE, ouvidas, quando necessário, a Assessoria Jurídica do Município, a Secretaria Municipal de Controle Interno e a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Orçamento.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SERGIPE,
em 18 de setembro de 2026.

CRISTIANO VIANA MENESES
Prefeito Municipal

Esta edição encontra-se no site: http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/simaodias

DECRETO

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 180/2026
DE 18 DE SETEMBRO DE 2026

Declara utilidade pública para fins de desapropriação, a área rural abaixo caracterizada e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SIMÃO DIAS/SE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, I, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, e, ainda, o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, em seu art. 5º, alínea "i", e

CONSIDERANDO que o inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, determina que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

CONSIDERANDO que a declaração de utilidade pública far-se-á conforme estabelece o art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941;

CONSIDERANDO que os serviços públicos prestados pela Prefeitura devem atender toda a população simãodiense, abrangendo geograficamente o máximo da extensão territorial do Município;

CONSIDERANDO a disponibilidade de recursos próprios;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a desapropriação do imóvel, visando ao atendimento do interesse público, especialmente para ampliar a Escola Municipal Maria Eloiza Batista dos Santos, visando assegurar condições adequadas para oferta da Educação Infantil à comunidade quilombola atendida pela unidade escolar.

CONSIDERANDO por fim, a Lei Federal nº 13.867/2019, que alterou o Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de **UTILIDADE PÚBLICA**, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, com ônus para o Município, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores, o imóvel rural, com todas as suas construções, edificações e benfeitorias, situado no Povoado Sítio Alto, s/n, Zona Rural, neste Município, medindo área total de 365,65m² (trezentos e sessenta e cinco vírgula sessenta e cinco metro quadrados), com as seguintes dimensões e confrontações:

I - Frente: 10,30m (dez vírgula trinta metros), confrontando com estrada vicinal do Povoado Sítio Alto;
II - Fundos: 10,30m (dez vírgula trinta metros), confrontando com o próprio terreno de Rose Mery;
III - Lateral Direita: 34,50m (trinta e quatro vírgula cinquenta metros), confrontando com o próprio terreno de Rose Mery;

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br

DECRETO

PREFEITURA DE SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

GABINETE DO PREFEITO

IV - Lateral Esquerda: 34,50m (trinta e quatro vírgula cinquenta metros), confrontando com a Escola Municipal Maria Eloiza.

Art. 2º. A área mencionada no art. 1º deste Decreto destina-se à ampliação da Escola Municipal da localidade, visando assegurar condições adequadas para oferta da Educação Infantil à comunidade quilombola atendida pela unidade escolar, bem como assegurar a propriedade definitiva do imóvel para essa finalidade, com fundamento na alínea "m" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. Fica declarado de caráter urgente a presente desapropriação nos termos do artigo 15 do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com Redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Fica a Secretaria Municipal de Finanças e Tributos - SEMFT autorizada a promover, por via administrativa, no caso de anuência ou acordo com o proprietário, ou judicial, os atos necessários, sendo indenizado a quem de direito, nos termos do que dispõe o inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal, em caráter de urgência, necessário a efetivação da desapropriação, tratada no art. 1º, inclusive, devendo proceder com a liquidação e o pagamento da indenização, utilizando para tanto, os recursos próprios alocados.

§1º. O valor total da indenização será de **R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)**.

§2º. Após o pagamento pela via administrativa ou o depósito judicial da justa indenização, fica o Município autorizado a imitir-se na posse do imóvel mencionado no art. 1º deste Decreto, promovendo os atos necessários a fim de atender ao interesse público ora declarado.

Art. 6º. Fica o Município autorizado a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no art. 15, §1º e §2º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SERGIPE,
em 18 de setembro de 2026.

CRISTIANO VIANA MENESES
Prefeito Municipal

Rua Presidente Vargas, 129 - Centro - Simão Dias/SE - 49.480-000
(79) 3611-1211 gabinete@simaodias.se.gov.br